

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MICHELE GOULART MASSUCHIN

**VISIBILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS
NA MÍDIA IMPRESSA BRASILEIRA: um estudo comparativo da cobertura
realizada pelos jornais Folha de S. Paulo, Gazeta do Povo e Diário dos Campos
no período de 2000 a 2009**

CURITIBA
2012

MICHELE GOULART MASSUCHIN

**VISIBILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS
NA MÍDIA IMPRESSA BRASILEIRA: um estudo comparativo da cobertura
realizada pelos jornais Folha de S. Paulo, Gazeta do Povo e Diário dos Campos
no período de 2000 a 2009**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, na Linha de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública, Departamento de Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi

CURITIBA
2012

Catálogo na Publicação
Aline Brugnari Juvenêncio – CRB 9ª/1504
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Massuchin, Michele Goulart

Visibilidade das políticas públicas ambientais na mídia impressa brasileira: um estudo comparativo da cobertura realizada pelos jornais Folha de S. Paulo, Gazeta do Povo e Diário dos Campos no período de 2000 a 2009 / Michele Goulart Massuchin. – Curitiba, 2012.

168 f.

Orientador: Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi
Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Política ambiental. 2. Governo e imprensa. 3. Democracia.
4. Cobertura jornalística. I. Título.

CDD 320

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 908 Fone: 3360-5233

PARECER

A banca examinadora instituída pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, após arguir o(a) mestrando(a) **Michele Goulart Massuchin**, em relação ao seu trabalho de dissertação, intitulada **Visibilidade das políticas públicas ambientais na mídia impressa brasileira**, decidiu favorável à “*aprovação*.....” do(a) acadêmico(a), habilitando-o(a) ao título de *Mestre* em Ciência Política. Curitiba, 27 de fevereiro de 2012.


Prof. Dr. Mario Fuks
(UFMG)


Prof. Dr. Luciana Fernandes Veiga
(UFPR)


Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi
Orientador e presidente da banca examinadora

Dedico este trabalho aos meus pais,
Celso e Elenir.

AGRADECIMENTOS

A todos que contribuíram para a realização deste trabalho, fica expressa aqui a minha gratidão, especialmente:

À Deus, por me guiar todos os dias;

Aos meus pais, que sempre apoiaram minhas escolhas;

Ao meu orientador, Prof. Emerson, pelas sugestões, cobranças, correções e conselhos;

Aos professores Alexsandro e Luciana, pelas sugestões e críticas feitas na banca de qualificação;

Aos funcionários da Biblioteca Pública do Paraná e da Casa da Memória de Ponta Grossa, que foram importantes para a realização da coleta de dados;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, que contribuíram para a minha formação acadêmica;

Ao meu namorado, Fábio, que esteve sempre presente nestes dois anos;

À Michael Teixeira e Ariane Ducati pela leitura que fizeram do texto antes da entrega;

Enfim, a todos que, de alguma forma ajudaram, apoiaram e incentivaram a produção desta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise de como se dá a presença das políticas públicas ambientais nos jornais impressos brasileiros durante o período em que foi implantada a segunda fase do Programa Nacional de Meio Ambiente - PNMA II – de 2000 a 2009. A pesquisa verifica como as ações do governo para o meio ambiente ganham espaço nas páginas dos jornais, já que os meios de comunicação são as principais fontes de informação para a sociedade e podem tornar público assuntos de relevância social. A análise do conteúdo da mídia impressa parte do pressuposto de que a forma com que o tema aparece pode influenciar no tipo de conhecimento que as pessoas possuem sobre o assunto, já que diversos estudos mostram que, em determinadas condições, os meios de comunicação agendam os assuntos que são discutidos pela sociedade. Assim, partindo da importância que os meios de comunicação possuem na esfera pública, esta pesquisa pretende responder a seguinte pergunta: como as políticas ambientais, durante a implantação e execução do PNMA II ganham visibilidade na mídia impressa brasileira? Para tanto a pesquisa utiliza como embasamento teórico os estudos sobre agendamento temático, enquadramento, visibilidade, pluralidade de fontes, produção jornalística e o papel da mídia no debate público. Para o desenvolvimento da pesquisa, utiliza-se a metodologia quantitativa de análise de conteúdo, sendo que a coleta do material foi feita por amostragem. A análise é feita a partir da produção jornalística de três veículos impressos de diferentes abrangências: Folha de S. Paulo, Gazeta do Povo e Diário dos Campos.

Palavras-chave: políticas ambientais; cobertura jornalística; debate público.

ABSTRACT

This search analyzes the presence of environmental public policies in Brazilian newspapers during the period which it was implemented the second stage of "Programa Nacional de Meio Ambiente" - Pnma II – since 2000 to 2009. The study investigates how the government's actions to the environment are divulged in the newspapers, as these are the main sources of information to society and have as functions to mediate the public and politic spheres and to public issues of social relevance. The content analysis of media assumes that the way which the theme appears may influence the type of knowledge people have about the subject. There is several studies that under certain conditions the media agenda issues that are discussed by society because says more about some things. Thus, starting from the importance that the media have in the public sphere, this research aims to answer this question: how environmental policies gain visibility in the Brazilian media during the implementation and execution of the Pnma II? For this research uses as a theoretical foundation studies about thematic agenda, framing, visibility, the plurality of sources; journalistic production and the media's role in public debate, justifying the importance of looking at the production that journalists do about topics of interest public. For the development the analysis uses the methodology of quantitative content analysis, and collection of material by sampling. The analysis is done from the journalistic production of three different newspapers: Folha de S. Paulo Gazeta do Povo, Diário dos Campos.

Keywords: environmental policies, media coverage, public debate.

LISTA DE GRÁFICOS

GRAFICO 1	-	Boxplot com a distribuição do espaço nos temas no DC	85
GRÁFICO 2	-	Boxplot com a distribuição do espaço nos temas na GP	86
GRÁFICO 3	-	Distribuição do espaço nos temas na Folha de S. Paulo	87

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	- Número de entradas e tamanho dos textos	60
TABELA 2	- Distribuição das entradas nos três jornais	64
TABELA 3	- Distribuição do espaço durante o período	66
TABELA 4	- Distribuição do tamanho dos textos ao longo do tempo no DC .	67
TABELA 5	- Distribuição do tamanho dos textos ao longo do tempo na GP .	68
TABELA 6	- Distribuição do tamanho dos textos ao longo do tempo na FSP	69
TABELA 7	- Distribuição dos temas ao longo do tempo no jornal DC	70
TABELA 8	- Distribuição dos temas ao longo do tempo no jornal GP	72
TABELA 9	- Distribuição dos temas ao longo do tema no jornal FSP	73
TABELA 10	- Distribuição dos textos nos formatos	76
TABELA 11	- Abrangência dos textos nos três periódicos	78
TABELA 12	- Visibilidade das políticas a partir do “índice de visibilidade”	79
TABELA 13	- Enquadramento dos textos	81
TABELA 14	- Temas das políticas ambientais que apareceram nos jornais ...	82
TABELA 15	- Relação entre temas das políticas e visibilidade no DC	89
TABELA 16	- Relação entre temas das políticas e visibilidade na GP	90
TABELA 17	- Relação entre temas das políticas e visibilidade na FSP	90
TABELA 18	- Distribuição dos temas conforme a abrangência do conteúdo	92
TABELA 19	- Momentos em que as políticas ganham visibilidade nos jornais	96
TABELA 20	- Relação entre etapas e visibilidade dos textos no DC	98
TABELA 21	- Relação entre etapas e visibilidade dos textos na GP	98
TABELA 22	- Relação entre etapas e visibilidade dos textos na FSP	99
TABELA 23	- Relação entre etapa da política pública e enquadramento	101
TABELA 24	- Temas das políticas e os momentos da cobertura no DC	102
TABELA 25	- Temas das políticas e os momentos da cobertura na GP	102
TABELA 26	- Temas das políticas e os momentos da cobertura na FSP	103
TABELA 27	- Procedência dos textos nos três jornais	104
TABELA 28	- Quantidade e tamanho médio das entradas de capa	107
TABELA 29	- Percentual de entradas de primeira página nos três jornais	108
TABELA 30	- Distribuição dos temas na primeira página	109
TABELA 31	- Momentos da política pública na Primeira Página	111

TABELA 32	- Fontes presentes nos textos sobre políticas ambientais	114
TABELA 33	- Quantidade de Fontes nos textos	117
TABELA 34	- Relação entre Fontes e Temas das políticas	118
TABELA 35	- Relação entre fontes e etapas do ciclo político	120
TABELA 36	- Pluralidade do debate a partir da relação entre fontes	122

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	POLÍTICAS PÚBLICAS, INFORMAÇÃO E DEBATE PÚBLICO	13
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS: AS AÇÕES DO GOVERNO NA SOCIEDADE	13
2.2	AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS E O II PNMA	20
2.3	ESFERA PÚBLICA, MÍDIA DE MASSA E A DEMOCRACIA	24
2.4	INFORMAÇÃO, POLÍTICAS AMBIENTAIS E AGENDAMENTO	30
3	AS CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO DAS NOTÍCIAS	34
3.1	A NOTÍCIA E OS CRITÉRIOS DE ESCOLHA DOS FATOS APLICADOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS	34
3.2	TEMÁRIO, ENQUADRAMENTO E SALIÊNCIA DE ATRIBUTOS	43
3.3	AMBIENTE INFORMACIONAL E O IMPACTO DA MÍDIA	46
3.4	RELAÇÃO ENTRE JORNALISTAS E FONTES	48
4	PRESENÇA DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS NA MÍDIA IMPRESSA ..	53
4.1	METODOLOGIA QUANTITATIVA PARA DESENVOLVER A ANÁLISE	53
4.1.1	Dos conceitos aos indicadores: as variáveis analisadas nos textos	54
4.2	ANÁLISE DOS DADOS EMPÍRICOS	60
4.2.1	Políticas ambientais nos jornais no decorrer do período analisado	60
4.2.2	Características da produção feita pelos periódicos	76
4.2.3	Presença e visibilidade das políticas ambientais na primeira página	106
4.2.4	Fontes de informação que falam sobre política ambiental	113
5	CONCLUSÃO	124
	REFERÊNCIAS	132
	ANEXOS – Exemplos de matérias	141
	Apêndice A – Livro de códigos das variáveis	156
	Apêndice B – Informação sobre os jornais	165

1 INTRODUÇÃO

Os meios de comunicação representam um dos principais espaços de debate nas sociedades contemporâneas, pois possuem diversas funções. Eles fazem a mediação entre os acontecimentos e a sociedade, potencializam o debate público, podem agendar temas para a discussão, propõem o embate de idéias e se apresentam como cristalizadores das discussões que ocorrem na esfera pública, devido à circularidade das agendas (ARRUGUETE, 2005). Segundo Miguel (2002), a relação entre a esfera política e midiática se intensificou nos últimos anos e os meios de comunicação ocupam cada vez mais um espaço de destaque na sociedade, resultado do seu desenvolvimento ao longo do século XX. Dessa forma, analisar como determinados assuntos aparecem na mídia – tal como as políticas ambientais – se justifica pela importância que ela possui a partir do processo de agendamento dos temas que serão debatidos na sociedade e, principalmente, pelo impacto que o tipo de cobertura pode oferecer, em certas circunstâncias, a partir da visibilidade, enquadramento e tematização (HABERMAS, 2006; McCOMBS, 2009; ARRUGUETE; 2005; DADER, 1992; BLANCO, 2000).

A produção que a mídia faz a respeito dos temas de interesse público é influenciada por determinados fatores tais como as rotinas produtivas, a escolha das fontes, os aspectos ressaltados no texto e, também, pelas variáveis externas às redações que têm impacto no processo de escolha das notícias, como o mercado, a sociedade, a cultura, etc. (SHOEMAKER e VOZ, 2009). Em decorrência disso, os veículos de comunicação não conseguem reproduzir a realidade e como aponta Habermas (2006), eles selecionam e processam conteúdo politicamente relevante e intervêm na formação da opinião pública e na distribuição de interesses, de acordo com o tipo de cobertura que fazem sobre os temas. Partindo do pressuposto de que a mídia propõe os assuntos que constituem o debate público, pode influenciar e alterar também a agenda política.

Assim, pela importância que os meios de comunicação possuem na esfera pública e da influência que eles exercem em determinados ambientes, esta pesquisa pretende responder a seguinte pergunta: como as políticas ambientais, durante a implantação e execução do PNMA II, aparecem e ganham visibilidade na mídia impressa brasileira? Dessa forma, na tentativa de compreender como se dá o debate sobre as políticas públicas, a partir do aumento da preocupação dos homens

com o meio ambiente, observam-se quais são os temas mais importantes, os atores que apresentam suas opiniões e qual o espaço que as políticas ocupam nas páginas dos jornais impressos.

Para responder tal questão, analisa-se a cobertura jornalística de três diários brasileiros impressos: Folha de S. Paulo, Diário dos Campos e Gazeta do Povo. O trabalho visa comparar a cobertura realizada pelos três jornais, pois se trata de veículos de diferentes abrangências. Por meio da pesquisa pode-se identificar em qual deles, a partir das características das notícias, o tema possui mais visibilidade. Além disso, utilizando jornais de diferentes abrangências é possível apresentar um panorama de como a mídia no Brasil aborda o assunto.

O período de coleta de dados é de 2000 a 2009 e se justifica por ser esse o momento em que foi implantado o Segundo Plano Nacional de Meio Ambiente, que durante estes 10 anos compôs uma série de atividades e ações. O programa foi instituído no Brasil no início dos anos 1990 (PNMA I) com o objetivo de fortalecer o Sistema Nacional de Meio Ambiente e seus órgãos executores (IBAMA, secretarias de meio ambiente e agências ambientais estaduais e municipais), mas foi a partir do ano de 2000 que iniciou a sua segunda etapa dos trabalhos. Nesse estágio procurou-se reforçar a capacidade gestora dos Estados Federados e dos executores dos Sistemas Estaduais de Meio Ambiente, fazendo então atividades mais descentralizadas e realizadas a partir da avaliação dos trabalhos da década de 90.

De modo geral, o objetivo da pesquisa é analisar de forma comparativa o conteúdo veiculado em jornais impressos (Folha de S. Paulo, Gazeta do Povo e Diário dos Campos) de diferentes abrangências para verificar de que forma as políticas públicas ambientais ganham visibilidade em cada um deles. Para tanto se faz análise do conteúdo, tendo como foco as matérias jornalísticas que apresentam como tema central as políticas públicas para o meio ambiente (leis, decretos, projetos e outras ações do governo na área). Dessa forma é possível identificar se o tema é considerado relevante, ganhando espaço e visibilidade, de acordo com a forma em que serão encontrados (quantidade, localização na página, espaço ocupado, tema específico, etc.) em cada um dos três periódicos. Destaca-se que a pesquisa pretende compreender apenas como se dá a presença do tema na cobertura jornalística, ou seja, a proposta não é de analisar a recepção desse material, mas analisar como esse assunto aparece na mídia, a partir da importância que este espaço de debate tem ocupado na sociedade atual, tendo como

embasamento teórico trabalhos já produzidos que relacionam mídia e debate público.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa utiliza a metodologia quantitativa de análise de conteúdo. A coleta de dados foi realizada utilizando como amostra aproximadamente 1560 edições (nos três periódicos), onde foram catalogados apenas os textos referentes à ação governamental para o meio ambiente, que juntos somam 1135. Por compreender um período longo, a pesquisa é feita por amostragem, a qual segundo Bauer (2002) é chamada de amostra por semana composta (uma edição semanal em seqüência contínua).

A hipótese central é que há textos sobre políticas públicas ambientais nos jornais pesquisados, pois, por serem ações dos governos, fazem parte da agenda dos meios de comunicação. Entretanto, apesar da presença, a forma com que o tema é abordado não contribui para a pluralidade do debate público, o que seria explicado pelas características da cobertura feita pelo jornal, que envolve fatores sociais, políticos econômicos, culturais, da instituição, das rotinas, etc. As características da cobertura aparecem mais específicas nas hipóteses secundárias. A primeira é que há predominância de fontes governamentais nos textos, o que seria característica da produção sobre políticas ambientais e, conseqüentemente, não contribuiria para a pluralidade do debate público. A segunda é que os temas das políticas públicas não apareçam todos da mesma forma, o que seria resultado da seleção, hierarquização e influências que interferem na produção. Há escolhas feitas por diversas instâncias, as quais podem ser explicadas pela Teoria do Gatekeeping. Isso interfere no agendamento que a mídia faz, tendo impacto na pluralidade do debate.

Uma hipótese conseqüente das demais é que as notícias presentes nos três jornais sejam mais de “divulgação” das ações do governo do que um acompanhamento feito pela mídia. Isso pode ser medido pela identificação das etapas do *policy cycle* e do enquadramento dos textos. Ou seja, a mídia faz apenas uma cobertura factual da implantação das “políticas públicas ambientais”, mas não acompanha a repercussão e os resultados destas na sociedade, nem o debate anterior à tomada de decisão. Outra hipótese que pode contribuir para identificar as características da produção nos três jornais está relacionada com a abrangência dos veículos. De acordo com a literatura sobre políticas ambientais, é possível que o tema política ambiental tenha maior visibilidade no jornal impresso de abrangência

nacional (Folha de S. Paulo) do que nos veículos regional e local (Gazeta do Povo e Diário dos Campos, respectivamente). Isso pode ser explicado pelo fato das políticas públicas na área ambiental serem decisões em âmbito nacional, mais do que dos estados ou municípios. As leis, na sua maioria, são nacionais, o que acaba distanciando da realidade dos jornais menores.

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro apresenta-se o referencial teórico sobre políticas públicas, políticas ambientais, a descrição do Plano Nacional do Meio Ambiente, sendo que em seguida relaciona-se a importância do debate dessa temática com as potencialidades oferecidas pelos meios de comunicação de massa. No segundo capítulo discutem-se os principais conceitos e teorias que embasam o trabalho empírico, como a teoria do *gatekeeping* – que ajuda a explicar as diferenças na cobertura entre os jornais -, o processo de agendamento e tematização, o enquadramento e a pluralidade de fontes. Faz-se também uma breve discussão sobre o conceito de notícia relacionando os valores-notícia com o tema deste trabalho, apresentando aqueles que se destacam nos fatos que materializam as ações do governo para o meio ambiente e justificam a presença desse assunto no jornal a partir das suas próprias características. O último capítulo apresenta a pesquisa empírica, abordando uma breve discussão metodológica, assim como a sistematização das variáveis analisadas nos textos jornalísticos e em seguida a descrição, análise e interpretação dos dados coletados.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS, INFORMAÇÃO E DEBATE PÚBLICO

Os problemas que existem na sociedade só se tornam questões de políticas públicas quando as pessoas têm conhecimento e podem, por meio da participação e de reivindicações, demonstrar a importância que determinados fatos vem ocupando no debate público. Como aponta Lerner (2006) o acesso à informação é um dos componentes de um sistema democrático e auxilia na percepção dos problemas e conseqüentemente no estabelecimento das agendas políticas. A formulação de políticas governamentais de meio ambiente só se dá a partir do momento em que a sociedade está mobilizada, sendo que isso só ocorre quando existe informação a disposição dos cidadãos sobre este assunto. É preciso circulação de informação pública, disponível principalmente a partir da difusão dos meios de comunicação, para que as pessoas tenham interesse no assunto, conhecimento a respeito das decisões da elite política sobre o tema, e em contrapartida, é por meio de pessoas bem informadas, que possuem subsídios para discutir e argumentar publicamente, que novas políticas serão desenvolvidas.

Este capítulo, portanto, propõe duas discussões: primeiramente aborda o conceito de política pública e as ações governamentais para o meio ambiente que se desenvolveram durante o século XX e XXI no Brasil e, em seguida, debate a relevância da informação nas sociedades democráticas, como condição essencial das democracias para que haja debate público, destacando a importância da mídia na difusão de informações e mostrando como que os meios de comunicação podem ser uma ferramenta importante para o desenvolvimento das políticas ambientais no Brasil, a partir do uso das suas potencialidades.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS: AS AÇÕES DO GOVERNO NA SOCIEDADE

O conceito de política pública aceita uma série de considerações vinda de diversas correntes teóricas, ou seja, não há um conceito totalmente fechado para defini-las. Easton (apud Dagnino, 2002) considera que uma política (policy) pode ser definida como uma teia de decisões que alocam valor. Já Wildavsky (apud Dagnino, 2002) defende que o termo política é usado para referir-se a um processo de tomada de decisões. Juntamente com outros autores, existem inúmeras definições para políticas públicas que ora se complementam ou se distanciam. Para Saravia (2006),

o processo de política pública é uma forma moderna de lidar com as incertezas decorrentes das rápidas mudanças do contexto, sendo que essas ações tiveram início com demandas e necessidades sociais em países europeus, no Japão, nos Estados Unidos e no Canadá.

Para a análise de como as políticas ambientais aparecem nos jornais, política pública foi definida como sendo um conjunto de decisões tomadas por membros da elite política, a partir de demandas da sociedade civil que recebem atenção dos decisores no debate público. Após a tomada de decisão, uma série de ações, leis, programas e projetos são implantados durante um período de tempo, podendo ou não ser prorrogados de acordo com os resultados obtidos após a implantação, por meio do acompanhamento e avaliação daquilo que foi feito. Dessa forma, a partir de um conceito mais amplo, obtido a partir da organização dos conceitos de outros autores, é possível delimitar quais textos jornalísticos têm como tema as políticas públicas ambientais¹.

Como sugere Dagnino (2002), o conceito de política pública possui três elementos importantes: o primeiro deles é uma teia de decisões e ações que alocam valores; o segundo é que uma instância, uma vez articulada, vai conformando o contexto no qual uma sucessão de decisões futuras será tomada; e o terceiro destaca que as políticas envolvem o desenvolvimento de ações no tempo e não apenas uma decisão única localizada no tempo. Esses elementos apontados por Dagnino (2002) vão ao encontro das políticas ambientais, já que o tema meio ambiente, a partir de ações iniciadas de forma mais efetiva nos anos 1980, tem se intensificado com o passar do tempo, não sendo apenas uma ação temporária e localizada, mas projetos e programas que se desenvolveram nos últimos 30 anos.

Como destacam Ham e Hill (apud Dagnino, 2002) as políticas mudam com o passar do tempo, seja por alterações no universo em que são aplicadas, pela presença de novos objetivos ou mesmo pela ineficácia de algumas delas. No caso do meio ambiente, por exemplo, é possível identificar que com o surgimento das pesquisas, no início dos anos 1980, que identificaram a degradação da camada de ozônio, houve necessidade de implantar novas ações para minimizar o efeito desse problema. Isso mostra que ações diferenciadas precisam ser tomadas ao longo do

¹ No tópico seguinte (O Desenvolvimento das Ações Governamentais e o II Plano Nacional de Meio Ambiente) são discutidas, de forma detalhada, as ações governamentais específicas para o meio ambiente.

tempo, de acordo com as modificações do ambiente e do contexto observado. Assim, é possível observar que as ações são tomadas em processos internos dos governos, mas fazem parte de uma decisão mais ampla e se desenvolvem, juntamente com outras, na sociedade. Ou seja, a apreensão de animais silvestres, por exemplo, é considerada uma ação da polícia em prol do meio ambiente, pois faz parte de um conjunto de decisões tomadas pelo governo para preservar o meio ambiente, e que está baseada na legislação.

Dagnino (2002) apresenta dez proposições sobre políticas, sendo que três delas podem ser usadas para melhor ilustrar aquilo que se considera como política ambiental neste trabalho. São eles: decisões e ações do governo frente a situações emergenciais; autorização formal (diploma legal), mesmo sem viabilidade de implementação; e programa (“pacote” envolvendo leis, organizações, recursos). Uma série de atividades constatadas como políticas públicas, que ganharam visibilidade na mídia, se situam como tal a partir de um desses conceitos mais amplos, como é o caso de textos jornalísticos sobre legislação ambiental, sobre decisões tomadas frente a enchentes, acidentes com produtos químicos, multas aplicadas a empresas que desrespeitam o meio ambiente, entre outros. São ações mais isoladas em determinados casos, tomadas como medidas emergenciais. Além dessas, também aparecem ações envolvendo leis, como a apreensão de animais silvestres, por exemplo, que é considerada uma medida da polícia em prol do meio ambiente, pois faz parte de um conjunto de decisões tomadas pelo governo para preservar o meio ambiente e que está baseada na legislação.

Além da necessidade de explicitar o que foi considerado como política pública na análise, também é preciso discutir aqui o processo de elaboração de Políticas ou o Ciclo Político, como alguns autores definem. Assim como o conceito de política pública, que apresenta variações de acordo com determinados autores, o mesmo ocorre com as divisões do processo político. Para a análise dos jornais² o ciclo foi composto por seis etapas: Agenda e Elaboração, Formulação, Implementação, Execução, Acompanhamento e Avaliação, a partir da definição proposta por Saravia (2006). Segundo o autor, na América Latina, é necessário fazer uma organização

² Na análise dos dados há uma variável, a qual foi identificada como Ciclo político, que permite identificar em que momento do processo político as ações do governo ganham mais visibilidade nos meios de comunicação. Para tanto, foram utilizadas seis categorias a partir da divisão proposta por Saravia (2006), mais a Indefinida, para os casos que não há como identificar em que fase se encontra tal política abordada pelos jornais.

diferenciada para o processo político. Primeiramente a política é formulada, isto é, “concebida no âmbito de um processo decisório pelos tomadores de decisão” (DAGNINO, 2002). Depois de formulada, tal ação será implementada mediante os órgãos e mecanismos existentes ou especialmente criados, tais como IBAMA, CONAMA, IAP e Ministério do Meio Ambiente (no caso do meio ambiente). Após implementada e executada, os resultados são comparados com a proposta que havia sido planejada. A partir desse momento, o ciclo da política é renovado ou modificado a partir dos resultados obtidos, destacando que o ciclo sempre é realimentado. Com esse desdobramento do processo, a análise empírica pretende identificar em que momentos do ciclo político os meios de comunicação oferecem mais visibilidade para os temas.

O primeiro momento, chamado por Saravia (2006) de agenda e elaboração, trata-se do contexto em que os problemas são constados. A partir deles definem-se as soluções, ou seja, os fatos sociais adquirem *status* de “problema público”, transformando-se em objeto de debates na mídia e na sociedade. É considerada também a preparação da decisão política (SARAVIA, 2006), sendo que neste momento determinados atores exercem papel importante, pois estão dispostos a investir numa idéia. Podem ser indivíduos da própria burocracia, como parlamentares, grupos de interesse vindo da sociedade civil ou membros da academia (GELINSKI e SEIBEL, 2008).

A segunda etapa do processo trata-se da formulação das ações políticas, que é considerado por Saravia (2006) como a decisão tomada por um político ou pelo Congresso, sendo ainda formalizada por meio de uma norma jurídica. É o momento, por exemplo, em que as leis são assinadas e os acordos são feitos. Trata-se, segundo o autor, do momento em que a decisão é explicitada e também quando se define o marco jurídico, administrativo e financeiro.

Posteriormente vem a etapa de implementação, que, para Saravia (2006), é a preparação para a execução. Tratam-se mais especificamente da elaboração dos planos, projetos e programas para depois colocá-los em prática. Esse momento é prévio ao processo de execução propriamente dito, em que as ações são aplicadas no ambiente, ou seja, é a prática efetiva. No entanto, é uma etapa mais técnica, em que o papel da mídia é secundário, pois a simples notícia sobre a execução de determinada ação não acrescenta muitas informações para os leitores.

As últimas duas etapas caracterizam-se como processos posteriores ao momento de execução. Segundo Saravia (2006), que delimita esse processo mais detalhado, o acompanhamento é o processo sistemático de supervisão da execução de uma atividade. O principal objetivo é “fornecer informação necessária para introduzir eventuais correções a fim de assegurar a consecução dos objetivos estabelecidos” (SARAVIA, 2006, p. 34). A avaliação é a última fase do ciclo político e diz respeito à mensuração e análise dos efeitos produzidos pelas medidas, sendo que tem por objetivo apresentar conclusões que irão definir as mudanças e manutenções daquela política. É um processo de comparação entre os efeitos previstos e aqueles atingidos após a aplicação das ações.

Trevisan e Bellen (2008) argumentam que a avaliação é necessária para determinar a pertinência da política, o alcance dos objetivos, a eficiência, efetividade, impacto e sustentabilidade do desenvolvimento. Da mesma forma, Al-Harja e Helgason (2000) dizem que a avaliação deve ser vista como um mecanismo de melhoria no processo de tomada de decisão que garante informações que servem para fundamentar as decisões futuras. Mas, para além da comparação entre metas e resultados, os relatórios das avaliações podem servir também para fomentar o debate público em torno das alternativas de intervenção governamental em uma dada realidade social (TREVISAN e BELLEN, 2008). Aqui aparece com maior expressividade o papel dos meios de comunicação para a divulgação desses resultados.

Ressalta-se que além dos resultados obtidos com políticas anteriores, o ambiente social também pode interferir na continuidade da mesma. A consciência ambiental, por exemplo, tem aumentado significativamente na Europa após o acidente nuclear de Chernobyl, promovendo “condições altamente favoráveis à implementação de políticas ambientais mais substanciais” (FREY, 1997, p. 219-220). Mas, para que um assunto ganhe destaque no debate público, possa ser levado para a arena política e se transforme em ações governamentais, é necessário que haja informação pública sobre o assunto. Nessa perspectiva, identificam-se duas funções que os meios de comunicação ocupam no processo de “agendamento e elaboração das políticas”, que é o processo anterior a formulação das políticas. Segundo Frey (1997) são a mídia e outras formas da comunicação política e social que contribuem para que seja atribuída relevância política para um problema. Sendo assim, se os veículos publicarem – no caso da temática ambiental – notícias que

despertam a atenção da sociedade para preocupações ambientais, eles fomentam a discussão pública sobre o assunto que posteriormente é levado para a arena política como aponta Arugnete (2005), a partir da circularidade das agendas.

No entanto, embora alguns autores destaquem a presença da mídia como um espaço de visibilidade, tanto das próprias ações quanto dos temas que precisam de espaço para ganhar destaque na agenda política, há escassez de informações na sociedade, segundo Parada (2006). Para o autor, o número de instituições que realizam discussões sobre políticas públicas na sociedade é muito pequeno, apesar de crescente. Essa ausência de discussão leva à falta de informação por parte da comunidade, diminuindo e dificultando a participação nas decisões políticas. E, de acordo com Parada (2006), isso ocorre, de certo modo, pelo fato de que as políticas públicas não recebem a atenção que merecem nos meios de comunicação. Portanto, este trabalho pretende identificar como que as ações referentes ao meio ambiente têm se destacado nas páginas dos jornais.

Nesta mesma perspectiva, Easton (apud Souza, 2006) aponta que as políticas públicas recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos. Souza (2006) propõe que existem três principais mecanismos para chamar a atenção dos decisores e formuladores de políticas públicas para que um tema – tal como o meio ambiente – ganhe dimensão política. São eles: a) divulgação de indicadores que desnudam a dimensão do problema; b) eventos tais como desastres ou repetição continuada do mesmo problema; e c) feedback, ou informações que mostram as falhas da política atual ou seus resultados ruins. Nesta definição feita por Souza (2006), é possível incluir a mídia como um possível mecanismo que divulga indicadores, desastres e que faz críticas a determinadas ações políticas.

Cavalcanti (2005), ao discutir o papel da mídia para fomentar políticas públicas para diminuir o tráfico de mulheres, argumenta que esse espaço de visibilidade consegue unir forças para respaldar as necessidades da sociedade, além de ser ainda um espaço para denúncias que visam chamar a atenção dos decisores políticos. Nesta pesquisa, ao identificar o momento do ciclo político, em que os meios de comunicação fazem a cobertura das políticas, é possível identificar em que medida os jornais discutem problemas ambientais como um possível assunto para se transformar em política pública.

Para Dagnino (2002), os diferentes problemas e reclamações, sociais ou de governo, chegam ao processo decisório e convertem-se em temas da agenda de política dos dirigentes, ou seja, as políticas são resultados de reivindicações e demandas da sociedade civil, que no caso do tema meio ambiente, destacam-se as Ongs ambientalistas, que juntamente com os cidadãos propõe medidas. Gelinski e Seibel (2008) destacam a importância que a sociedade civil vem assumindo através das organizações não-governamentais no processo de formulação e implementação de políticas públicas. Na perspectiva de Mattos e Drumond (2005), as Ongs, mesmo que recentes na sociedade brasileira, alcançaram papel relevante como catalisadoras dos movimentos e das aspirações sociais e políticas da população. No caso do meio ambiente, elas são, em parte, responsáveis pela maior atenção que o assunto tem recebido por parte da elite política, e segundo Mattos e Drumond (2005), elas foram criadas, na sua maioria, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, quando ocorreu a Conferência da ONU, em 1992, no Rio de Janeiro.

Na perspectiva de Monteiro (2006) é preciso ampliar a noção dos envolvidos no processo político, pois, segundo ele, além do Executivo, Legislativo e o Judiciário, deve-se reconhecer também a presença e atuação desses grupos de interesse³. Segundo Frey (1997), um exemplo da entrada de novos atores no processo político é, de fato, a tematização da questão ambiental: “novos atores políticos (associações ambientais, institutos de pesquisa ambiental, repartições públicas encarregadas com a preservação ambiental) entraram em cena, transformando e reestruturando o processo político” (FREY, 1997, p. 217). E para compreender como se desenvolveram as políticas na área de meio ambiente no Brasil, o próximo tópico do texto apresenta uma contextualização sobre a trajetória das ações do governo a partir da importância que o assunto ganhou no final do século XX, pois como destaca Lerner (2006), tratar de políticas ambientais significa abordar a temática de políticas sociais, já que a questão ambiental está inserida no contexto das políticas de bem estar social, que se iniciaram no final do século XIX, na Alemanha.

³ A partir dessa discussão proposta por Monteiro (2006), de que os grupos de interesses e sociedade civil também estão envolvidos no processo de formulação de políticas públicas, um dos objetivos deste trabalho é discutir a pluralidade do debate sobre políticas ambientais presente na mídia. Parte-se do pressuposto de que os movimentos sociais e a sociedade também se destacam como atores interessados pelo assunto, munidos de opiniões, assim como a elite política.

2.2 AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS E O II PNMA

Com o agravamento dos problemas ambientais no Brasil, durante a segunda metade do século XX, como resultado do processo de desenvolvimento econômico que permeou o crescimento do país a partir de 1990, o meio ambiente se configurou como um novo campo de atuação de políticas públicas. Verificou-se uma preocupação crescente com questões ambientais globais, decorrentes, principalmente, da degradação do meio ambiente, práticas não-sustentáveis de uso dos recursos naturais e a perda acelerada da diversidade biológica (AMARAL, BRITO, ASSAD, MANFIO, s/d).

Embora o final do século XX e início do século XXI tenham mais destaque na produção de políticas voltadas para o meio ambiente, a trajetória do país quanto às ações para esta área é mais antiga. A preocupação ambiental começou a consolidar-se em políticas públicas já na década de 1930, que é considerado o ponto de partida no Brasil (ABRANTES, s/d). A primeira reunião nacional para discutir políticas de proteção ao “patrimônio natural” foi em 1933. Esse movimento foi resultado de preocupações com o desmatamento da floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, e com o desmatamento da floresta de Araucárias no Paraná (KAWAICHI e MIRANDA, 2008). Decorrente dessas discussões surgiram o Código Florestal e o Código de Águas, em 1934. Essas leis foram consideradas como as primeiras medidas tomadas por órgãos públicos na área de meio ambiente (DRUMOND, 1999). Depois destas duas ações pontuais, a temática apenas passou a ser discutida novamente na década de 1960, como mostra Drumond (1999, p. 136): “os 30 anos que se seguiram a 1934, significativamente, não houve alteração ou acréscimo importante ao esquema legal e administrativo para as questões ambientais”. Já em 1965 foi criado o Código Florestal, que vinha sendo preparado desde 1948 no Congresso Nacional, mas levou 17 anos para tornar-se lei. É preciso destacar que essas proposições feitas por Drumond (1999) são referentes a legislação, mas não tratam de iniciativas de ações e projetos, o que viriam a ocorrer apenas a partir de 1970, com as preocupações mais claras que surgiram.

É na década de 1970 que se desperta a consciência ecológica no mundo. No Brasil, o meio ambiente como tema de política pública surge após a Conferência de Estocolmo, em 1972, quando, devido às iniciativas das Nações Unidas em inserir o assunto nas agendas dos governos, foi criada a Secretaria Especial de Meio

Ambiente (SEMA), órgão ligado à Presidência da República. Muller, Grisa e Niederle (2008) argumentam que somente a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) é que a questão ambiental começou a ser incorporada nos planos governamentais, o que é reflexo das pressões do movimento ambientalista que começava a se consolidar no país e, também, do contexto internacional.

Ressalta-se que, embora tenha havido o despertar ecológico a partir de 1970, até meados da década de 80 se priorizavam as ações corretivas, ou seja, planos e projetos que visavam recuperar o meio ambiente dos problemas que existiam. Apenas no III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985) é que apareceram mais ações preventivas. Para Barros (2003), nesse primeiro momento as políticas ambientais, se assim se pode dizer, ainda eram apenas estratégias políticas. Mas, passada a década de 1970 e a primeira conferência da ONU, em agosto de 1981 foi criada a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, o que, para Drumond (1999), é a mais importante regulamentação ambiental brasileira editada até hoje, pois abarcou uma grande gama de leis, regulamentos e diretrizes.

Ainda na década de 1980, mostrando o crescimento da importância do tema na sociedade e também dentro da esfera política, criou-se, a partir da Conferência de Estocolmo, um capítulo específico da Constituição de 1988 apenas sobre o assunto. Para Monosowski (1989) esse é o ponto de partida para mudanças nas políticas ambientais e demonstra maior preocupação com o assunto. Neste espaço da Constituição, deixava-se claro o direito de todos ao ambiente ecologicamente equilibrado, assim como o dever de preservá-lo e defendê-lo (BRASIL, 1988). Além disso, ficou a cargo do poder público definir áreas de proteção ambiental, exigir estudo de impacto ambiental para construções de grandes dimensões e promover a educação ambiental (BRASIL, 1988). A partir desse cenário, foi possível iniciar a formulação de políticas e programas mais adaptados à realidade econômica e institucional de cada estado.

Durante muito tempo, mesmo com a existência de algumas ações pontuais desde meados da década de 1930, o período 1934 até 1988 no Brasil sempre foi dominado pela crença desenvolvimentista. Segundo Drumond (1999), quaisquer custos valiam a pena para crescer economicamente. Só a partir do final da década de 1980 e com a proximidade da Eco-92, no Rio de Janeiro, e em parceria com os movimentos ambientalistas, que começaram a surgir maiores iniciativas

governamentais, geralmente a longo prazo, para a área ambiental, tais como a criação de planos nacionais voltados para o meio ambiente.

Um dos marcos da política ambiental no Brasil é a criação do Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA) que teve uma primeira etapa na década de 1990 e outra, mais elaborada e partir da avaliação do primeiro ciclo de trabalho, iniciada no ano 2000. As primeiras discussões sobre a implantação do Programa Nacional de Meio Ambiente se iniciara em 1987, quando o governo brasileiro, tendo apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) passou a pensar estratégias voltadas para resolução de deficiências nas áreas de capacitação institucional, conservação da biodiversidade e estratégias de desenvolvimento. O plano tinha como executores o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente, mas contava com a presença de mais de 150 executores descentralizados – entidades governamentais diretamente responsáveis pela implementação das ações – além de outras 430 entidades públicas e privadas (MMA, 2011).

A primeira etapa do programa (I PNMA) foi efetivada em 1991 e teve apoio financeiro de agências multilaterais - tais como o Banco Mundial, o Banco Internacional de Reconstrução e Investimentos (BIRD) e a Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW). Também investiram no plano a União, os Estados e os Municípios totalizando recursos de mais de US\$ 127 milhões (MMA, 2011). O Programa foi desenhado no período de 1987 a 1989 e tinha três grandes metas: fortalecer as instituições e a estrutura legal e normativa da área ambiental, a proteção às áreas ambientalmente mais importantes e a proteção dos ecossistemas sob risco iminente de degradação. Dessa forma, as ações que se desenvolveram na década de 1990 tinham por objetivo atingir essas três metas propostas inicialmente.

Sobre a avaliação, ao final da primeira fase do plano – 1991/1994 – os resultados mostraram alguns avanços do aparelho administrativo ligado à gestão ambiental (MMA, 2011) e na criação e manutenção de Unidades de Conservação, já que foram recuperadas 31 unidades em três áreas estratégicas: Mata Atlântica, Zona Costeira e Pantanal (MMA, 2011). No final de 1998 finalizou-se o Primeiro Plano Nacional de Meio Ambiente e, a partir das avaliações positivas resultantes desses oito anos de atuação, passou-se a pensar numa forma de dar continuidade às ações ambientais.

Para tanto, criou-se o Segundo Plano Nacional do Meio Ambiente (PNMA II), objeto também de acordo entre o Governo brasileiro e o Banco Internacional para

Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). O Plano foi baseado na experiência adquirida no PNMA I, teve início em 2000 e permaneceu ativo até 2009 (MMA, 2011). As metas dessa segunda fase foram: o Desenvolvimento Institucional (Licenciamento Ambiental, Gerenciamento Costeiro e Monitoramento da Qualidade da Água) e a Gestão Integrada de Ativos Ambientais (recursos hídricos, florestais, de solos, biodiversidade, paisagísticos etc.), que engloba a adoção de práticas sustentáveis entre os diversos setores cujas atividades impactam o meio ambiente.

Esta primeira meta – do Desenvolvimento Institucional – visa o fortalecimento da infra-estrutura organizacional e de regulamentação do Poder Público para o exercício da gestão ambiental. O Licenciamento Ambiental, que compõe essa primeira meta, é um dos pontos que, embora implantado na década de 1980, não havia sido estruturado completamente em todas as Unidades da Federação pela falta de informatização (MMA, 2004). Dentro desta primeira etapa também se concentraram as ações para Monitoramento da Qualidade da Água que visavam a capacitação das entidades de meio ambiente e de gerenciamento de recurso hídricos para a prática do monitoramento, estabelecimento de indicadores de qualidade da água, incentivo à parceria e à cooperação técnica entre entidades de meio ambiente e gestoras de recursos hídricos, disponibilização de dados, divulgação de informações sobre a qualidade e quantidade da água às populações das bacias hidrográficas e ao público em geral e, por fim, a implementação de ações voltadas à sustentabilidade financeira do monitoramento.

Incluiu-se, também, como uma submeta, o Gerenciamento Costeiro, que tratava de oferecer às instituições estaduais e municipais instrumentos para o exercício do gerenciamento costeiro, levando-os a alcançar níveis desejados de qualidade ambiental, promover assistência técnica no desenvolvimento das ações previstas no programa, articular a produção e a difusão de informações e programar estratégias e ações de ordenamento do uso de áreas da orla marítima integrantes do Patrimônio da União. Também foram criadas regras para o turismo, caça marinha e para o desenvolvimento urbano.

A outra grande meta do Programa era a Gestão Integrada de Ativos Ambientais⁴, que estimulava práticas sustentáveis e de gestão integrada dos

⁴Entende-se por ativos ambientais os recursos do meio ambiente que possuem valor econômico para a produção de bens ou serviços (MMA, 2004).

recursos ambientais no País. Seus projetos foram desenvolvidos nos estados e visavam à melhoria da qualidade ambiental. Dentre os principais objetivos estavam: aprofundar o processo de descentralização da gestão ambiental, estimular a incorporação dos valores ambientais e da estratégia do desenvolvimento sustentável e gerar benefícios socioeconômicos baseados na sustentabilidade para comunidades locais (MMA, 2004). Algumas das ações práticas propostas foram as seguintes: gestão integrada de resíduos, ajustes nas políticas de recursos hídricos, ações para minimizar o impacto da suinocultura, proteção de áreas permanentes e mananciais, agricultura sustentável, recuperação de áreas degradadas e ações para o ecoturismo.

Neste tópico foram apresentados os dois programas nacionais criados a partir da década 1990. E, a partir dessa sistematização, foi possível identificar as ações, objetivos e resultados obtidos, principalmente durante o PNMA II – já que este é uma revisão do primeiro plano. O próximo passo da pesquisa é observar como que essas ações do governo ganharam visibilidade na mídia impressa brasileira em um momento em que uma série de políticas estava sendo desenvolvida. Por se tratar de atividades do governo parte-se do pressuposto que são assuntos de interesse público e que os jornais possuem a função de informar o público a respeito dessas ações. São esses subsídios que as pessoas adquirem que contribuem para que elas possam inserir-se no debate público, tomar decisões políticas e formar a sua opinião a respeito dos fatos. Para melhor a compreensão desses processos, os tópicos a seguir discutem a informação e o papel da mídia como componente importante nas democracias contemporâneas.

2.3 ESFERA PÚBLICA, MÍDIA DE MASSA E A DEMOCRACIA

Embora as ações do governo para o meio ambiente façam parte do cotidiano dos cidadãos no momento da execução, eles têm interesse em saber os pontos positivos e negativos, o posicionamento da sociedade a respeito, entre outras coisas que vão além do processo técnico. Para tanto, é necessário que tenham mecanismos de distribuição de informação. Dessa forma, os meios de comunicação,

por meio da rapidez e centralidade que ocupam na sociedade, podem produzir notícias que servirão como ponto de partida para as discussões que ocorrerão na esfera pública, principalmente em governos democráticos. Assim, a inclusão dessa discussão da mídia de massa nas democracias ajuda a justificar a produção deste trabalho, já que mostra como os meios de comunicação possuem papel fundamental, principalmente como forma de divulgar informações políticas, tais como as ações voltadas para o meio ambiente, que passam a ganhar espaço na esfera pública.

Segundo Correia (2004), a esfera pública surge como um espaço de identificação, tematização de problemas e discussão que, seguidamente, originam os processos de decisão política e de produção legislativa no interior do sistema político. Habermas (1984) identifica como um local intermediário entre a vida privada dos indivíduos e a esfera estatal – onde ocorrem as decisões políticas – além de ser o espaço em que os temas ganham *status* de público, ou seja, quando a coletividade passa a conhecer e formar opinião a respeito dos fatos (DADER, 1992). Para Habermas (1984), enquanto no âmbito privado da família os indivíduos discutem temas de interesse próprio, no espaço público os temas que ganham destaque são questões que afetam a comunidade, ou seja, de interesse público. E as decisões tomadas nesse local de debate são transmitidas para o sistema político.

No entanto, é preciso destacar que a caracterização de esfera pública proposta por Habermas, tratava-se do contexto do final do século XVII e início do século XVIII. Neste momento, o espaço público em que se desenvolviam as discussões para a formação da opinião pública era caracterizado pelas cartas, novelas, discussões em cafés e salões e, principalmente, por uma imprensa independente. Como descreve Blanco (2000) era um espaço de debate neutro em que os indivíduos participavam como iguais apenas com a força de argumentos racionais. Esse é considerado por Habermas como o auge da esfera pública, ou seja, um momento em que os meios de comunicação contribuíam de forma livre para a formação da opinião pública. No entanto, o autor aponta que a partir da metade do século XIX teve início a degeneração deste espaço público, em função da expansão do Estado e dos interesses econômicos. Da mesma forma, os meios de comunicação, antes livres e independentes, passaram a lidar com a interferência econômica, questão essa discutida atualmente como um dos fatores que influencia no processo de escolha das notícias, a partir da Teoria do *gatekeeping*

(SHOEMAKER E VOS, 2009). Ou seja, tanto a esfera pública quanto os meios de comunicação têm sido questionados quanto ao seu papel de ampliação do debate público.

Dessa forma, apesar de num primeiro momento a mídia ter sua função política efetiva na esfera pública, com o passar do tempo, isso foi se modificando e, segundo Habermas (1984), os jornais se voltam ao caráter privado, perdendo seu papel crítico, estando mais atentos aos seus interesses comerciais do que às suas funções sociais, surgindo um gênero chamado *infomercial* ou *infotainment* (ESTEVES, 2005). Ou seja, temas privados passam a tomar o espaço de temas de interesse público. A mesma imprensa que simbolizava um lugar de debate, de comunicação para a deliberação coletiva e para a formação da Opinião Pública, também representa, como apontou Habermas (1984), o declínio da Esfera Pública por perder sua característica de debate crítico.

No entanto, embora tenha havido essa mudança no perfil da esfera de debate e do papel da mídia nesse espaço, esta última ainda é considerada como a mediação entre as esferas, pois tem a função de ampliar o nível de informação dos cidadãos. E o debate ainda é importante na formação da opinião pública, principalmente porque não há como pensar o mundo somente por relações interpessoais diretas como aponta Miguel (2000). Essa discussão se destaca a partir do desenvolvimento de pesquisas feitas pela corrente que estuda os efeitos dos meios de comunicação na sociedade e que aponta para a ampliação do alcance da mídia na sociedade devido à possibilidade de agendamento do debate público levantada por McCombs e Shaw (1972). No mesmo período a imprensa passou a exercer papel central na disseminação de informações, com a ampliação das audiências dos jornais, a popularização do rádio e, posteriormente, da televisão.

Segundo Blanco (2000), os acontecimentos deixam de ser privados ou de permanecer apenas na esfera política, quando recebem visibilidade dos meios de comunicação. Para Dader (1992) a mídia de massa é responsável por canalizar e organizar o universo de temas e conhecimentos de repercussão pública, sendo que os principais são os meios jornalísticos, pois, possuem maior centralidade social. Ou seja, as políticas públicas, por meio da mídia, alcançam a sociedade e passam a ser tema de debate, pois, como defende Blanco (2000), o espaço público é gerenciado pelos jornalistas, pesquisadores e políticos, o que significa que a imprensa ainda possui um papel importante, principalmente por dar visibilidade aos fatos – antes

pertencentes apenas à esfera da política – e definir o que vai ser considerado público (DADER, 1992).

É por isso que mesmo com essa constatação feita por Habermas (1984), a mídia ainda possui papel importante, assim como os espaços públicos de debate, que servem para debater as ações do governo e, ao mesmo tempo, gerar demandas da sociedade. A imprensa agenda os temas para a discussão pública e o resultado deste debate, na forma de opinião, incide nas decisões do sistema político, tais como na produção e elaboração de políticas públicas, pois para que um tema chame a atenção da elite política é necessário que seja discutido e ocupe espaço importante no debate entre diversos setores da sociedade civil.

O processo comunicacional, que permite discussões sobre temas de interesse público, tais como as políticas para o meio ambiente, ganha mais importância em governos democráticos, onde a variável informação tem impacto nas decisões políticas, principalmente em períodos eleitorais. Segundo Cervi (2010), duas características da democracia estão relacionadas com o ambiente informacional dos indivíduos: uma é a pluralidade de idéias e a outra o livre debate e a circulação de informações (CERVI, 2010). Neste tipo de governo a mídia cumpre a função de ampliar o leque de subsídios dos indivíduos a respeito dos temas de interesse público. Por isso Fog (2004) considera os meios informativos como a espinha dorsal da democracia.

Dahl (2009) é um dos primeiros autores a estudar a democracia incluindo a presença de fontes diversificadas de informação como uma das condições/exigências para o funcionamento desse tipo de regime. Isso significa, segundo Miguel (2000), um passo relevante, pois coloca o acesso à informação como um requisito básico. “Os cidadãos tem o direito de buscar fontes de informação diversificadas e independentes de outros cidadãos, especialistas, jornais, revistas, livros, telecomunicações e afins” (DAHL, 2009, p. 100). Dahl (2009; 1997) já aponta para a importância que a informação possui nesse tipo de governo, citando inclusive a presença dos meios de comunicação, pois eles ganham relevância por serem considerados fontes primordiais de notícias para os indivíduos. De acordo com um documento produzido pela agência “U.S. Agency for International Development”, em 1999, os meios de comunicações possuem duas funções principais para a democracia: garantir que os cidadãos façam escolhas informadas ao invés de agir por ignorância ou desinformação e, como sendo um espaço de

“verificação”, que os representantes eleitos realizem os desejos daqueles que os elegeram. Dessa forma, entende-se que os meios de comunicação podem atuar como fontes de informações sobre políticas ambientais para a sociedade civil, apresentando e discutindo as ações que o governo produz a respeito de um assunto que tem ganhado destaque a partir da segunda metade do século XX, o meio ambiente.

A mídia se configura um dos espaços em que os indivíduos podem se informar sobre temas de interesse público. E segundo Manin (1995) para que os governados, num governo representativo, possam formar opiniões sobre assuntos políticos é necessário que tenham acesso à informação política, ou seja, trata-se de tornar públicas as decisões governamentais. Dessa forma, os meios de comunicação, nesta perspectiva, têm o papel de publicizar as ações dos políticos, atuando como mediadores entre a esfera pública e política. E apesar de a opinião pública ser resultado das discussões com outros atores, que ocorrem em espaços públicos, os indivíduos utilizam os subsídios recebidos da mídia para formarem suas opiniões individuais sobre os temas sociais e políticos. É com esses parâmetros que vão dialogar nos espaços em sociedade.

Para Manin (1995), no tipo de governo, o qual ele chama de “democracia do público”, e que tem emergido a partir da década de 70, os meios de comunicação tem apresentado um papel mais notável na relação com a esfera política. Além de poderem se aproximar do público por meio do rádio e da televisão (MANIN, 1995), a presença da mídia tem outros papéis, pois passa a ser importante para que os políticos se relacionem bem com a mídia (reino do “comunicador) e leva à emergência de um eleitor “flutuante”. Este último é caracterizado pela volatilidade de suas escolhas, devido à presença de diferentes imagens e informações circulando na esfera pública e, assim, contribuindo para a formação da opinião. Dessa forma, a variável informação tem uma relevância maior no processo de decisão política, pois segundo esse modelo, os eleitores usam os subsídios recebidos dos meios de comunicação para decidir o voto.

Como aponta Miguel (2000), não são todos os autores e correntes teóricas que dispensam papel importante da mídia no processo democrático, embora o próprio autor ressalte, assim como Manin (1995) e Dahl (2009), que a presença dos meios de comunicação tem re-configurado a esfera pública e a esfera política e, principalmente, modificado o acesso dos cidadãos aos campos de poder. Ou seja,

sem a presença dos meios de comunicação, possivelmente os cidadãos obteriam uma quantidade menor de informações sobre a elite política e as decisões tomadas nesta esfera. Por mais que o meio ambiente seja um tema relativamente próximo da sociedade, é necessário informações sobre o assunto, as quais estão sendo disponibilizadas pela mídia ao noticiar a agenda de ações produzidas pelos governantes.

Destaca-se, porém, que apesar da importância da circulação de informações nos governos democráticos, é preciso que, além disso, outro princípio esteja de acordo: as informações precisam ter qualidade para melhor contribuírem para a formação da opinião pública. Mas, como aponta Blanco (2000), o tipo de informação que os cidadãos vão receber depende das instituições que definem os problemas coletivos, pois a agenda da mídia é formada por uma série de fatores como apontam alguns autores (FOG, 2004; SHOEMAKER e VOS, 2009; McCOMBS, 2009). Portanto, a qualidade dos subsídios informacionais a disposição dos cidadãos depende, em grande medida, das notícias produzidas pela mídia – assunto que será destaque do capítulo seguinte.

Lippmann (2008) ressalta que notícia e verdade são conceitos diferentes que precisam ser distinguidos, sendo ainda possível identificar um modelo que representa a maior qualidade dos textos jornalísticos, o que significa também, a partir destes princípios, melhores subsídios para os cidadãos pensarem a respeito dos temas públicos. Sobre as políticas públicas, por exemplo, é possível apresentar informações diversificadas a partir da pluralidade de fontes, da diversidade de temas, do enquadramento e da visibilidade que é dada ao tema pelos veículos. Para o autor, “quanto melhor forem as instituições, quanto mais todos os interesses envolvidos forem formalmente representados, mais as questões estão desembaraçadas, mais critérios objetivos são introduzidos, mais perfeitamente um assunto pode ser apresentado como notícia” (LIPPMANN, 2008, p. 308). Desse modo, a qualidade do debate público depende da construção que os jornalistas fazem dos assuntos transformados em notícia. Para complementar a discussão, o próximo tópico do texto enumera, a partir da literatura, uma série de outras funções, para além daquelas já discutidas acima, que consideram a mídia como uma instituição importante na sociedade contemporânea.

2.4 INFORMAÇÃO, POLÍTICAS AMBIENTAIS E AGENDAMENTO

Segundo Miguel (2002), na relação entre esfera política e midiática, os meios de comunicação ocupam cada vez mais espaço de destaque na sociedade. Isso tem afetado a vida dos espectadores e reorganizado grande parte dela, a partir do papel, ora mais central ora menos, que os *medias* ocupam. Esse impasse quanto ao papel da mídia na sociedade já vem sendo discutido desde o início do século XX (1920), a partir das Teorias da Comunicação e da Opinião Pública. Durante todo o século, pesquisadores e estudiosos passaram a dar atenção a este fenômeno, tentando identificar os seus efeitos sociais, políticos, culturais e econômicos na sociedade.

Num primeiro momento os meios de comunicação ganharam o status de mediador do debate na esfera pública, ou seja, atuavam como elo entre a esfera política e a sociedade civil, tornando os assuntos públicos (MIRALLES, 2001). Isso significa que ao pautar o tema política ambiental, por exemplo, os jornais estariam fazendo a mediação entre os atores políticos e a sociedade civil. Segundo Aruguete (2005), os acontecimentos que não estão ao alcance dos indivíduos, chegam até eles por meio da mídia. E quando esta é a única responsável por esse papel de mediação, é importante observar como ela aborda o assunto, pois possui o poder de determinar a criação de imagens a respeito dos fatos no imaginário social (ARRUGUETE, 2005; LIPPMANN, 2008).

Segundo Lippmann (2008), os veículos de comunicação são as nossas janelas ao vasto mundo além da nossa experiência direta, o que significa que eles determinam os mapas cognitivos em nossas cabeças. Isso se deve ao alcance dos meios de comunicação que, segundo Habermas (2006), é baseado nas tecnologias da informação de massa, o que confere a mídia chegar a um grande número de pessoas. Uma notícia sobre a implementação de determinada Lei Ambiental, por exemplo, alcança um público maior do que a militância de um determinado movimento social. O destaque que os meios de comunicação ocupam na discussão sobre debate público está relacionado com a sua característica de conseguir uma maior abrangência que as demais formas de difusão de informação.

Mas, a partir do momento em que a mídia faz a mediação dos temas e acontecimentos que não estão ao alcance direto dos indivíduos, ela atua como construtora de realidades, como propõe Tuchman (1972). As notícias devem, portanto, ser pensadas como produtos sociais como diz Ramírez (1992), pois

representam um modo de ver a sociedade, moldado por uma série de fatores que serão abordados no próximo capítulo. Ainda em 1985, Berger e Luckmann (1985, p.16) já discutiam a construção social da realidade, defendendo a interferência do contexto social específico de cada um, no contar dos fatos. Dessa forma, quando a mídia é a única forma que o sujeito possui para tomar conhecimento sobre alguma coisa, ou seja, a única versão possível é a que é dada pela imprensa, podemos associar com a discussão feita por Berger e Luckmann, em 1985, de que a partir do discurso de alguém, a “realidade” é admitida como certa, pois a pessoa não teve acesso ao fato tal como ele é e apenas ouviu um discurso.

Em consequência da mediação, os meios de comunicação passam a estabelecer os temas da agenda pública por meio da sua capacidade de dizer sobre o que as pessoas vão falar (McCOMBS, 2009). Essa função de agendamento serve como pressuposto para os estudos da cobertura jornalística, pois defende que o tipo de cobertura incide no debate público que os indivíduos promovem na sociedade, o que justifica olhar para a produção que os jornalistas fazem a respeito dos temas. Como o objetivo da análise é identificar de que forma as políticas ambientais aparecem na mídia impressa brasileira, temos como base que a forma com que a mídia aborda determinados assuntos tem implicações na sociedade e – mesmo que indiretamente – na formação da opinião dos indivíduos, seja pela escolha do tema, enquadramento, visibilidade ou presença na primeira página.

A hipótese da *agenda-setting*, desenvolvida no final da década de 1960 e início da década de 1970, atribui papel central aos veículos noticiosos por serem capazes de definir itens para a agenda pública (McCOMBS e SHAW, 1972). Segundo McCombs (2009), a teoria da agenda evoluiu a partir das explicações que explanavam a influência da comunicação na formação da opinião pública sobre os temas do dia, sendo que as experiências que evidenciam sua eficácia podem ser encontradas numa vasta literatura em diversos países. McCombs e Shaw (1972) são os autores que iniciaram os estudos sobre o agendamento temático e o ponto de partida dos autores era testar a frase formulada por Bernard Cohen: embora a imprensa não possa ser bem sucedida ao indicar as pessoas sobre como pensar, é eficaz ao dizer sobre o que pensar. Ou seja, se a imprensa não trata das ações do governo para o meio ambiente, as pessoas não terão informação suficiente sobre o assunto, já que a mídia é a principal forma de mediação que elas têm acesso.

Segundo os autores que defendem o poder de agendamento dos meios de comunicação, o público possui ou não possui informação, discute ou não discute determinados assuntos, de acordo com a relevância que esses temas ganham na mídia. E no caso das políticas públicas, elas podem deixar de ser discutidas pelos indivíduos caso a imprensa não disponibilize espaços de visibilidade para o assunto. Segundo Blanco (2000), a agenda da mídia é mais que um conjunto de notícias. É o espaço e o tempo que os meios dedicam aos temas públicos, o que é crucial para a argumentação política (BLANCO, 2000).

Os primeiros estudos – para testar a hipótese do agendamento – eram feitos em campanhas eleitorais e somente num período posterior é que o mesmo passou a ser estudado com temas públicos, tais como saúde, economia, violência, entre outros (McCOMBS, 2009). As pesquisas identificavam que havia correlação entre o que o público considerava mais importante e os temas abordados pelos meios de comunicação. Essa relação ocorre, segundo McCombs e Shaw (1972), pelo fato de que as informações que circulam nos circuitos de comunicação interpessoal (família, amigos, trabalho, cafés) são, fundamentalmente, retiradas e baseadas na cobertura jornalística da mídia. Isso mostra que embora os jornais não formem diretamente a opinião pública, eles servem como base informacional aos indivíduos.

Os jornais focam a nossa atenção nas questões mais importantes do dia e influenciam a saliência de tópicos na agenda pública (McCombs, 2009) por meio da presença nas primeiras páginas, nos formatos mais visíveis, entre outros fatores. Ao aparecerem no jornal, os temas possuem certas características (posição, espaço, elementos gráficos, etc) que contribuem para que o público organize suas próprias agendas e possam decidir quais são os temas mais importantes, sendo que, ao longo do tempo, os tópicos mais enfatizados tornam-se os mais importantes para o público, o que define o estabelecimento da agenda pública.

Ao tratar do processo de agendamento é necessário levar em consideração que há uma competição de temas para ocupar ambas as agendas, já que tanto o espaço na mídia quanto a atenção do público é escasso (McCombs, 2009). Juntamente com os poucos temas que compõem as agendas, está também o fato de não se manterem por muito tempo. Entretanto, McCombs (2009), citando Popkin, ressalta que o aumento do nível educacional dos indivíduos contribui para aumentar o leque de assuntos da agenda pública assim como sua atenção para a mídia, muito embora, isso não signifique aprofundamento nos temas, apenas um aumento

quantitativo. A educação tornou a agenda mais volátil e o elenco de temas passou a crescer a partir da década de 1960 dando espaço também para fatos específicos em certos espaços de tempo. Mas, por tratar-se de um tema menos amplo, tal como educação e saúde, por exemplo, é possível que as políticas ambientais não estejam entre este leque de temas mais discutidos na esfera pública. No entanto, é por meio da cobertura que os veículos fazem do tema que as pessoas adquirem informações sobre o assunto.

Destaca-se, ainda, que o impacto da cobertura da mídia não se dá apenas na agenda do público, mas também na agenda da elite política, quando os temas possuem relação com as decisões governamentais. Estudos citados por Leff, Protess e Brooks (1986) concluíram que questões relacionadas à saúde se tornaram significantes tanto para o público quanto para os políticos que estiveram expostos a cobertura, em detrimento dos que não acompanharam o caso na mídia. No caso das políticas ambientais, o tipo de cobertura pode influenciar tanto o público quanto os políticos por ser um assunto de interesse de ambos.

Apesar dos diferentes tipos de efeitos do agendamento, ora mais efetivos ora menos, quando os jornais deixam de agendar o tema, como foi estudado por Bennett e Manheim (1993) no caso da Guerra do Golfo, é como se a imprensa, por omissão, dissesse ao público que a discussão pública sobre aquele assunto é irrelevante. Isso significa que há um processo de não-agendamento do tema pela imprensa, já que, para determinados assuntos, as pessoas não possuem muitas informações prévias. Para além do processo de agendar os temas, o papel mais relevante é do não agendamento, que é quando a mídia não oferece para a população subsídios para a formação da opinião. Se não aparecem neste espaço de visibilidade possivelmente também não ganharão espaço na agenda do público. Dessa forma, trata-se de um processo circular de realimentação entre o que a mídia produz, os assuntos discutidos na sociedade e a atenção que a esfera política oferece aos assuntos de interesse do público. No próximo capítulo apresenta-se a discussão sobre a construção da agenda da mídia e dos fatores que interferem neste estágio.

3 AS CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO DAS NOTÍCIAS

Nas democracias, a circulação de informação é a base para o debate e os meios de comunicação são responsáveis pela difusão de temas de interesse público. Considerando que as ações do governo fazem parte do leque de assuntos importantes para a sociedade e que esta recebe a maior parte do conteúdo informativo por meio das notícias, é relevante identificar de que maneira os veículos colocam esse conteúdo a disposição dos leitores. A partir do momento em que se identificou a importância que a mídia possui na sociedade principalmente a partir da teoria do agendamento temático (MCCOMBS E SHAW, 1972), passou-se também a dar atenção para o processo de produção do conteúdo noticioso, estudando a própria agenda midiática e as características da produção jornalística.

Para discutir o assunto, este capítulo inicia com a discussão sobre o conceito de notícia e a aplicação de alguns critérios de noticiabilidade para o tema política ambiental. Apresenta, também, os possíveis efeitos da produção jornalística no público, apresentando as variáveis que influenciam na visibilidade das notícias, assim como os fatores internos e externos às redações. Para finalizar, o último tópico aborda a relação entre jornalistas e fontes.

3.1 A NOTÍCIA E OS CRITÉRIOS DE ESCOLHA DOS FATOS APLICADOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Não é possível, como apontam diversos autores, compreendermos as notícias como um reflexo do real. Há uma série de variáveis que influenciam e moldam o processo de construção, permitindo que o leitor obtenha uma visão de mundo, mas não a realidade tal como ela é (AGUIAR, 2007). Além disso, as notícias não são “espelhos da realidade” (ALSINA, 2009), como as primeiras teorias do jornalismo consideravam, pois as escolhas dos jornalistas são determinadas culturalmente (GALTUNG e RUGE, 1965), ou seja, o que é considerado notícias para determinados grupos não o é para outros. Além disso, como propõe Alsina (2009) o discurso jornalístico é um discurso social e está inserido num sistema produtivo.

O mundo da vida cotidiana é a fonte de notícias para os meios de comunicação. No entanto, são muitos fatos e acontecimentos para um espaço e tempo muito reduzido. Por isso é preciso que os jornalistas selecionem

determinados assuntos, tornando público apenas parte da realidade. Segundo Wolf (2009) o processo de produção das notícias pode ser comparado a um funil dentro do qual se colocam inúmeros dados, mas apenas alguns conseguem ser filtrados. Isso significa que nós temos acesso, por meio dos jornais, a apenas uma parcela de temas, os quais foram escolhidos levando-se em consideração uma série de fatores que influenciam no processo e, também, devido a características que eles mesmos possuem, distinguindo-se dos demais. Ou seja, eles têm valores que definem, em parte, a noticiabilidade, ou seja, a sua aptidão para ser transformado em notícias (WOLF, 2009). Embora eles existam na prática, muitas vezes não são totalmente codificadas e estão interiorizados nos jornalistas (HARCUPL e O'NEILL, 2001).

Isso significa que é preciso que as políticas ambientais, por si só, chamem a atenção dos jornalistas, sendo caracterizados como relevantes a partir de uma série de critérios, os quais são discutidos por diversos autores (HARCUPL e O,NEILL, 2001; GALTUNG E RUGE, 1965; SILVA, 2005; WOLF, 2009; ALSINA, 2009) e que chamamos de valores-notícia. Este é o primeiro passo para que os acontecimentos ganhem *status* público e façam parte dos assuntos que possuem visibilidade midiática. Dessa forma esse tópico permite discutir o porquê as políticas públicas são consideradas assuntos de interesse dos jornalistas a partir de seus valores e características na realidade.

A notícia é um produto que resulta ainda de uma série de influências como apontam Shoemaker e Vos (2009), mas antes de chegar ao jornalista, os fatos precisam por si só apresentar valores que os destaquem sobre os demais (SILVA, 2005). Como argumenta Aguiar (2007), a noticiabilidade de um acontecimento depende dos jogos de poder e saber estabelecidos entre as empresas e a comunidade dos jornalistas e não apenas dos fatos em si, embora esse seja o primeiro passo. Os valores-notícia – relacionados diretamente ao fato – são os primeiros elementos necessários para discutir a presença das políticas ambientais como assuntos potenciais para permanecer na cobertura jornalística.

Na perspectiva de Bourdieu (1997) esses valores-notícia podem ser considerados como os “óculos especiais” que os jornalistas usam para identificar os assuntos mais pertinentes para ganhar visibilidade na mídia. Como propõe o autor, os jornalistas “vêm de uma certa maneira as coisas que vêem” (Bourdieu, 1997: 25). Ou seja, é por meio desses critérios que os produtores selecionam os fatos, sendo que estas características são compartilhadas por toda a comunidade

jornalística. Dessa forma, o que se pretende discutir nesta parte do texto são quais os critérios definidos na literatura que consideram as políticas públicas ambientais como um assunto potencial para aparecer nos jornais e quais as possíveis influências exercidas durante o processo de produção das notícias.

Para Silva (2005) pode-se fazer uma sistematização dos critérios de noticiabilidade, dividindo-os em três categorias, sendo que a partir delas é possível relacionar com a presença ou ausência das políticas públicas ambientais no jornal. São eles: critérios de noticiabilidade na origem do fato (seleção primária dos fatos / valores-notícia); critérios de noticiabilidade no tratamento dos fatos (hierarquização, enquadramento, espaço, localização, etc); e critérios de noticiabilidade na visão dos fatos. Ou seja, há uma divisão entre os valores intrínsecos aos fatos dos demais valores externos e mais relacionados com o tratamento recebido dentro das redações. Dessa forma, os primeiros valores inicialmente sistematizados por Galtung e Ruge (1965), e que podem explicar a presença das políticas ambientais como assuntos aptos para receber visibilidade na imprensa, são chamados de valores-notícia, ou seja, aqueles que são intrínsecos aos fatos.

Galtung e Ruge (1965), já em meados da última metade do século XX, propuseram uma série de critérios para explicar como os acontecimentos se transformam em notícia. Esses autores são referências para estudar esses valores, pois tentaram explicar porque alguns fatos se transformam em notícias e outros não (HARCUPL e O'NEILL, 2001). Na perspectiva de Galtung e Ruge (1965) havia doze fatores que explicavam o conteúdo dos jornais. No entanto, depois dessa sistematização inicial, outros estudos sugeriram e dentre eles se destaca a proposta de Harcupl e O'Neill (2001), a partir de uma releitura dessas características. Os autores apresentaram critérios para notícias do dia-a-dia, pois o objetivo era observar como esses valores, que no trabalho de Galtung e Ruge (1995) eram pouco explicados e sistematizados a partir da realidade, poderiam ser aplicados atualmente. São eles: poder de elite, surpresa, entretenimento, celebridade, fatos positivos e negativos, magnitude, relevância, agenda da comunicação e suíte. A partir dessa relação, o terceiro capítulo discute, com base em dados empíricos, quais deles estão presentes quando o tema das notícias é política ambiental.

Destaca-se, dentre os critérios apresentados pelos dois autores, que alguns deles fazem referência às políticas ambientais e contribuem para explicar o porquê elas estão nos jornais. Um deles é poder de elite, pois, por se tratar de ações do

governo para o meio ambiente, a chance das políticas ganharem espaço nos jornais é maior que outros assuntos, já que envolvem figuras da elite política que por si só já são motivos para gerar notícias como se observa nos seguintes exemplos: “Governo vai mudar Código Florestal” (Gazeta do Povo – 23/05/2000) e “Lula amplia limite de venda de terra sem licitação na Amazônia (Folha de S. Paulo – 06/08/2008). Estas notícias citadas se referem ao posicionamento do governo sobre questões ambientais, sendo que, para Galtung e Ruge (1965), as ações da elite são mais importantes do que as atividades de outros atores sociais.

Silva (2005) destaca vários conjuntos de valores-notícia discutidos por diversos autores, sendo que, dentre eles, alguns também podem explicar as potencialidades das políticas para aparecer nos jornais: é o grupo que a autora define como governo, que vai ao encontro da definição acima. Nele está incluído o interesse nacional, decisões e medidas, inaugurações, eleições, viagens e pronunciamentos, sendo que as políticas ambientais além de ser de interesse nacional, são decisões e medidas tomadas pela elite política.

Além desses critérios ligados aos atores envolvidos nos acontecimentos, Harcupl e O'Neill (2001) também consideram a relevância e magnitude como fator determinante na escolha dos fatos. Por se tratarem de ações do governo, na maioria dos casos em âmbito nacional, as notícias possuem impacto na sociedade e interessa aos cidadãos ter informação a respeito dessas decisões políticas, tais como das seguintes reportagens: “Obras federais ameaçam florestas” (Folha de S. Paulo – 19/03/2000) e “Brasil plantou um bilhão de árvores em 2006” (Folha de S. Paulo – 19/03/2007).

Outro autor que discute os valores notícias, mas denominando-os como critérios substantivos, é Wolf (2009). Para ele, a noticiabilidade de um fato depende de uma série de fatores, sendo que os valores-notícia são um componente desse conceito mais amplo. Wolf (2009) cita o grau hierárquico dos indivíduos, o impacto, o interesse nacional, a quantidade de pessoas envolvidas pelos acontecimentos e, por fim, relevância e significância. Todos eles são características presentes nas políticas públicas, principalmente ao tratar de decisões que implicam no modo de vida dos indivíduos.

Mas ressalta-se que, além de olhar para as características dos fatos, é preciso fazer escolhas. Como propõe Silva (2005) trata-se de critérios de noticiabilidade no tratamento dos fatos. Dentre os assuntos selecionados será

preciso fazer uma nova escolha, pois é necessário decidir quais deles merecem entrar nas chamadas dos telejornais ou quais ganharão as primeiras páginas dos impressos, ou mesmo quais ocuparão mais espaço nas páginas internas. Neste momento é preciso não apenas escolher, mas hierarquizar (SILVA, 2005).

Esse processo define as características com que os temas aparecem no jornal, interferindo e produzindo efeitos no processo de agendamento dos temas. Dentre os quesitos que influenciam no processo de agendamento estão: o espaço, a visibilidade, o enquadramento, as temáticas, a localização na página, etc. Essas características são resultados de escolhas dos jornalistas e dos demais fatores que interferem na produção, os quais serão abordados em seguida. E segundo McCombs (2009), o que influencia na saliência dos temas transferidos para o debate público é a forma com que ele aparece. As pessoas passam a atribuir importância aos fatos a partir da quantidade de informação veiculada e da posição por ela ocupada. Mesmo os temas que passam pelos “*gates*” são tratados de forma desigual na sua apresentação ao público, já que uns são mais extensivos e outros severamente cortados (WEAVER, McCOMBS e SPELLMAN, 1975).

Segundo Weaver, McCombs e Spellman (1975) é a forma de valorização dos temas pelos jornais, através do tamanho do título e da sua localização em termos de paginação, que definem grande parte do impacto no debate. A matéria principal, de primeira página, tem mais visibilidade que os textos da página interior. Como define Alsina (2009, p.13) os temas de capa terão “maior *ibope*”, sendo que o mesmo ocorre com o tamanho do título e da matéria. Os tópicos enfatizados por meio dessas características ganham mais destaque e, conseqüentemente, tornam-se mais importantes também para o público (McCombs, 2009). Isso pode ser explicado pelo fato de que as matérias de primeira página têm duas vezes mais leitura do que as que aparecem em suas páginas internas, considerando-se, ainda, que as ilustrações gráficas também atraem os leitores. Isso mostra que, de acordo com a hierarquização dos acontecimentos, por meio do espaço e localização no jornal, é que se define a visibilidade dos assuntos e o possível impacto que ele pode ter em comparação com os demais. A notícia “Cidades do Paraná não atingem meta de reciclagem de lixo” (Gazeta do Povo – 12/01/2007) aparece como chamada de primeira capa, obtendo, então, mais destaque do que a nota “Ibama encontra mais de 100 madeiras ilegais no Pará” (Gazeta do Povo – 23/04/2005), que é um

formato que ocupa menor espaço e aparece geralmente na segunda dobra do jornal, como ocorreu com esse exemplo.

Essas diferenças nas características dos textos é resultado de escolhas. Além dos valores-notícias a seleção leva em consideração outros critérios analíticos, tais como os individuais, da redação, das instituições, da economia, da audiência, entre outros que foram enumerados por McCombs (2009) e Shomaker e Vos (2009), ou seja, são interferências internas e externas das redações. Dessa forma, o caminho percorrido pelas políticas públicas para estarem presentes na cobertura depende da qualidade desses acontecimentos de acordo com os valores-notícia dos próprios fatos somando-se posteriormente com outros critérios, agora não mais relacionados ao fato em si, mas com outras instâncias.

Em muitos casos, apesar da presença de uma série de critérios nos fatos presentes na realidade, determinadas políticas não possuem a mesma relevância do que outras nos jornais pesquisados. Isso pode ser explicado porque há alguns fatores que justificam a presença ou ausência desse tema na cobertura. Como aponta Fog (2004), a produção feita pelos meios de comunicação é influenciada por inúmeros fatores, sendo que, para Rocha (2008), não são os jornalistas os responsáveis, de fato, pela produção. McCombs (2009), por exemplo, fala de três fatores, os quais ele considera como sendo os elementos-chave do processo produtivo: as fontes que fornecem informações, as interações e a influência dos veículos de comunicação entre si (agendamento intermídia) e a terceira, que são as normas sociais do jornalismo. O primeiro elemento apontado por McCombs (2009) são os atores que informam os jornalistas. Segundo o autor, parte daquilo que sabemos origina-se em fontes oficiais e, principalmente, de assessorias de informação. Um estudo feito por Gandy (1986, apud McCombs, 2009), mostrou que metade das matérias do *New York Times* e do *Washington Post* produzidas durante 21 anos era substancialmente baseada em *press releases* enviados por fontes e assessorias. Essa discussão ajuda a explicar a presença de fontes oficiais em detrimento de outros atores na cobertura, o que será assunto para a próxima parte dessa discussão teórica.

Além das fontes de informação, os próprios meios exercem influência sobre os demais, ou seja, os veículos maiores são responsáveis em agendar os locais e regionais. E as agências de notícias também possuem forte relação com a agenda da mídia. Já a terceira variável apontada por McCombs (2009) são as normas e

tradições do jornalismo. Isso pode explicar as diferenças na visibilidade que um tema recebe em um veículo e em outro. Segundo McCombs (2009) análises já demonstraram que as normas e tradições do jornalismo não influenciam apenas a agenda da mídia, mas a agenda pública também.

Diferente de McCombs (2009), Shoemaker e Vos (2009), por meio da Teoria do *Gatekeeping*, fazem um detalhamento maior sobre os fatores que interferem na escolha e tratamento dos temas, os quais são usados aqui para explicar as diferenças na aparição e tratamento das políticas ambientais nos jornais pesquisados. Num primeiro momento, partia-se do princípio de que as notícias eram selecionadas de acordo com as escolhas dos jornalistas (o *gatekeeper*). Mas hoje, tais escolhas não se relacionam somente aos critérios pessoais dos profissionais e sim, com outros fatores externos ao jornalista. O primeiro nível de análise da teoria é o individual. O *gatekeeper* pode pensar sobre determinado assunto, considerando as suas características individuais e do ambiente em que reside (Shoemaker e Vos, 2009). E neste caso a influência poderia ser de um conhecimento prévio.

Outra variável que interfere na produção são as rotinas dos próprios veículos de comunicação. Shoemaker e Vos (2009) explicam que esse nível seria responsável pela padronização do veículo. Os jornalistas passam a se articular dentro das rotinas do jornal, ou seja, a partir da internalização dos valores por meio do processo de socialização que, segundo Ramírez (1992), é mais relevante do que as escolhas pessoais do jornalista. Determinados assuntos já são previamente selecionados, enquanto os demais quase nunca aparecem.

A teoria avança para um próximo nível de interferência e elenca as próprias organizações midiáticas como fatores que incidem na escolha das notícias (não apenas escolha como um processo simples, mas de direcionamento, enquadramento, angulação, etc.). Nessa instância os autores chamam atenção para a influência das políticas organizacionais no conteúdo dos veículos, processo que pode ser mais bem visualizado quando discutidas a presença e valência das notícias relacionadas a determinados candidatos em período eleitoral, por exemplo.

Para além desses fatores relacionados a instituição, há ainda os constrangimentos externos, os quais são chamados por Rocha (2008) como “as pressões de fora”, sendo que podem ser, por exemplo, comerciais e políticas, delimitando a autonomia e independência da mídia (AZEVEDO, 2001). Os dois últimos níveis que Shoemaker e Vos (2009) propõe são esses fatores externos,

como as instituições e o sistema social, no qual o veículo está inserido e que, segundo Ramírez (1992), é determinante no processo produtivo. Os meios de comunicação estão inseridos num sistema social ao lado de outras instituições, as quais, segundo Shoemaker e Vos (2009), afetam o processo de produção jornalística.

As redações recebem influências de fatores econômicos (mercado dita o que deve ser considerado notícia para aumentar as vendas e conseqüentemente os lucros do veículo), das audiências (interesse do público), dos anunciantes, do governo, grupos de interesse, etc. Estas são instituições externas que, por estarem próximas da mídia, operam sobre seu conteúdo indiretamente por meio de normas e regras também internalizadas, pois, os jornalistas assumem as demandas e valores como sendo os seus. Segundo Shoemaker e Vos (2009), é o mercado que define o conteúdo, ou seja, são as demandas da audiência que são produzidas pelos jornais. Isso pode, por exemplo, explicar a possível entrada de textos sobre política ambiental no jornal já que, devido às características da região onde ele é produzido, a população demanda por mais informações, principalmente sobre determinados temas.

A construção da realidade produzida pelas empresas jornalísticas depende da postura do veículo, da sua relação com o poder político e da sua inserção na economia (ARUGUETE, 2005), pois o tipo de mercado condiciona o trabalho dos jornalistas (RAMÍREZ, 1992). Para Rocha (2008), é a desigualdade no poder de definir a agenda midiática, existente na relação entre os jornalistas, a elite política e do mercado que fazem desses últimos “agentes sociais como definidores primários da notícia, enquanto os profissionais da imprensa figuram apenas como definidores secundários” (ROCHA, 2008, p. 49).

Segundo Shoemaker e Vos (2009), os anunciantes têm forte influência sobre o conteúdo que é produzido, até mais do que a audiência. Além desses fatores, também é citado por Shoemaker e Vos (2009) as relações que o jornal possui com outras instituições, as quais oferecem informações sobre si mesmas por meio de *releases*. Grande parte do conteúdo que as organizações recebem é proveniente de assessorias (McCOMBS, 2009) e, inclusive, de organizações políticas, as quais produzem pseudo-eventos para receberem cobertura da mídia (SHOEMAKER e VOS, 2009) e criam estratégias para influenciar a agenda da mídia. Dessa forma, as políticas ambientais podem ganhar espaço por serem pré-agendadas e

determinadas por assessorias governamentais, como das prefeituras, da Câmara dos deputados, etc.

Essa mesma relação observada entre as instituições midiáticas e o governo, também esta presente entre as primeiras com os grupos de interesses, que tentam promover suas questões ou modificar o conteúdo da mídia. Aqui, podem ser incluídas as fontes, pois, elas são atores interessados no conteúdo a ser divulgado no momento em que dão sugestões de pauta e são ouvidas pelos jornalistas. Além desses fatores, também se considera que as características do ambiente onde os jornais são produzidos influenciam na produção como, por exemplo, a presença de indústrias, as quais tendem a influenciar a cobertura sobre ações tomadas em favor do meio ambiente quando essas empresas causam danos ambientais.

E no nível do sistema social, no qual os meios estão inseridos, ressalta-se a diferença na forma de cobertura de um determinado veículo e outro, quando pertencentes a sistemas sociais diferentes, como é o caso de países com culturas e costumes diferenciados. Nesta pesquisa, os dois veículos pertencem a um mesmo tipo de sociedade, mas é possível que houvesse diferenças que pudessem ser explicadas por essa variável se os veículos analisados estivessem em ambientes sociais diferentes. No caso da cobertura sobre as políticas públicas ambientais, as diferenças na cobertura poderão ser explicadas pelas instituições sociais, regras e normas das empresas, dos jornalistas e pelas características do ambiente em que os jornais são produzidos, assim como pela sua circulação.

E além desses critérios de tratamento, que determinam as características das notícias nas páginas dos jornais, há também os critérios de noticiabilidade na visão dos fatos, que dizem respeito às escolhas que levam em consideração os fundamentos éticos, filosóficos e epistemológicos do jornalismo, que compreende os conceitos de verdade, objetividade, interesse público e imparcialidade (SILVA, 2005). Dentro desses critérios, destaca-se o interesse público como a característica que vai ao encontro do tema política pública como assunto noticiável, já que se trata de ações governamentais sobre meio ambiente, o que envolve direta e indiretamente a sociedade. Wolf (2009) acrescenta, ainda, critérios relativos ao produto, à concorrência e a disponibilidade de material.

Neste tópico o objetivo foi apresentar a discussão sobre o processo de construção das notícias como algo que envolve uma série de fatores que interferem na seleção e hierarquização das notícias. Mas esse processo só ganha destaque na

literatura por ser importante num momento subsequente, que chamamos de transferência de temas da mídia para o público, pois, como já foi discutido, os assuntos que mais se destacam para a sociedade são, em grande medida, aqueles que mais se apareceram na cobertura jornalística feita pelos meios de comunicação (McCombs, 2009). Para tanto, o próximo tópico pretende apresentar, a partir de alguns autores, os possíveis efeitos que a produção jornalística pode ter, tais como a transferência do temário, dos enquadramentos e dos atributos.

3.2 TEMÁRIO, ENQUADRAMENTO E SALIÊNCIA DE ATRIBUTOS

Como já foi apontado no início do capítulo, as pesquisas que estudam as características das notícias nos meios de comunicação partem dos possíveis efeitos que essa produção possui nos leitores. Dessa forma, apresenta-se neste tópico uma discussão sobre alguns desses processos apontados pela literatura. Os meios de comunicação, além de agendarem os temas para o debate público como mostraram McCombs e Shaw (1972), possuem a capacidade de transferir atributos sobre os assuntos que ganham espaço no jornal. Essa é uma segunda dimensão do processo de agendamento (FOG, 2004), em que a mídia não seria capaz apenas de agendar temas, mas também atributos sobre esses temas a partir do tipo de produção que fazem a respeito dos assuntos de interesse público. A idéia inicial, segundo McCombs (2009), é que os elementos proeminentes na cobertura jornalística tornam-se proeminentes nas imagens que o público possui sobre os fatos, ou seja, se num primeiro momento da teoria da agenda estudava-se a transferência de temas, esta segunda parte aponta para a transmissão de saliência de atributos.

Segundo McCombs (2009) são os atributos dos fatos presentes na cobertura que definem a notícia e podem inclinar a opinião pública na direção de uma determinada perspectiva. É o que ocorre com a imagem dos candidatos e com os temas/problemas que os veículos agendam no debate público. Essa continuidade da teoria da agenda envolve dois outros conceitos: o enquadramento (*framing*) e também o *priming*. Ambos são mais recentes e estão relacionados para explicar o processo de construção e recepção das notícias, permitindo compreender como e em que medida a mídia interfere na construção das imagens formadas na cabeça do público receptor. Para McCombs (2009), o agendamento de atributos é uma mescla entre a teoria da agenda e o conceito de enquadramento.

O enquadramento envolve essencialmente a seleção e saliência (ENTMAN, 1993). Segundo Entman (1993) o enquadramento pode ser descrito como a seleção de alguns aspectos da realidade que aparecem de maneira mais salientes em um texto de comunicação como, por exemplo, a definição do problema particular, uma determinada interpretação causal ou algum tipo de avaliação moral (ENTMAN, 1993). O conceito está relacionado com os aspectos que ficam mais destacados num texto jornalístico, ou seja, com o modo que ele é organizado, sugerindo a seleção, ênfase, exclusão e elaboração de determinados tópicos. E são essas características salientes que se tornam mais importantes para o público.

O texto, segundo Entman (1993), pode conter “quadros”, que se manifestam pela presença ou ausência de palavras, frases, imagens estereotipadas e fontes de informação. Esta segunda etapa do processo de agendamento leva a repensar a frase de Bernard Cohen sobre o agendamento, já que a mídia além de dizer sobre o que pensar, poderia ainda dizer como pensar. Um exemplo citado pela literatura trata do meio ambiente, em que foi possível identificar uma correspondência perfeita entre a saliência de atributos dos fatos em dois jornais de Tóquio e no seu público (McCOMBS, 2009). Entretanto, destaca-se que a saliência destes mesmos atributos no público depende, também, do ambiente informacional destes últimos e de uma série de características próprias. Como aponta Entman (1993), não há garantias da sua influência no pensamento do público, mas observou-se que a forma com que as informações eram apresentadas interferia na interpretação que as pessoas faziam sobre o assunto.

Os conceitos de enquadramento e atributos indicam os aspectos salientes dos textos que podem ganhar saliência na agenda pública em determinadas circunstâncias. No entanto, McCombs (2009) define diferença entre atributos e enquadramento. Para o autor a diferença entre estes dois conceitos é que o enquadramento é um aspecto mais geral priorizado no texto. Enquanto os atributos são de nível mais baixo, podendo ser chamados de microatributos (aspectos e argumentos marcantes), o enquadramento seria um macroatributo (tema central ou perspectiva dominante) que ganha mais destaque entre os demais. Mas destaca-se que ambos os conceitos estão relacionados com o processo de produção das notícias e os aspectos que ganham mais destaque. São esses elementos - que representam a segunda dimensão do processo de agendamento - que contribuem,

em paralelo com as características do ambiente informacional, para formatar as perspectivas e opiniões.

Já o *priming* trata de não mais discutir sobre o que as pessoas pensam, mas de como determinados esquemas mentais são ativados por conteúdos das notícias (CERVI, 2010) e como isso afeta a manutenção ou mudança das avaliações que o público possui sobre temas e lideranças políticas, por exemplo. O *priming* é uma hipótese que vai além da relação direta dos conteúdos informacionais e o público, mas tenta explicar os efeitos da comunicação jornalística em contato com a memória do público (CERVI, 2010). Isso significa que temas e atributos, dependendo do contato que possuem com a memória do público – assim como com o ambiente informacional destes – é que terão determinado resultado na formação da opinião dos indivíduos. O conceito de *priming* está relacionado com o processo posterior, ou seja, a recepção das mensagens e seus atributos, identificando como estes estão presentes na opinião sobre os temas públicos. Destaca-se que ao analisar o enquadramento das notícias sobre política pública nesta pesquisa, o objetivo é olhar para as notícias nos jornais. Apenas apresenta-se este conceito para sistematizar o processo de influência que pode ocorrer na relação da mídia com o público. Como aponta Fog (2004) o objetivo neste trabalho é olhar os *frames* da mídia nas notícias sobre políticas públicas, o que posteriormente pode vir a contribuir para a construção de *frames* na audiência.

O *priming* amplia a discussão sobre recepção de temas e atributos para um processo mais complexo em que os enquadramentos e aspectos salientes do texto podem ativar esquemas de memória salientes no público, ou seja, nesta hipótese aparece uma nova variável: o aspecto psicológico dos indivíduos que interfere no processo de recepção. Tanto as características do público quanto da produção possuem importância para explicar os efeitos das notícias. Os indivíduos possuem uma atenção seletiva, já que não é possível dar conta de todos os temas e assuntos, sendo que é por meio daquilo que aparece saliente na suas mentes é que formam suas opiniões. Esse tópico apresentou os possíveis efeitos que a cobertura jornalística pode ocasionar, no entanto é necessário relativizar esse impacto. Para tanto, o texto a seguir discute o conceito de ambiente informacional.

3.3 AMBIENTE INFORMACIONAL E O IMPACTO DIFERENCIADO DA MÍDIA

Com o contínuo desenvolvimento dos estudos sobre as fases do processo de agendamento, percebeu-se que os efeitos dos meios de comunicação ocorriam de maneira diferente nos indivíduos, tanto ao medir a correlação entre os temas da agenda da mídia e da agenda pública, como nos estudos mais avançados de *priming*. Muito embora McCombs (2009) considere o tipo de cobertura – tamanho, localização, presença de elementos gráficos e na primeira página – mais relevante para explicar os efeitos da mídia para os determinados tipos de tema, o autor também aponta que há fatores presentes nos indivíduos que interferem na recepção das informações – as características do ambiente informacional.

Dessa forma, a influência dos meios de comunicação, seja nas eleições ou no agendamento de temas públicos, depende do ambiente informacional, no qual a pessoa se encontra e o seu nível de informação anterior ao conteúdo jornalístico. Assim, as predisposições, o conhecimento prévio, o distanciamento com relação aos temas, a exposição à mídia, sua identidade partidária, nível de interesse e grau de informação influenciam nos efeitos que a mídia pode provocar como aponta McCombs (2009). No caso do tema política ambiental, as pessoas que estão mais distantes do assunto tendem a ser mais influenciadas pelo tipo de cobertura, diferente daqueles que já possuem um conhecimento prévio sobre meio ambiente, por exemplo. Já nas eleições o efeito é muito menor nos eleitores que já decidiram o voto. Segundo McCombs e Shaw (1972), o estudo feito em Chapel Hill selecionou apenas os indivíduos que não tinham decidido de modo definitivo em quem votar. E em pesquisas feitas por Coimbra (2007) sobre as eleições, o autor percebeu que a influência da mídia ocorre em pessoas de pouco interesse em política, menos informadas e que não têm uma ligação direta com nenhum partido.

A exposição aos meios de comunicação - uma das características apontadas acima – é responsável pela maior ou menor efetividade do agendamento. As pessoas que possuem um grau mais elevado de exposição às informações difundidas pelos veículos de comunicação tendem a aprendê-las de forma mais efetiva que os que não tiveram acesso à mídia. Mas para definir com mais êxito os impactos, leva-se em consideração, além da exposição à informação, a sua necessidade de orientação. Segundo Weaver, McCombs e Spellman (1975), quanto maior a necessidade de orientação, mais as pessoas se expõem aos meios de

comunicação, com o objetivo de adquirir maior base para formar sua opinião. Quando tratamos do tema desta pesquisa, identifica-se que por ser um assunto da agenda política, não há muitas informações na sociedade e a mídia torna-se a principal fonte de orientação.

Há momentos na arena cívica em que os indivíduos sentem necessidade de orientação, sendo que a fonte fundamental é a mídia. Para compreender esse processo os autores da teoria da agenda definiram dois conceitos que explicam os parciais efeitos do agendamento: a relevância e a incerteza. O primeiro deles – a relevância – é considerada como a condição definidora inicial da necessidade de orientação, pois quando o assunto não tem relevância para o indivíduo, ou ela é baixa ou quase inexistente, ele não procura obter informações. Ou seja, o cidadão precisa ter interesse pelo tema para buscar informações sobre ele. Entretanto, além da relevância é necessário levar em consideração o nível de incerteza. Em alguns temas, os indivíduos já têm informações suficientes o que significa que seu grau de incerteza é baixo. Quando tanto a relevância quanto a incerteza são altas, a necessidade de orientação também é alta, o que significa uma maior correlação entre os temas das duas agendas – da mídia e do público – já que os indivíduos buscam mais informações.

No caso do tema pesquisado, parte-se do princípio de que apesar de ser um tema distante da população – embora tenha impacto no cotidiano dos indivíduos no momento da execução das políticas - por tratar-se de ações da esfera política, as pessoas possuem interesse, pois afetam diretamente suas ações diárias, tais como as políticas de reciclagem, de preservação da água, das novas legislações, etc. Neste caso há alto grau de relevância devido à importância do assunto e níveis consideráveis de incerteza, o que se explica pela distância entre o público e o assunto. Isso significa que, levando em consideração estas duas características, a mídia torna-se um importante espaço para que as pessoas possam adquirir informações.

Os conceitos de relevância e incerteza, que culminam na alta ou baixa necessidade de orientação, contribuem, em conjunto com o tipo e quantidade de cobertura noticiosa presente na agenda da mídia, para que ocorra o agendamento. Além dessas características, destaca-se que quando o fluxo de informação sobre determinado assunto foi quase integralmente fornecido pelos meios de comunicação – como no estudo do caso watergate (WEAVER, MCCOMBS e SPELLMAN, 1975) -

os efeitos do agendamento se mostram mais eficazes já que não houve presença de outras fontes de informação sobre o tema e nem informação previa. Segundo Leff, Protesse e Brooks (1986) quanto menor for a informação e a sensibilidade de um público sobre um tema antes da sua abordagem por parte dos media, maiores serão as probabilidades de as pessoas serem influenciadas.

Outro fator de impacto é a experiência pessoal com o assunto, que diminui a correlação entre as agendas. Segundo McCombs (2009), essa variável pode ser mais poderosa do que a imprensa quando as questões têm impacto direto na vida das pessoas. Isso mostra que as outras fontes de informação, a experiência pessoal, os amigos e os colegas de trabalho influenciam os receptores no sentido que contribuem para aumentar o leque de informação, fazendo com que eles necessitem menos de informações da mídia. Estudos já realizados comprovaram que a correlação entre os temas presentes na cobertura e aqueles considerados mais importantes pelo público, em determinados momentos, é mais forte para os assuntos que se encontram mais distante, ou seja, em que não há relação direta, pois, o indivíduo possui menos informações próprias e depende mais da mídia (McCOMBS, 2009). Após discutir os efeitos da mídia sobre o público em determinadas condições, o tópico abaixo aborda a importância da relação entre os produtores e as fontes jornalísticas, o que incide na qualidade do debate oferecido pelos meios de comunicação.

3.4 RELAÇÃO ENTRE JORNALISTAS E FONTES

A pluralidade do debate é decidida, segundo Serrano (1999), pela relação entre os jornalistas e as fontes. Segundo Ávora (2005), o jornalista nem sempre está no lugar dos fatos, por isso precisa das fontes para narrar-lhe o acontecimento. A escolha de quem vai ser entrevistado faz parte de um processo que leva em consideração o jornalista, a instituição da qual ele faz parte, a estrutura social, as rotinas produtivas, entre outros fatores. O papel desses atores é discutido em diversas teorias da comunicação, sendo considerados fundamentais no processo de escolha daquilo que vai ser notícia (SHOEMAKER E VOS, 2009), pois segundo Ramirez (1992) as fontes subsidiam o processo de produção e, ao fazer isso, possuem um importante papel na definição do conteúdo do jornal. Sousa (2002) e Pinto (2000) levam em consideração que são os jornalistas que determinam e dão

acesso a determinadas fontes por meio de suas redes de contato. Mas lembram que elas informam apenas aquilo que lhes interessa, enquadrando o fato conforme seus objetivos. E por haver esse interesse particular, é necessário que se obtenha diversas opiniões sobre o mesmo fato.

Segundo Cervi (2010), o que justifica a presença de um debate plural e o acesso igualitário das fontes aos sistemas de comunicação é o fato das pessoas usarem estas informações recebidas como base para a discussão pública e para a formulação das opiniões. Uma maneira de ampliar as informações é possibilitando ao leitor que ele tenha acesso a diversos pontos de vista, o que é possível a partir da presença de vários tipos de atores sociais na cobertura. As vozes presentes no debate proposto pelos meios de comunicação, seja nas páginas do jornal ou em qualquer outro meio, precisam ser amparadas pela diversidade com o objetivo de dar espaço aos vários tipos de atores presentes na sociedade e que possuem conhecimento e podem contribuir com a discussão. Não é suficiente apenas a circulação de informação, é necessário que elas estejam baseadas em diferentes fontes. Essa diversidade, segundo Hansen (2007), melhora a qualidade da democracia e do debate, pois quando isso não acontece a esfera midiática é considerada como espaço apenas de publicidade e visibilidade de opiniões privada.

É desejável que as minorias (ONGs, ambientalistas, população, etc.) também possuam espaço de fala na esfera de visibilidade pública midiática (HANSEN, 2007) contribuindo para o exercício da democracia. Hansen (2007), a partir do seu estudo da presença de fontes nos temas relacionados com a cidadania, acrescenta que seria necessária a utilização de fontes oriundas da sociedade civil, para que pudessem ser incluídos na cobertura temas não-hegemônicos. É relevante que haja organização das estruturas dos veículos de comunicação voltada para a capacidade competitiva de refletir, baseando-se na diversidade, pois a visibilidade/invisibilidade dos atores, temas e demandas na sociedade depende em larga medida do grau de pluralidade existente no sistema de mídia.

Mas, apesar da importância da pluralidade de vozes e de informações diversificadas para a qualidade da democracia, a relação entre fontes e jornalistas se mostra tendenciosa para alguns tipos de fontes e influenciada pelos fatores internos e externos da redação, o que explica os resultados dos trabalhos empíricos que demonstram que não há pluralidade de vozes no debate produzido pelos meios de comunicação. Hansen (2007) chama a atenção que embora a mídia tenha como

fundamento normativo a pluralidade de vozes há priorização de fontes oficiais e institucionais, diminuindo a diversidade de discursos. Segundo Serrano (1999) a produção jornalística apresenta um número maior de fontes relacionadas a instituições fazendo com que as notícias sejam representações das autoridades. Isso está relacionado com o cultivo de relações das fontes governamentais e institucionais com os jornalistas.

Segundo Blanco (2000), a competição para estabelecer as agendas, assim como para ser fonte de informação, não se disputa em igualdade de condições. A proximidade com determinados tipos de fontes, chamadas de institucionais, exclui a busca por atores distintos. Blanco (2000) chama isso de rotinas de interação, as quais, segundo o autor, são responsáveis pela marginalização dos movimentos sociais, tanto na participação na política quanto nas notícias. Em ocasião disso, as práticas cotidianas da produção jornalística, a partir do agendamento, estruturam a esfera pública em favor dos grupos que contam com mais recursos institucionais, como aponta Fuks (2000). E isso tende a influenciar a opinião dos indivíduos de acordo com as informações oficiais dos fatos, já que não possibilita versões alternativas.

Complementando os autores, Habermas (2006) argumenta que a elite política é responsável pela maior parte dos temas abordados pela mídia, resultado da relação de proximidade entre a esfera política e midiática: “os políticos e os partidos políticos são, sem sombra de dúvida, os mais importantes “fornecedores” de informações” (HABERMAS, 2006, 16). Eles possuem facilidades com relação à negociação de acesso privilegiado e podem transformar o poder social adquirido com a visibilidade em poder político. Embora uma das hipóteses da análise seja de que, possivelmente, por tratar-se de um tema que envolve a esfera política, haja um número significativo de atores políticos na cobertura, isso não significa que possam ser excluídos da cobertura os movimentos ambientais e os cidadãos comuns, pois as políticas públicas devem ser discutidas em paralelo com a sociedade. Habermas (2006) propõe cinco categorias de fontes, que segundo ele são: a) lobistas (que representam grupos de interesse especiais); b) advogados (que ou representam grupos de interesse geral); c) especialistas (a quem são creditados conhecimentos profissionais ou científicos); d) empreendedores morais (que geram atenção pública para questões supostamente negligenciadas); e e) intelectuais (que adquiriram reputação pessoal reconhecida em algum campo).

No entanto, Habermas (2006) diz que são os lobistas que possuem maior acesso, por já conhecerem as rotinas jornalísticas e possuírem estratégias de assessoria para agendar seus temas, opiniões e ganharem visibilidade. Ressalta-se que organizações não-governamentais e movimentos sociais não conseguem, assim como os membros do governo, *status* automático de visibilidade. São fontes, na maioria das vezes, disruptivas, ou seja, que precisam promover eventos (passeatas, mobilizações, etc.) para ganhar espaço. Essa é uma outra definição feita por Molotch e Lester (1974) onde os autores dividem a origem das fontes jornalísticas (*news promoters*) em três categorias: Habitual, Disruptiva Social e Cidadão Individualizado.

Para Pinto (2002), devido aos critérios de avaliação das fontes (autoridade, produtividade e credibilidade) estarem fortemente relacionados com as rotinas produtivas e as redes noticiosas, a fonte oficial acaba sempre sendo a mais procurada principalmente pelo motivo de tempo, espaço e cobranças sobre o trabalho do jornalista. Para Ramírez (1992), elas influenciam mais que as outras no processo e possuem mais acessos, pois são consideradas mais seguras pelos jornalistas e satisfazem a rotina dos jornais. Para complementar, Blanco (2000) argumenta que os produtores privilegiam as fontes oficiais por motivos pragmáticos: fluxo constante e seguro de informação. A manutenção dessas idéias nas redações implica no acesso desigual dos atores sociais a visibilidade midiática.

Fuks (2000) também argumenta para as vantagens que uns atores possuem sobre os outros, o que para o autor está relacionado com a diferença na distribuição de recursos materiais e simbólicos. Os atores situados nas instituições governamentais assumem posições privilegiadas na disputa pela visibilidade - que nesta pesquisa se trata da visibilidade midiática - pois possuem características que facilitam o acesso. Fuks (2000) salienta que determinados tipos de atores conseguem colocar o tema em debate, mas não conseguem se manter presentes nele, ou seja, o assunto ganha status público, mas deixa de ser monopólio do grupo/segmento responsável. Num estudo feito por Blanco (2000) sobre a cobertura jornalística das ações de um movimento antimilitarista na Espanha, foi possível identificar que os três periódicos analisados, apesar de noticiarem os inúmeros protestos realizados pelo grupo, não o considerava como fonte, dando espaço para políticos, juízes e para a polícia (BLANCO, 2000). Outra pesquisa realizada por Bennett e Manheim (1993), que observou a cobertura sobre a Guerra do Golfo,

também identificou um posicionamento do veículo sobre o assunto, por meio da utilização de determinados tipos de fontes. Os autores concluíram que as vozes favoráveis ao governo americano ganhavam destaque na cobertura, enquanto as de oposição apareceram poucas vezes.

Em decorrência da facilidade e da posição, as fontes mais poderosas (governamentais, grandes instituições) garantem com facilidade a visibilidade pública de seus acontecimentos, assim como a sua presença nos espaços de fala. Já as demais (associações, grupos cívicos, organizações não governamentais) lutam pela divulgação dos seus acontecimentos e por visibilidade de suas opiniões de maneira desigual. Santos (2003) considera que essas últimas são fontes fracas, ou seja, por si só não conseguem agendar os meios de comunicação nem ganhar visibilidade na cobertura. “Os mais poderosos econômicos e politicamente podem obter acesso fácil e ser procurados pelos jornalistas; os que não têm poder enfrentam maior dificuldade no acesso e não são procurados até que as suas atividades produzam notícias de desordem social ou moral” (SANTOS, 2001).

Dessa forma, percebe-se que a relação entre os jornalistas e as fontes não se trata de dependência ou de autonomia de um ou outro, mas é uma relação de luta entre os dois tipos de atores sociais (PINTO, 2000) e está intimamente relacionada com a pluralidade do debate produzido pela mídia. Essa relação possui, ainda, influência das rotinas produtivas e da cultura da redação, assim como do desenvolvimento das estratégias que as próprias fontes possuem para agendar seus temas e opiniões, como a presença de assessoria e contatos dentro dos jornais. Segundo Serrano (1999), Habermas (2006), Blanco (2000) e Santos (2003) são os fatores internos e externos à redação que ajudam a explicar porque há diferença entre o acesso de um tipo e outro de ator social no debate, resultando na ausência de pluralidade na informação divulgada pela mídia.

Este capítulo teve por objetivo discutir a produção jornalística, apontando os fatores que interferem nesse processo, assim como as características das notícias e os principais efeitos no público, a partir da literatura. No próximo capítulo é feita a análise dos dados, relacionando-os com os conceitos e teorias abordados aqui.

4 A PRESENÇA DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS NA MÍDIA IMPRESSA

Neste capítulo apresenta-se a análise como os jornais pesquisados – Folha de S. Paulo, Gazeta do Povo e Diário dos Campos - fazem a cobertura das ações do governo para o meio ambiente durante o período de 2000 a 2009. Antes de discutir os dados, há uma breve discussão metodológica justificando a utilização da metodologia quantitativa e a descrição das principais variáveis. Posteriormente, apresenta-se a análise.

4.1 A METODOLOGIA QUANTITATIVA PARA DESENVOLVER A ANÁLISE

A utilização do método quantitativo nas pesquisas sobre cobertura jornalística de temas políticos, tal como políticas ambientais, tem por objetivo identificar como o assunto aparece nos jornais a partir de características que podem ser medidas e contabilizadas. O primeiro argumento para o uso do método é que este não depende das escolhas do pesquisador e nem do fato de um ser melhor que outro – o que constantemente tem sido motivo de embate entre quantitativistas e qualitativistas – mas do objeto que o pesquisador pretende estudar e dos objetivos do trabalho.

Segundo Davis (1976), para a utilização da metodologia quantitativa são necessárias algumas orientações, tais como a exigência de um grande número de casos para poder fazer inferência na realidade. Dessa forma, mantendo-se a análise de grande quantidade de textos jornalísticos e de um longo período como ocorre neste estudo⁵, não seria possível o uso de outro método. Além disso, alguns autores defendem o uso conjunto dos dois métodos – quantitativo e qualitativo – como complementares nas pesquisas científicas (MAHONEY E GOERTZ, 2006), por isso algumas variáveis qualitativas são quantificadas para serem analisadas.

Destaca-se que o banco de dados com notícias sobre políticas ambientais foi produzido tendo como base a coleta por amostragem, que segundo Bauer (2002) é chamada de “amostra por semana composta”, em que coleta-se o material por semana, fazendo um rodízio das datas, para que não haja viés na amostra e possa

⁵ Para pesquisas quantitativas é recomendável trabalhar com mais de 100 casos. Neste estudo foi analisado um período de 10 anos da cobertura, totalizando uma amostra de aproximadamente 1560 edições, sendo 520 para cada um dos jornais. Nessas edições selecionadas foram coletadas 1134 entradas.

abarcam edições de todos os dias⁶. O objetivo é identificar padrões das coberturas (RAGIN, 1994) sobre políticas ambientais na mídia podendo por meio da amostra construída, fazer inferências para o período estudado. A pesquisa quantitativa oferece a possibilidade de relacionar as variáveis, por isso coletam-se uma série de características, desde o número de entradas até o enquadramento dos textos. Também é possível fazer testes estatísticos para testar a aplicação da amostra para a realidade. O método permite ainda relacionar os dados da realidade social – neste caso a produção que os jornalistas fazem sobre o tema estudado - com teorias já existentes e observar como elas se aplica em casos específicos.

4.1.1 Dos conceitos aos indicadores: as variáveis analisadas nos textos

Este tópico tem por objetivo apresentar as variáveis⁷ coletadas nos textos jornalísticos analisados. O objetivo é descrevê-las e relacioná-las com a discussão proposta nos primeiros capítulos. A primeira delas é o **número de textos por edição**. A quantidade de entradas sobre determinado tema é o primeiro passo para observar a cobertura realizada pelos veículos, podendo-se comparar os jornais e também a evolução durante os 10 anos, possibilitando uma análise temporal.

Outra variável é o **formato das entradas coletadas**. A análise inclui na categorização desde “entrada de primeira página”, que é o formato de maior visibilidade, até “coluna do leitor” e “editorial”, que representam formatos de menor visibilidade. Tal categorização é relevante, pois também contribui para compreender a importância que o assunto recebe. Chamada de capa, por exemplo, é o espaço de maior visibilidade do jornal e segundo Ferreira Júnior (2002), a primeira página é a expressão imagética que impacta o leitor.

⁶ Na amostra usada nesta pesquisa foi considerada uma edição por semana durante todo o período, sendo que as mesmas datas foram usadas como base para a coleta de dados dos três periódicos. Sorteou-se um dia da semana da primeira de 2000 (quarta-feira), sendo que nas semanas seguintes coletava-se informação dos dias na seqüência. Dessa forma, na segunda semana analisou-se uma edição da quinta-feira, na terceira uma da sexta-feira e assim sucessivamente. Essa seqüência se seguiu até 2009, último ano pesquisado, fazendo sempre o rodízio dos dias. Usou-se uma planilha com as datas de todas as edições pré-selecionadas, sendo que na falta de algumas delas, coletou-se a data do dia seguinte.

⁷ Este tópico apresenta a descrição das variáveis coletadas nos textos jornalísticos sobre políticas ambientais, no entanto estão discriminadas aqui apenas aquelas que serão incluídas na análise. Mas além delas foram coletadas outras informações, como presença de partido político e citação de organizações da sociedade civil. No entanto essas características foram quase residuais em relação ao número de textos coletados. Dessa forma elas estão presentes no livro código que está anexado no trabalho final (Apêndice A), mas não estão discutidas detalhadamente no texto da dissertação.

Ainda sobre o formato, observa-se a **primeira página**. Esta variável tem por objetivo identificar de forma mais aprofundada os dados exclusivos da capa. Há diferença na visibilidade de um assunto que aparece como manchete da edição e outro como chamada-título (estes são os formatos de maior e menor visibilidade, respectivamente), o que é uma forma de hierarquização. Para Moreira (2004), a primeira página é responsável em atrair ou não o leitor, sendo que a decisão de ler depende do grau de atratividade da capa e os assuntos que se destacam neste espaço são essenciais (MOREIRA, 2004).

É importante nas análises de cobertura jornalística o **espaço** que o jornal destina para cada assunto. A pesquisa categoriza o tamanho em centímetro quadrado que cada texto ocupa no jornal. Esse indicador pode ainda ser transformado em uma variável categórica através da Fórmula de Sturges⁸.

Para compreender a visibilidade que o assunto recebe também é observada a **posição do texto** na página (tanto nos quadrantes quanto nas dobras). A localização da notícia nos quadrantes está relacionada com as zonas de visualização. “Quando alguém recebe uma comunicação escrita, instintivamente sua visão se fixa no lado superior esquerdo do papel, uma vez que estamos culturalmente condicionados a saber que o início do texto está ali” (SILVA, 1995). Essa variável aplica-se tanto na capa quanto nas páginas internas, pois os textos presentes na primeira dobra são mais visíveis do que os que estão na segunda, ou seja, a posição de um texto indica se ele tem potencial para ser lido por um número maior ou menor de pessoas (CERVI, 2003).

Outra variável coletada é a **presença de elementos gráficos** acompanhando os textos. A pesquisa analisa a valorização visual da notícia com as seguintes categorias: “apenas texto” e “texto com imagem”. Os elementos gráficos são componentes que chamam a atenção para a matéria, ajudam na compreensão, complementam o texto e apresentam melhor a realidade (LIMA, 1989). Segundo Lima (1989), a notícia com foto é sempre mais lida, pois ganha mais destaque. Sendo assim, é possível entender a presença ou ausência de fotos nas notícias

⁸ A Fórmula de Sturges é usada para transformar uma variável contínua em categórica. Por meio dela é feita a categorização do tamanho em pequeno, médio e grande. Para tanto, se obtém o número de classes através da fórmula: $K = 1 + (3,32 \times \log N)$, onde N é o número total de notícias coletadas. Depois, determina-se a amplitude total dos dados aplicando-se a última fórmula ($H = R/K$), que resulta em um valor para a amplitude entre as classes. A partir do uso dessa fórmula é possível determinar amplitudes iguais entre as categorias, diferente de outras formas mais comuns de categorização, como aquelas por quartis, por exemplo.

como um dos critérios de definição de maior ou menor visibilidade para os temas tratados pelos jornalistas (CERVI, CANCIAN, SANTOS, 2009).

As pesquisas que analisam a cobertura jornalística têm como um de seus objetivos identificar o tipo de informação que chega aos leitores dos jornais. Uma das formas de medir isso é identificando quais são as **fontes de informação dos textos**. Elas são condicionantes centrais na produção jornalística por ser considerado o primeiro “gate” no processo de escolha daquilo que vai ser considerado notícia (SHOMAKER e VOS, 2009). A definição de quem são os entrevistados que aparecem nos textos se divide nas seguintes categorias: governo estadual, governo federal, governo municipal, pesquisadores, movimentos sociais, empresas privadas, judiciário, sociedade civil, etc. No texto que tem como título “Governo tenta colocar fim em impasse sobre o lixo”, do dia 6 de janeiro de 2008 (Diário dos Campos), foram citadas duas fontes que representam o governo municipal: o secretário municipal de Meio Ambiente e o presidente do ARAS. Ambas as fontes representam o governo municipal e são categorizadas como tal.

A pesquisa identifica também a **abrangência dos textos**. Essa categorização permite observar se veículos com circulação distinta tendem a considerar os mesmos temas como possuidores de valores notícias. Os textos podem ser locais, regionais nacionais e internacionais. A notícia “Curitiba inicia reciclagem de geladeira” (Gazeta do Povo – 15/03/2009) é categorizada como Local, pois se refere à Curitiba num jornal que é de abrangência regional, por exemplo.

Outra característica identificada é o “**tema**” predominante do texto, sendo que essa variável é categorizada de acordo com a literatura sobre o assunto. Nesta pesquisa ela está subdividida da seguinte forma: Sustentabilidade, Preservação de Áreas Ambientais, Legislação, Educação Ambiental e Políticas contra devastação. O objetivo é observar como cada um aparece, já que alguns podem se destacar mais que outros nas páginas do jornal (McCOMBS, 2009). Exemplos que ilustram essa categorização são “Brasil destina 8 mil t de embalagens vazias em 2009” (Gazeta do Povo – 19/05/2009) que se enquadra como política de sustentabilidade e “Brasil apresenta “meta” interna para reduzir desmatamento” (Gazeta do Povo – 13/12/2007) que ilustra a categoria políticas contra devastação.

Além dos temas, há outra variável que permite medir o tipo de produção que os jornais fazem: **etapas do ciclo político**. De acordo com a literatura, as políticas públicas constituem-se de um processo de várias fases. Para a análise dos jornais,

foi identificado o ciclo como composto por seis etapas: Agenda e Elaboração, Formulação, Implementação, Execução, Acompanhamento e Avaliação. E o objetivo aqui é identificar em que momento os veículos fazem a cobertura das ações do governo, pois há períodos em que a discussão é pertinente para o debate, enquanto em outros o trabalho é muito mais técnico, o que não contribui com o debate público. Para exemplificar, a notícia “Conferências podem apressar criação de unidades de conservação no Paraná” (Gazeta do Povo – 16/03/2006) se enquadra como agenda e elaboração, pois se trata de discussões prévias a criação das unidades. Já o texto “Para Marina, trabalho realizado no primeiro mandato de Lula é apenas o começo” (Folha de S. Paulo – 22/02/2007) entra na categoria avaliação, pois apresenta uma avaliação das políticas implantadas.

Na tentativa de identificar como a mídia aborda os assuntos, observa-se o **enquadramento** das reportagens e notas informativas, pois alguns autores consideram o *frame* como fundamental para a formação da opinião do público. Na medida em que a notícia aparece enquadrada como temático significa que sua ocorrência não depende exclusivamente de um fato específico e que a cobertura apresenta interpretações e é mais ampla, como por exemplo, “Ocupação irregular é problema em arroios” (Diário dos Campos – 16/06/2006). Já quando é enquadrada como factual, o assunto depende de um fato específico para ganhar visibilidade e relata brevemente o assunto, tal como “Prefeitura assina acordo ambiental com empresas” (Gazeta do Povo – 17/06/2004). Personalista caracteriza um texto quando seu foco é uma personalidade, mais do que o tema.

Também se faz a análise dos **elementos selecionadores**, que representam a sistematização dos valores notícias propostos por Harcup e O’Neill (2001). Essa variável permite identificar quais os valores presentes nos fatos que contribuem para a sua presença na mídia. Neste caso em que analisamos a presença dos elementos em um tema específico, o objetivo é observar quais os motivos que levam os jornalistas a dar atenção às políticas ambientais. No exemplo a seguir se destacam dois valores que são os fatos negativos e também o interesse: “Abandono toma lugar de parque” (Diário dos Campos – 12/05/2002).

Para medir a possibilidade de agendamento intermídia também se identificou a **procedência das informações**. Para tanto se observou quem era o autor de cada texto, principalmente percebendo se o texto era diretamente de agências ou se era produzido nas próprias redações. O texto “Curitiba inicia reciclagem de geladeiras”

(Gazeta do Povo – 15/03/2009), por exemplo, foi produzido por uma sucursal da Gazeta. A categorização permite identificar se a notícia vem de correspondente internacional ou até mesmo se é feito por colaborador. Para sumarizar as informações deste tópico, apresenta-se o quadro abaixo com as variáveis e as categorias de cada uma delas.

Variável	Descrição/Exemplo	Categorias
Número de textos (edição)	Mostra a numeração seqüencial das matérias naquela edição daquele jornal.	-
Formato	Indica o tipo de matéria noticiosa.	Chamada de 1ª página Reportagem Entrevista Nota Coluna do leitor Artigo Assinado Editorial Fotolegenda Coluna Assinada
Formato de 1ª página	Serve para observar o tipo de chamada de capa.	Manchete com foto Manchete sem foto Chamada com foto Chamada sem foto Foto-legenda Chamada Título
Espaço	Mede o tamanho do texto em cm ² .	-
Posição do texto	Localização da matéria na página. Considera-se onde está a maior parte. Quando for partes iguais, predomina onde está o título.	Página Inteira Metade Superior Metade Inferior Metade Direita Metade Esquerda Quadrante Sup. Direito Quadrante Sup. Esq. Quadrante Inf. Direito Quadrante Inf. Esq.
Elementos gráficos	Indica a presença de elementos gráficos acompanhando os textos. Considera-se as fotos, gráficos, infográficos e ilustrações.	Apenas texto Texto com elementos gráficos
Fontes de informação	Relação da 1ª e 2ª fonte citadas nas matérias.	Estado/Governo Federal Estado/Governo Estadual Estado/Governo Local Cientistas/Pesquisadores Ambientalistas/ONGs Empresas privadas População

		Judiciário (juiz, promotor advogado) ONU Jornalista Outro
Abrangência	Região a qual a matéria faz referência.	Local Estadual Nacional Internacional Região indefinida
Tema	Indica a finalidade principal da política pública a que se refere o texto.	Educação Ambiental Sustentabilidade Preservação Áreas Ambientais Legislação Outro Políticas contra devastação
Etapas do ciclo político	Refere-se ao estágio do ciclo político em que as políticas ganham espaço nos jornais.	Agenda e Elaboração Formulação Implementação Execução Acompanhamento Avaliação Indefinida
Enquadramento	Observa o enquadramento dos textos de acordo com a definição de Porto (2000).	Factual Temático Personalista
Elementos selecionadores	Define qual valor-notícia esteve presente no fato para chamar a atenção do jornalista. Pode haver mais de um elemento em cada notícia.	Poder de elite Celebridade Entretenimento Surpresa Fatos Negativos Fatos Positivos Magnitude Relevância Seqüência/suíte Agenda da comunicação
Procedência das informações	Indica a autoria dos textos coletados.	Redação Repórter local Agência Colaborador Correspondente Internacional Sucursal Editor Sem identificação Colunista Editorial Leitor Autor de texto opinativo

QUADRO 1 – Resumo das variáveis observadas na análise das notícias
 FONTE – AUTORA (2011)

Este tópico apresentou as principais características observadas na análise dos dados, as quais serão relacionadas e interpretadas, com o objetivo de apresentar um panorama da presença das políticas ambientais nos jornais. Em seguida apresenta-se a análise dos dados.

4.2 ANÁLISE DA PRESENÇA DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS NOS JORNAIS

Esta parte do texto apresenta a análise dos dados, os quais resultam da coleta de informações de aproximadamente 520 edições de cada um dos jornais. Foram coletados todos os textos que faziam referência às ações do governo para o meio ambiente, totalizando 1134 entradas, os quais foram observados a partir das variáveis discutidas no tópico anterior. Para a apresentação na análise, os dados serão apresentados em quatro tópicos: a) presença do tema política ambiental no jornal ao longo dos 10 anos analisados; b) tratamento dado ao tema de acordo com a abrangência, o espaço ocupado, o enquadramento, etc.; c) visibilidade do assunto na primeira página dos jornais; d) atores sociais que ganham espaço de voz nos meios de comunicação para falar de políticas ambientais.

4.2.1 Políticas ambientais nos jornais no decorrer do período analisado

Este primeiro tópico tem por objetivo identificar como se deu a presença das políticas ambientais ao longo dos 10 anos analisados para medir se houve alterações na cobertura – aumento ou diminuição do espaço e do número de entradas – e como os temas e as etapas do ciclo político apareceram ao longo desse período. Apresenta-se, na tabela 1, a seguir, os dados referentes ao número total de entradas coletadas e ao espaço ocupado pelo tema.

TABELA 1 – Número de entradas e tamanho dos textos

	Diário dos Campos	Gazeta do Povo	Folha de S. Paulo
Número de Entradas	321	367	446
Média//Edição cm ²	285,17	310,14	282,99
Mediana/ Edição cm ²	225,00	240,00	173,75
Desvio Padrão	232,47	286,73	266,57
Soma (cm2)	91.542,40	113.824,75	126.215,30

FONTE – AUTORA (2011)

De acordo com esses primeiros dados, constata-se que o jornal com maior número de entradas é a Folha de S. Paulo, seguido da Gazeta do Povo e do Diário dos Campos. No entanto, esses valores mostram apenas a quantidade de textos analisados e não levam em consideração o tamanho deles. Para tanto, é necessário observar que, além da presença do tema, o espaço ocupado pode ser diferente nos três periódicos. Essa característica interfere no processo de visibilidade como foi apontado na discussão teórica (McCOMBS, 2009).

O total de espaço ocupado segue a mesma seqüência do número de entradas, embora se identifique que há diferenças significativas entre os três jornais ao olhar para a média e mediana. O jornal em que temos os maiores valores é a Gazeta do Povo (310,14 e 240 respectivamente), o que significa que nesse periódico o tamanho dos textos tende a ser maior do que na Folha de S. Paulo e no Diário dos Campos, mesmo que no veículo nacional tenhamos encontrado maior quantidade.

Mas, mesmo que tenhamos concluído que na Folha há mais entradas e na Gazeta o tema ganha mais espaço, é preciso fazer algumas considerações sobre o jornal Diário dos Campos. Destaca-se que o tamanho do jornal, ou seja, a quantidade de páginas disponíveis para conteúdo jornalístico é inferior aos demais. Portanto, comparando-se o espaço total que os periódicos usam para as notícias, o tema política ambiental tem maior destaque na imprensa local do que na nacional e regional, as quais possuem número de páginas bem próximo. Sendo assim, mesmo que os dados estatísticos mostrem que nos jornais maiores o tema aparece mais, seja em quantidade ou espaço, é preciso levar em consideração algumas características próprias do veículo, como o tamanho. Deve-se considerar que os motivos para essa grande presença do assunto no jornal local está relacionado com fatores externos às redações, ou seja, ao ambiente em que o jornal é produzido, como propuseram Shoemaker e Vos (2009).

A região dos Campos Gerais, onde o jornal é produzido, no interior do estado do Paraná, tende a apresentar uma série de problemas e discussões sobre meio ambiente referentes à criação de aterro sanitário durante o período analisado (nos anos de 2008 e 2009, principalmente)⁹ e também à criação de Parques e Unidades

⁹ Em 2008 e 2009 os movimentos sociais de Ponta Grossa se reuniram para tentar barrar a construção do novo Aterro Sanitário no município. As organizações alegavam que o aterro estava sendo implantado em um local de proteção ambiental, pediam novas avaliações por parte do Instituto Ambiental do Paraná e criticavam a postura da Ponta Grossa Ambiental (PGA), empresa responsável

de Conservação (2004 e 2005)¹⁰, o que gera debate entre setores da sociedade e acaba ganhando destaque por envolver questões econômicas e sociais. Sabe-se ainda que a própria região dos Campos Gerais é historicamente permeada pelo desenvolvimento agrícola que está em constante embate com as questões ambientais. Dessa forma, devido ao desenvolvimento de áreas agrícolas, há diversos problemas ambientais que chamam a atenção da população e dos governantes, tornam-se temas de políticas e necessitam de ações do governo.

No caso da Folha de S. Paulo as notícias tendem a ser menor, o que conseqüentemente representa maior fragmentação da produção – textos pequenos, com poucas fontes, sem discussão aprofundada, etc. – em relação aos outros dois jornais. Uma das possíveis hipóteses que podem ser levantadas para justificar a presença de notícias menores é que por se tratar de um periódico de abrangência nacional, há um leque maior de assuntos “em disputa” para aparecer com destaque na cobertura. Há outros mais assuntos dotados de valores notícias (GALTUNG e RUGE, 1965) que são escolhidos pelos jornalistas para ocupar espaços maiores e mais visíveis na cobertura feita pelo jornal.

As políticas ambientais não são consideradas tão relevantes quando relacionadas com os demais assuntos, diferente do que ocorre em jornais menores. Nestes a “disputa” de espaço é menor e o tema, em grande parte das vezes, está relacionado com o cotidiano dos leitores, como é o caso do texto “Reciclagem entre principais metas” (Diário dos Campos, 16/04/2011), que diz respeito à inclusão da reciclagem nas metas do município de Ponta Grossa, ou seja, é algo que interessa majoritariamente aos moradores de Ponta Grossa, assunto que possivelmente não faz parte do leque de temas que vão aparecer na cobertura de um veículo nacional. Dessa forma, esses dados já oferecem indícios para refutar a hipótese de que no jornal de abrangência nacional o tema teria maior visibilidade, pois embora apareça

pelo serviço de recolhimento de lixo da cidade. Com as ações promovidas pelos movimentos, o assunto passou a ganhar destaque nos jornais e discutiam-se questões de legislação, de políticas e de ações imediatas do governo municipal.

¹⁰ No período de 2004 e 2005 surgiu um movimento de produtores rurais dos Campos Gerais contra a criação de Parques e Unidades de Conservação na região, principalmente desfavorável a implantação do Parque Nacional dos campos Gerais, alegando que os projetos causariam problemas econômicos e sociais para a população que mora nos locais que seriam transformados em área de preservação. A Reserva abrange, hoje, Ponta Grossa, Castro e Carambeí e foi implantada, definitivamente, em 2006.

em quantidade significativa, o espaço ocupado pelos textos é pequeno, sendo essa uma das características essenciais para medir a visibilidade do tema nos jornais.

Na Folha de S. Paulo, assim como no Diário dos Campos, não há um espaço destinado à discussão ambiental no jornal, dessa forma o assunto aparece subdividido em várias editorias, desde com uma abordagem política como no texto “Lula reduz valor pago por impacto ambiental” (Folha de S. Paulo, 19/05/2009), até sendo tratado de aspecto mais econômico como “Ibama libera obra de Jirau, mas exige novos estudos” (Folha de S. Paulo, 20/11/2008), que envolve empresas privadas.

Já no caso do maior espaço ocupado pelas notícias sobre política ambiental no jornal Gazeta do Povo, as explicações possíveis podem ser de duas naturezas: de cunho institucional e também pelo ambiente externo ao jornal. O veículo possui, nas quartas-feiras, uma página exclusiva sobre meio ambiente (vinculada à editoria Vida e Cidadania) e, conseqüentemente, aborda vários textos sobre políticas públicas, como por exemplo, “Plano Investirá 15 bi na mata Atlântica” (Gazeta do Povo, 12/11/2008 – Anexo A) e “Cresce a separação de recicláveis” (Gazeta do Povo, 30/05/2008). Dessa forma, quando a data da amostra era a quarta-feira, além de haver mais textos do que normalmente, estes tendiam a ter tamanhos maiores, já que existia um espaço dedicado especialmente ao meio ambiente.

Mas além dessa explicação, outra que pode ajudar a contextualizar a produção sobre políticas ambientais nesse jornal é a interferência do ambiente em que o jornal é produzido. Curitiba, capital do estado do Paraná, é considerada cidade ecológica. Desde a década de 1990 há preocupação por parte dos governos estaduais e municipais de criar parques e promover ações ambientais para manter essa visão. Por ter ampla circulação na capital e, também, ser produzido ali, acredita-se que essa característica influencia na cobertura.

Para complementar a proposta deste tópico identificar-se-á a presença do tema ao longo do período analisado – 2000 a 2009 – em termos de espaço e quantidade de entradas. Para tanto, a tabela a seguir apresenta os dados que mostram algumas diferenciações na cobertura dos três jornais quanto ao momento em que o assunto ganha mais destaque na cobertura.

TABELA 2 – Distribuição das entradas nos três jornais

	Diário dos Campos			Gazeta do Povo			Folha de S. Paulo		
	N	Média /edição	%	N	Média /edição	%	N	Média /edição	%
2000	38	1,92	11,83	29	1,48	7,90	32	1,50	7,17
2001	21	1,67	6,54	39	1,74	10,62	32	1,56	7,17
2002	32	1,81	9,96	34	1,47	9,26	48	2,00	10,76
2003	19	1,47	5,91	25	1,28	6,81	41	1,90	9,19
2004	37	2,16	11,52	44	1,64	11,98	44	1,55	9,86
2005	55	2,67	17,13	33	1,48	8,99	36	1,56	8,07
2006	25	1,44	7,78	39	1,77	10,62	32	1,41	7,17
2007	33	2,21	10,28	31	1,23	8,44	50	1,62	11,21
2008	30	2,03	9,34	38	1,66	10,35	67	2,16	15,02
2009	31	1,58	9,65	55	1,45	14,98	64	1,86	14,34
Total	321	-	100%	367	-	100%	446	-	100%

FONTES – AUTORA (2011)

Identifica-se que há momentos distintos para a FSP: 2002 e os últimos três anos podem ser considerados momentos de pico, 2000 e 2001 período de estabilidade e de 2003 a 2006 espaço de queda. Em 2002, o que pode explicar o aumento na produção é a presença do tema sustentabilidade, devido a maior cobertura sobre eventos (Rio+10, Cúpula da terra, etc.) e de ações do governo, tais como a coleta seletiva, reciclagem, Protocolo de Kyoto, entre outros. Em 2008, destaca-se a cobertura que o jornal faz para a “Preservação de áreas ambientais”, resultado de projetos sobre limpeza da água do mar, monitoramento do desmatamento, despoluição de rios, etc. Em 2009 e 2007 não houve um tema específico que influenciou a cobertura, mas ocorreu maior produção de textos sobre diversos assuntos. Apesar da instabilidade, o número de entradas tende a aumentar no período, já que apenas 2006 apresentou a mesma quantidade de 2000 e todos os outros tiveram percentuais maiores, sendo que 2009 teve o dobro 2000.

Já a Gazeta do Povo teve um comportamento um pouco diferente, com oscilação ao longo de todo o período, apesar de também demonstrar crescimento se comparados os anos de 2000 e 2009. Percebe-se, de acordo com os assuntos específicos dos textos, que em 2001 cresce a cobertura das políticas de preservação, período subsequente a implantação do PNMA II, em 2006 aparecem mais textos sobre sustentabilidade e, em 2009, destaca-se as notícias sobre legislação, o que pode ser resultado do lançamento de leis, principalmente devido a discussão sobre o Código Florestal e determinados projetos específicos sobre a Amazônia.

No Diário dos Campos o tema apresenta maior estabilidade, embora sejam observados dois picos: 2000 com 11,83% dos textos e 2005 com 17,13%. Para esse aumento em 2000 não é possível encontrar um assunto que se destacou na cobertura, embora haja várias entradas sobre projetos, aplicação de multa para empresas e algumas notícias sobre criação de parques na região dos Campos Gerais. 2005 possui grande percentual de textos o que é explicado por dois temas que ganharam visibilidade no debate público: a) criação e revitalização de Parques e Unidades de Conservação na Região dos Campos Gerais; e b) problemas envolvendo o aterro do município, coleta de lixo e reciclagem. Foram assuntos de interesse público que se destacaram no período, principalmente pela proximidade com a população. No caso dos Parques, por exemplo, a cobertura tratava das negociações com agricultores que se sentiam lesados e reivindicavam permanecer nas suas terras, como se exemplifica com os textos “Movimento contra a criação de parques busca apoio de Requião” (Diário dos Campos, 10/05/2005) e “Área do Quartelá deve ser ampliada” (Diário dos Campos, 12/06/2005 – Anexo B).

As explicações apontadas aqui, assim como aquelas feitas na tabela 1 ainda são iniciais, mas já mostram que a cobertura dos jornais está relacionada com fatores externos a redação como Shoemaker e Vos (2009) e Ramírez (2004) apontaram na literatura sobre produção jornalística. De modo geral, essas constatações indicam que com o passar do tempo, as políticas para o meio ambiente estiveram mais presentes, em termos quantitativos, nos dois veículos maiores, mesmo oscilando durante o período. O contrário ocorreu com o jornal local que diminui o número de entradas no decorrer do período.

Para complementar as informações, a próxima tabela tem por objetivo identificar o espaço ocupado pelos temas ao longo do período nos três jornais. Percebe algumas diferenças entre eles, pois no Diário dos Campos observou-se que 2000 e 2005 foram os anos em que as políticas ambientais ocuparam mais espaço, além de ser os anos em que havia mais textos (38 e 55, respectivamente). No entanto, observa-se que o tamanho médio é bastante diferente, o que demonstra que embora em 2000 tenha mais espaço, o número de notícias foi menor que 2005, quando tivemos o maior pico alcançado pelo jornal. E mesmo que em 2005 tenha havido dois temas centrais que representaram o aumento da cobertura – produção de lixo e projetos de parques de conservação – eles não tiveram uma cobertura de

tanta visibilidade, já que o tamanho dos textos era reduzido se comparados aos outros anos.

Nota-se como que com o passar do tempo a cobertura foi diminuindo, mais significativamente no espaço ocupado pelo assunto no jornal, que chega a menos da metade do que no início do período. Uma possível explicação para esses dados é que, por depender quase que exclusivamente de acontecimentos diários para ganhar espaço, na medida em que esses assuntos “desaparecem” do debate público e político, o tema conseqüentemente perde espaço na cobertura.

TABELA 3 – Distribuição do espaço durante o período

	Diário dos Campos			Gazeta do Povo			Folha de S. Paulo		
	N	Média/ Cm2	Soma	N	Média/ Cm2	Soma	N	Média/ Cm2	Soma
2000	38	397,2	15094,5	29	240,3	6970,7	32	264,8	8475,1
2001	21	290,5	6101,0	39	267,1	10417,5	32	206,8	6617,7
2002	32	349,1	11174,0	34	320,4	10893,7	48	244,4	11734,7
2003	19	218,7	4155,5	25	283,6	7090,2	41	284,8	11680,7
2004	37	301,7	11166,4	44	295,1	12987,5	44	258,0	11355,7
2005	55	257,5	14165,7	33	350,1	11554,0	36	276,5	9955,0
2006	25	309,0	7726,0	39	331,1	12915,5	32	330,8	10586,1
2007	33	286,2	9447,5	31	313,8	9729,5	50	283,8	14194,5
2008	30	202,8	6085,0	38	325,8	12381,0	67	310,2	20789,5
2009	31	207,3	6426,7	55	343,3	18885,0	64	325,4	20826,0

FONTE – AUTORA (2011)

De forma bem diferente foi o comportamento da Folha de S. Paulo e da Gazeta do Povo. O jornal nacional, por exemplo, começa com pouco mais de 8 mil centímetros quadrados e termina com quase 21 mil, em 2009. Isso significa que se compararmos os primeiros e últimos anos da cobertura, houve crescimento, tanto em quantidade quanto em visibilidade nestes jornais maiores. Dessa forma, começamos a perceber um padrão na produção feita ao longo do tempo pela Gazeta do Povo e pela Folha de S. Paulo, distinguindo-se bastante do jornal local que passa por um processo contrário.

Para complementar os dados sobre a cobertura durante o período, apresenta-se as próximas três tabelas (4, 5 e 6) que mostram a distribuição dos textos, de acordo com o tamanho categórico¹¹, dentro de cada ano. Dos jornais analisados, a

¹¹ O tamanho categórico é uma variável criada a partir do espaço ocupado em cm² pelas notícias. Essa transformação é feita através da Fórmula de Sturges. A variável contínua, transformada em

Gazeta do Povo é aquele que mais apresenta textos de tamanho grande, enquanto o Diário dos Campos se destaca com textos de tamanho médio (28,6% das entradas) e a Folha tem o maior percentual para textos pequenos (69,1%).

TABELA 4 – Distribuição do tamanho dos textos ao longo do tempo no DC

	Tamanho categórico						Total	
	Pequeno		Médio		Grande		N	%
	N	%	N	%	N	%		
2000	22	57,9	9	23,7	7	18,4	38	100,0
2001	13	61,9	6	28,6	2	9,5	21	100,0
2002	17	53,1	10	31,3	5	15,6	32	100,0
2003	16	84,2	3	15,8	0	0,0	19	100,0
2004	22	59,5	13	35,1	2	5,4	37	100,0
2005	38	69,1	15	27,3	2	3,6	55	100,0
2006	15	60,0	9	36,0	1	4,0	25	100,0
2007	23	69,7	9	27,3	1	3,0	33	100,0
2008	24	80,0	6	20,0	0	0,0	30	100,0
2009	24	77,4	6	19,4	1	3,2	31	100,0
Total	214	66,7	86	26,8	21	6,5	321	100,0

FONTE – AUTORA (2011)

Os primeiros dados, referentes ao jornal Diário dos Campos mostram que embora predominem notícias pequenas (66,7%), os maiores percentuais estão concentrados em 2003, 2007, 2008 e 2009. Ao contrário, os textos grandes têm maiores percentuais nos anos de 2000 e 2002, chegando a mais de três vezes o valor total da distribuição que é de 6,5%. As entradas de tamanho médio possuem seus percentuais mais expressivos entre 2002 e 2006. Nota-se então que houve uma tendência de que, com o passar do tempo, o tema aparecesse mais em textos menores e diminuíssem os de tamanhos maiores. Esses dados colaboram para mostrar que o tema teve menos destaque no decorrer do período, que é um processo inverso daquele observado nos outros jornais.

Observa-se ainda que não há uma quantidade muito expressiva de textos grandes (6,5% do total) e muitos deles estão no primeiro ano analisado, sendo que alguns se referem a preocupação com o reflorestamento, tais como as notícias “Verde” não tem garantia” (Diário dos Campos, 22/09/2000) e “A flona dos Campos Gerais” (Diário dos Campos, 13/08/2000) que apresentam políticas para plantação de árvores e preservação das florestas da região.

categórica, permite mostrar em que períodos predominaram textos maiores ou menores na cobertura, o que contribui para explicar se a cobertura se deu majoritariamente por textos grandes ou pequenos.

Já na Gazeta do Povo (tabela 5), os maiores percentuais se concentram no final do período analisado, principalmente em 2009. Mas nota-se que em 2002, 2005 e 2006 também constam altos valores para esse tamanho, mesmo não havendo temas específicos ocupando tanto espaço.

TABELA 5 – Distribuição do tamanho dos textos ao longo do tempo na GP

	Tamanho categórico						Total	
	Pequeno		Médio		Grande		N	%
	N	%	N	%	N	%		
2000	25	86,2	4	13,8	0	0,0	29	100,0
2001	26	66,7	12	30,8	1	2,6	39	100,0
2002	24	70,6	4	11,8	6	17,6	34	100,0
2003	19	76,0	2	8,0	4	16,0	25	100,0
2004	32	72,7	5	11,4	7	15,9	44	100,0
2005	21	63,6	6	18,2	6	18,2	33	100,0
2006	26	66,7	6	15,4	7	17,9	39	100,0
2007	18	58,1	9	29,0	4	12,9	31	100,0
2008	24	63,2	8	21,1	6	15,8	38	100,0
2009	35	63,6	10	18,2	10	18,2	55	100,0
Total	250	68,1	66	18,0	51	13,9	367	100,0

FONTE – AUTORA (2011)

Destaca-se que em 2009, quando houve maior concentração de tamanhos grandes no jornal regional, isso foi resultado da cobertura de políticas relacionadas ao desmatamento e preservação de áreas verdes, como exemplificam as notícias “Ritmo do desmatamento diminui” (Gazeta do Povo, 29/05/2009 – Anexo C) e “Governo investirá 15 bilhões na Mata Atlântica” (Gazeta do Povo, 08/04/2009), as quais dizem respeito à situação do Paraná, que tem poucas áreas de preservação devido ao processo de colonização e desenvolvimento agrícola no Estado. Além disso, o que também pode explicar essa “preocupação” com a questão de desmatamento é o debate sobre o Código Florestal entre ambientalistas, ruralistas e determinados atores que pertencem à esfera política.

A distribuição dos tamanhos no caso da Folha de S. Paulo está mais próxima da Gazeta e mais distante do jornal local. O veículo nacional apresenta maiores percentuais para notícias pequenas no início da cobertura do que depois, principalmente se comparado os primeiros cinco anos com os outros seguintes. Nota-se ainda que os textos “médios” se concentram mais no período final assim como alguns percentuais do tamanho grande, o demonstra que, em relação a distribuição presente no começo, houve um crescente aumento do espaço. Se de 32

textos coletados em 2000, apenas 6,3% tinham tamanho grande, em 2009, dos 64, o percentual chega a 10,9%.

TABELA 6 – Distribuição do tamanho dos textos ao longo do tempo na FSP

	Tamanho categórico						Total	
	Pequeno		Médio		Grande		N	%
	N	%	N	%	N	%		
2000	23	71,9	7	21,9	2	6,3	32	100,0
2001	26	81,3	3	9,4	3	9,4	32	100,0
2002	36	75,0	8	16,7	4	8,3	48	100,0
2003	29	70,7	9	22,0	3	7,3	41	100,0
2004	32	72,7	10	22,7	2	4,5	44	100,0
2005	26	72,2	6	16,7	4	11,1	36	100,0
2006	19	59,4	11	34,4	2	6,3	32	100,0
2007	32	64,0	14	28,0	4	8,0	50	100,0
2008	43	64,2	18	26,9	6	9,0	67	100,0
2009	42	65,6	15	23,4	7	10,9	64	100,0
Total	308	69,1	101	22,6	37	8,3	446	100,0

FONTE – AUTORA (2011)

Analisando o tamanho dos textos, nota-se que o jornal local se diferencia dos demais, pois o tema perde espaço ao longo do tempo, sendo que as entradas de tamanho grande aparecem majoritariamente nos anos iniciais. Já a Folha de S. Paulo e a Gazeta do Povo apresentam um comportamento mais parecido quanto à distribuição do espaço no período, demonstrando que com o passar dos anos as políticas ambientais ganharam destaque no jornal se comparado com anos anteriores.

Pode-se identificar também como que os temas apareceram em cada um dos jornais. As três tabelas a seguir mostram que os temas aparecem de forma bastante aleatória, relacionados com acontecimentos específicos, exceto para Legislação que aparece nos três periódicos concentrada em 2004 e 2009. No veículo local o tema “Sustentabilidade” aparece mais 2005, 2007 e 2008. Já “Preservação” destaca-se em 2000 e 2004, enquanto “Legislação” tem os maiores percentuais em 2004 e 2009 e “Políticas contra devastação” em 2005. Observando os temas específicos de cada uma das matérias percebe-se que há determinados acontecimentos que fazem com que essa proporção de notícias cresça significativamente.

Para o aumento das discussões sobre “Sustentabilidade”, notou-se que em 2005 e 2007 os temas que se destacaram foram basicamente os mesmos: projetos de reciclagem e de recuperação de rios, como mostram os exemplos: “Tetra Pak

apresenta projeto de reciclagem” (Diário dos Campos, 26/07/2007) e “Cooperativa recicle irá retomar atividades” (Diário dos Campos, 25/02/2005). Já 2008 têm uma produção que chama a atenção para os problemas da coleta de lixo, com notícias como “Governo tenta colocar fim em impasse sobre o lixo” (Diário dos Campos, 06/1/2008).

TABELA 7 – Distribuição dos temas ao longo do tempo no jornal DC¹²

	Temas									
	Sustentabilidade		Preservação		Legislação		P. devastação		Média/Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2000	4	10,3	20	16,0	1	1,9	3	5,8	28	10,4
2001	2	5,1	13	10,4	2	3,7	1	1,9	18	6,7
2002	2	5,1	12	9,6	0	0,0	10	19,2	24	8,9
2003	2	5,1	6	4,8	6	11,1	0	0,0	14	5,2
2004	0	0,0	24	19,2	7	13,0	4	7,7	35	13,0
2005	7	17,9	14	11,2	4	7,4	24	46,2	49	18,1
2006	3	7,7	4	3,2	6	11,1	4	7,7	17	6,3
2007	7	17,9	14	11,2	5	9,3	5	9,6	31	11,5
2008	10	25,6	12	9,6	2	3,7	0	,0	24	8,9
2009	2	5,1	6	4,8	21	38,9	1	1,9	30	11,1
Total	39	100,0	125	100,0	54	100,0	52	100,0	270	100,0

FONTES – AUTORA (2011)

No caso de “Preservação” também são temas diferenciados. Em 2000, o que eleva o percentual são as matérias que tratam de multas contra empresas que poluem o meio ambiente e projetos que prevêm a limpeza de rios e córregos. Exemplos de textos são “IAP pretende rever licença ambiental da ALL” (Diário dos Campos, 13/08/2000 – Anexo D), que representa os textos que tratavam de problemas com a empresa América Latina Logística (ALL), Petrobrás e pedreiras que desrespeitaram as leis ambientais e estão recebendo multas, e “Levantamento detalhado” (Diário dos Campos, 17/04/2000), que ilustra as notícias que tratam de preservação das águas. Já em 2004 o assunto que se destaca e envolve ações efetivas do governo municipal e estadual é a discussão sobre aterro sanitário, tal

¹² Foram excluídas da tabela as Políticas de Educação Ambiental, pois foram quase inexistentes na cobertura dos jornais maiores, aparecendo apenas no Diário dos Campos, sendo que mais de 30% dos casos estiveram concentrados em 2000, pois estavam relacionados à Semana de Meio Ambiente, projetos para ensinar a reciclar o lixo e plantar árvores. O mesmo vale para as duas próximas tabelas.

como a apresentada neste texto: “Falta ação política no caso do aterro” (Diário dos Campos, 27/11/2004).

“Legislação” aparece concentrada em dois anos: 2004 e 2009. Em 2004 os temas que predominam são aplicações de sanções por determinação da justiça, como no texto “Fazendeiro é multado em 3 milhões” (11/11/2004). Já em 2009, ano de maior ênfase, os assuntos que apareceram foram novamente questões relacionadas com o aterro sanitário, mas agora de um viés mais político, envolvendo decisões dos governantes e também discussões voltadas ao Código Florestal, como mostram os dois exemplos: “Audiência pública debate aterro da PGA” (Diário dos Campos, 29/10/2009) e “Novo código florestal é debatido” (Diário dos Campos, 26/09/2009).

Em 2005, o tema que ganhou repercussão na cobertura do jornal sobre “Políticas contra Devastação”, responsável por 50% dos textos, foi a discussão acerca da criação de um parque na região dos Campos Gerais, o que gerou embate entre movimentos ambientalistas, os proprietários rurais e alguns membros da elite política. Por se tratar de uma ação que visava a proteção das poucas áreas de mata que ainda restam na região, o assunto foi categorizado como “Políticas contra a Devastação”. “Cheida defende pacote verde em PG” (Diário dos Campos, 03/06/2005) e “Pacote Verde cria três Parques” (Diário dos Campos, 12/06/2005 – Anexo E) são exemplos de notícias que abordaram essa questão. Neste período foram lançadas, em vários estados e inclusive no Paraná, uma série de políticas denominadas como “Pacote Verde”, as quais pretendiam conter o desmatamento, discutir as mudanças climáticas e a preservação dos recursos hídricos. No Paraná o projeto foi lançado em maio de 2005 pelo governador Roberto Requião.

Na Gazeta do Povo percebe-se que o tema “Sustentabilidade” aparece mais em 2007 e 2004, “Políticas de Preservação” concentram-se em 2001 e 2006, “Legislação” está mais presente em 2004 e 2009 (assim como nos demais jornais) e “Políticas contra Devastação” tem momentos de pico em 2002, 2008 e 2009.

TABELA 8 – Distribuição dos temas ao longo do tempo no jornal GP

	Temas									
	Sustentabilidade		Preservação		Legislação		P. devastação		Média/Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2000	16	12,2	6	7,2	3	4,3	2	3,8	27	8,1
2001	12	9,2	16	19,3	10	14,5	0	0,0	38	11,3
2002	12	9,2	7	8,4	0	0,0	14	26,9	33	9,9
2003	8	6,1	10	12,0	5	7,2	2	3,8	25	7,5
2004	20	15,3	8	9,6	12	17,4	1	1,9	41	12,2
2005	9	6,9	6	7,2	6	8,7	6	11,5	27	8,1
2006	9	6,9	15	18,1	8	11,6	3	5,8	35	10,4
2007	22	16,8	5	6,0	1	1,4	2	3,8	30	9,0
2008	11	8,4	5	6,0	2	2,9	9	17,3	27	8,1
2009	12	9,2	5	6,0	22	31,9	13	25,0	52	15,5
Total	131	100,0	83	100,0	69	100,0	52	100,0	335	100,0

FONTE – AUTORA (2011)

O aumento de textos sobre “Sustentabilidade” em 2007 e 2004 explica-se pela cobertura que o jornal fez sobre reciclagem e separação de lixo, caracterizada como mais local e também pelas notícias divulgadas sobre emissão de gases, Agenda 21 e Protocolo de Kyoto. Já no caso de “Preservação” o que mais aparece em 2001 e 2006 são entradas sobre qualidade da água, proibição da pesca, despoluição de rios e criação e manutenção de parque para preservação de espécies, como mostra os exemplos: “Ibama lança ação contra pesca ilegal” (Gazeta do Povo, 11/12/2006) e “Conferências podem apressar criação de unidades de conservação no Paraná” (Gazeta do Povo, 16/03/2006). Assuntos muito parecidos com aqueles abordados pelo jornal local.

Para o tema “Legislação” constataram-se assuntos próximos dos demais veículos, tais como Medida Provisória da Amazônia e Código Florestal, no caso de 2009 e Lei de Biosegurança e Kyoto em 2004. Vamos perceber que neste caso há uma proximidade entre os dois jornais maiores, inclusive destacando-se que a Gazeta também discute medidas para a Amazônia. O jornal local, diferente do regional e no nacional (que veremos a seguir) tem apenas em comum o debate sobre Código Florestal.

Já as “Políticas contra Devastação” se destacam em 2002, 2008 e 2009 devido à presença de alguns assuntos específicos: questão madeireira em 2002 e desmatamento em 2008 e 2009. Exemplo disso são as reportagens “Ritmo do desmatamento diminui” (Gazeta do Povo, 27/05/2009) e “Plano deve ter metas de combate ao desmatamento” (Gazeta do Povo, 27/05/2009).

A Folha de S. Paulo apresenta um comportamento diferenciado e tem maiores percentuais de “Sustentabilidade” em 2002 e 2007, “Políticas de Preservação” aparecem mais em 2003 e 2008, “Legislação” concentra-se em 2004, 2008 e 2009 e, por fim, “Políticas contra Devastação” estão mais presentes em 2008 e 2009. No caso das ações sustentáveis, o aumento nos dois momentos - 2007 e 2002 - ocorre pelos mesmos motivos: a cobertura que o jornal fez de assuntos relacionados a mudanças climáticas (protocolo de Kyoto, conferências da ONU, antiaquecimento, COP+13, Rio+10, etc). Há também projetos locais como a reciclagem, coleta seletiva e a taxaço para o uso da água de rios, visando o uso racional.

TABELA 9 – Distribuição dos temas ao longo do tema no jornal FSP

	Temas									
	Sustentabilidade		Preservação		Legislação		P. devastação		Média/Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2000	6	4,2	19	11,4	2	4,0	5	7,5	32	7,5
2001	16	11,2	6	3,6	3	6,0	5	7,5	30	7,0
2002	34	23,8	10	6,0	0	0,0	3	4,5	47	11,0
2003	6	4,2	26	15,6	3	6,0	6	9,0	41	9,6
2004	9	6,3	17	10,2	12	24,0	4	6,0	42	9,8
2005	8	5,6	19	11,4	2	4,0	7	10,4	36	8,4
2006	10	7,0	16	9,6	0	0,0	6	9,0	32	7,5
2007	28	19,6	11	6,6	5	10,0	6	9,0	50	11,7
2008	10	7,0	28	16,8	13	26,0	10	14,9	61	14,3
2009	16	11,2	15	9,0	10	20,0	15	22,4	56	13,1
Total	143	100,0	167	100,0	50	100,0	67	100,0	427	100,0

FONTE – AUTORA (2011)

As “Políticas de Preservação”, nos períodos de pico, tratam basicamente de dois assuntos: monitoramento da qualidade da água do mar e das praias e também questões relacionadas a aplicação de multas e ações de despoluição de rios. Destaca-se que esse monitoramento das águas ocorre desde 2001 e ganha destaque semanalmente no jornal, como mostra o exemplo: “Em Santos, duas praias pioram e uma melhora para banhistas” (Folha de S. Paulo, 16/05/2008 – Anexo F).

A grande concentração de “Legislação” em 2004 se dá pela presença de discussões sobre Liberalização dos transgênicos e também sobre a lei de Biosegurança. Já em 2008 e 2009 as notícias estão centradas nas discussões sobre o Código Florestal e a Medidas tomadas na Amazônia, como a medida provisória

para permitir maior compra de terras sem autorização. “Empresários criticam regularização fundiária” (Folha de S. Paulo, 20/06/2009 – Anexo G) e “Por reservas, Minc aceita tirar multa de ruralistas” (Folha de S. Paulo, 6/11/2009 – Anexo H) são exemplos de assuntos que dizem respeito à decisões políticas.

As “Políticas contra Devastação”, que aparecem em 2008 e 2009, se referem ao desmatamento da Amazônia e da Mata Atlântica e a ações para contê-lo - a criação de áreas de florestas, por exemplo – como mostram os exemplos: “Anistia a desmatadores causa tumulto na câmara” (Folha de S. Paulo, 29/10/2009 – Anexo I) e “Desmatamento é o menor desde 2004” (Folha de S. Paulo, 2/09/2009 – Anexo J).

A partir dessas informações percebe-se que no jornal local a produção do período gira em torno de algumas temáticas principais, ora com um viés preservacionista, ora apenas tratadas como discussão de lei. Questões relacionadas aos impasses com aterro sanitário, reciclagem, coleta de lixo, limpeza das águas, aplicação de multas e criação de áreas de proteção florestal são os temas específicos que se destacam na cobertura. Na Folha de S. Paulo e na Gazeta do Povo a cobertura está centralizada em problemas relacionados à Amazônia – que é um assunto que causa impacto na sociedade brasileira – e aos acordos sobre mudança climática, sendo que esses temas não apareceram na cobertura do jornal local, o qual apresentava textos voltados mais ao cotidiano da região dos Campos Gerais.

Alguns fenômenos são recorrentes na cobertura dos três como as questões relacionadas ao lixo, aplicação de multas e desmatamento da Amazônia e da Mata Atlântica. No entanto, salienta-se que, na grande maioria dos casos, essas coberturas não ocorrem nos mesmos momentos, exceto para o caso de “Legislação” e “Políticas contra devastação”. O que existe, portanto, é a centralidade da cobertura, de maneira geral, nas mesmas grandes áreas, mesmo que o PNMA II tenha uma série de outras ações mais específicas que tratam de questões relacionadas a economia e a educação, por exemplo.

A concentração das temáticas em determinados anos, como foi constatado, se deve a assuntos diferentes, propriamente locais (como no caso do Diário dos Campos) ou que se destacam devido a um evento específico, não apresentando crescimento de forma contínua e nem relação entre os jornais. A partir disso já é possível começar a desvencilhar a idéia de agendamento entre jornais, onde os maiores tendem a estabelecer a agenda de temas dos menores, como havia

proposto McCombs (2009). Embora esse processo possa ocorrer na cobertura de determinados assuntos (esportes, por exemplo), não é o caso das políticas ambientais, as quais aparecem de forma diferenciada nos jornais analisados.

A relação entre os três jornais se deu somente para “Legislação”, sendo que uma possível explicação para isso é que, embora o PNMA II tenha ações voltadas para as três esferas de poder – federal, estadual e municipal –, as decisões que abrangem aprovação de leis e discussão de projetos são majoritariamente de alcance nacional e que apenas são acatados pelas demais esferas, principalmente se o assunto tem proximidade com as características da região. Por isso, o tema específico “Legislação”, o qual se refere estritamente a decisões tomadas pelo governo, tende a ser “agendado” pelos três veículos.

As considerações feitas até o momento sobre a cobertura das políticas ambientais são de que o jornal que apresenta mais textos é a Folha de S. Paulo, mas quem oferece maior espaço é a Gazeta do Povo. Isso já dá indícios para refutar a hipótese de maior visibilidade do tema em veículos maiores (mas esses dados voltarão a ser discutidos mais a frente quando tratar-se-á do índice de visibilidade). O Diário também tem cobertura bastante relevante, embora os números absolutos sejam de apenas 321 textos. Nota-se, também, que enquanto há tendência de crescimento do espaço destinado ao assunto ao longo do tempo na Folha e na Gazeta, no Diário o processo observado é contrário, indicando diminuição da cobertura, principalmente na distribuição do tamanho categórico. Percebe-se, aqui, certa padronização quanto aos jornais maiores, que se distanciam do jornal local.

Sobre os assuntos que aparecem ao longo do período, não há similaridade se comparados os três periódicos, exceto para “Legislação” e “Políticas contra Devastação” que se concentram em mesmos anos nos jornais. A cobertura está baseada em grandes temáticas – reciclagem, desmatamento e aplicação de multas –, mas estas aparecem em momentos diferenciados nos três veículos. Além disso, nota-se que os assuntos não apresentam crescimento contínuo ao longo do período, estando relacionado com fatos específicos que desencadeiam os debates, como é o caso do aterro sanitário de Ponta Grossa, abordado pelo Diário dos Campos em 2004 e do desmatamento da Amazônia noticiado em 2009, depois do lançamento de relatórios e do Código Florestal. Para dar continuidade às análises, o próximo tópico discute os dados referentes à presença e visibilidade do tema no jornal, relacionando com enquadramento, abrangência, etapas do ciclo político, etc.

4.2.2 Características da produção feita pelos periódicos

Este tópico tem por objetivo identificar as características dos textos e comparar a produção feita pelos três jornais. Os primeiros dados apontam para uma padronização entre os veículos quanto aos formatos escolhidos para tratar das políticas ambientais. Medina (2001), utilizando conceitos abordados anteriormente por José Marques de Melo, subdivide a produção jornalística em quatro grandes grupos baseados nas características da forma de apresentação do conteúdo. Para a autora os gêneros são: Informativos (notas, reportagem, entrevista, título e chamada); Opinativos (editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, carta do leitor, crônica); Utilitários (obituário e indicadores); e Ilustrativos (tabelas, ilustrações e fotografia). Embora a categorização usada neste trabalho – para análise de tema político – apresenta apenas formatos que pertencem aos dois primeiros grandes grupos, podemos dividir os conteúdos em opinativos e informativos. Dessa forma, verifica-se que a produção feita pelos veículos foi majoritariamente informativa, estando muito pouco presente nos formatos opinativos.

TABELA 10 – Distribuição dos textos nos formatos

	Diário dos Campos		Gazeta do Povo		Folha de S. Paulo	
	N	%	N	%	N	%
Chamada de 1ª página	83	25,9	43	11,7	42	9,4
Reportagem	131	40,8	169	46,0	183	41,0
Entrevista	0	0	3	0,8	5	1,1
Notas	81	25,2	106	28,9	169	37,9
Coluna do leitor	6	1,9	22	6,0	11	2,5
Artigo assinado	9	2,8	9	2,5	15	3,4
Editorial	7	2,2	10	2,7	14	3,1
Foto-legenda	1	0,3	0	0	3	0,7
Coluna	3	0,9	5	1,4	4	0,9
Total	321	100,0	367	100,0	446	100,0

FONTE – AUTORA (2011)

No Diário dos Campos 40,8% das notícias são reportagens e 25,2% são notas informativas (textos mais breves). Na Folha de S. Paulo os percentuais são de 41% e 37,9%, o que mostra uma tendência de aparecerem mais notas, sendo que isso está relacionado já com o tamanho menor das entradas. Na Gazeta, pelo tema ocupar mais espaço, houve tendência de o assunto aparecer mais em reportagens (46%) e com um percentual menor para notas (28,9%). Mas destaca-se que ambos

são textos informativos e foram priorizados pelos jornais como mostraram os dados. Uma das possíveis hipóteses é que embora o tema meio ambiente tenha ganhado relevância na sociedade, ele ainda não gera debate entre as pessoas a ponto de se refletir nos jornais na forma de carta do leitor, artigos e colunas.

O formato “Carta do Leitor”, por exemplo, apareceu com 6% na Gazeta, enquanto o mesmo tem apenas 2,5% na Folha e 1,9% no Diário dos Campos. Durante a coleta de dados percebeu-se que essas entradas estavam relacionadas a temas específicos que geraram debate durante determinados momentos, sendo que podemos citar alguns exemplos: desmatamento, Código Florestal, poluição das águas e questões relacionadas ao lixo e à reciclagem. Os textos apresentavam críticas, por exemplo, às alterações que poderiam ser feitas no Código Florestal, como ocorreu na carta do dia 2 de fevereiro de 2009, em que o eleitor apontava as conseqüências dessa decisão. Outro dado é que as cartas dos leitores se situaram mais em 2009, quando foi debatido o Código Florestal.

Percebe-se o uso majoritário de textos informativo para abordar o assunto por parte dos três jornais. As poucas diferenças na cobertura estão relacionadas a presença de “Cartas dos Leitores” na Gazeta e a presença de entradas de primeira página no jornal local, que tem duas vezes mais que os outros dois. Portanto, se tratando da visibilidade inferida a partir do formato, nota-se que no Diário dos Campos há tendência do tema aparecer na capa – diferente dos jornais maiores que possuem percentuais parecidos – o que confere mais destaque para o assunto¹³. Mantém-se o padrão de proximidade entre os jornais de maior abrangência e distanciamento do jornal local, o que já havia sido identificado nas análises anteriores.

Para dar seqüência, observa-se também a abrangência dos textos que tratam de políticas ambientais. Essa categorização propõe dividir as entradas em local, estadual, nacional e internacional de acordo com o tipo de conteúdo. Os primeiros dados mostram algumas diferenças entre os jornais em decorrência da relação com o público de cada um, pois enquanto o jornal local tem 63,9% dos textos voltados para o público da cidade onde ele é produzido, na Folha de S. Paulo o conteúdo sobre políticas está voltado para o público do país todo, em 56,7% das notícias.

¹³ No tópico seguinte será discutida, separadamente, a visibilidade das políticas ambientais na primeira página, visto que há grande diferença entre os jornais, indicando os temas que mais aparecem nesse espaço e quais são os formatos de capa que mais foram encontrados.

TABELA 11 – Abrangência dos textos nos três periódicos

	Diário dos Campos		Gazeta do Povo		Folha de SP	
	N	%	N	%	N	%
Local	205	63,9	63	17,2	32	7,2
Estadual/Regional	105	32,7	176	48,0	83	18,6
Nacional	11	3,4	102	27,8	253	56,7
Internacional	0	0	22	6,0	76	17,0
Indefinida	0	0	4	1,1	2	,4
Total	321	100,0	367	100,0	446	100,0

FONTES – AUTORA (2011)

A Gazeta do Povo apresenta 48% de conteúdo regional, o que é um percentual pequeno se comparar a abrangência dos textos com a proposta editorial do jornal, pois há quase 27,8% dos textos com abrangência nacional e pouco mais de 17% de local. Nesta perspectiva aquele que mais atende o público é o Diário dos Campos, pois o jornal se propõe a adaptar o conteúdo para a realidade local de Ponta Grossa em quase dois terços das matérias sobre política ambiental. Novamente identifica-se que o jornal local se comporta de maneira diferente dos demais, sendo que, neste caso, tende a fazer uma cobertura mais próxima dos receptores. Embora a Gazeta do Povo, por exemplo, se proponha a fazer uma cobertura para todo o Paraná, sua produção regional não passa de 48%. Já o percentual para textos locais no Diário dos Campos é de quase 64%. Portanto, o veículo tende a ter uma produção mais condizente com sua proposta de abrangência. Além da circulação local, a produção também é majoritariamente local e isso o difere dos demais.

Como o jornal também circula em cidades da região e o veículo é o maior dos Campos Gerais, há algumas notícias regionais que dizem respeito a outras cidades próximas, como por exemplo, na nota informativa “Castro quer reativar conselho municipal” (Diário dos Campos, 6/6/2006), que trata de ações sobre meio ambiente, mas relacionado a Castro e não a Ponta Grossa. Isso justifica os 32,7% de entradas que tratam de políticas e ações desenvolvidas em outras cidades do interior.

Para complementar a análise, a tabela abaixo fornece dados sobre a visibilidade¹⁴ dos textos. O objetivo é apresentar subsídios para testar uma das

¹⁴ O índice de visibilidade¹⁴ permite agregar informações de quatro variáveis: tamanho dos textos, presença de elementos gráficos, formato da entrada e localização na página. Para a construção deste indicador (CERVI, 2010), dá-se peso para as categorias dessas variáveis, os quais são somados

hipóteses iniciais que considera que o tema política ambiental tem maior visibilidade no jornal impresso de abrangência nacional (Folha de S. Paulo) do que nos veículos regional e local (Gazeta do Povo e Diário dos Campos, respectivamente). A hipótese esta baseada no fato das políticas públicas na área ambiental serem, na sua maioria, decisões em âmbito nacional, mais do que dos estados ou municípios. Os dados iniciais já mostraram que, embora a FSP tenha maior número de entradas, os textos têm mais espaço no jornal regional, além de destacar que mesmo que o DC apresente menos textos, se comparado o seu tamanho, o tema possui espaço tanto quanto na Gazeta. Dessa forma, o índice de visibilidade¹⁵ serve para testar essa hipótese inicial que já foi previamente refutada no início da análise. No Diário e na Gazeta predomina a visibilidade “média”, enquanto na Folha aparece mais a “muito baixa”. Nota-se que aqui há maiores diferenças entre os dois jornais maiores.

TABELA 12 – Visibilidade das políticas a partir do “índice de visibilidade”

	Diário dos Campos		Gazeta do Povo		Folha de S. Paulo	
	N	%	N	%	N	%
Mt Baixa	83	25,9	118	32,2	189	42,4
Baixa	34	10,6	35	9,5	46	10,3
Média	101	31,5	119	32,4	106	23,8
Alta	72	22,4	47	12,8	70	15,7
Mt Alta	31	9,7	48	13,1	35	7,8
Total	321	100,0	367	100,0	446	100,0

FONTE – AUTORA (2011)

Os dados apontam para a baixa visibilidade dos textos na Folha de S. Paulo. Além de fragmentados como os dados anteriores já tinham constatado (37,9% de notas, conf. Tabela 10), eles aparecem na parte inferior da página e com poucas imagens gráficas. Embora os outros dois jornais também apresentem um percentual

posteriormente e divididos em cinco categorias de acordo com a escala de Likert. Portanto, esse índice leva em consideração essas quatro características das notícias, sendo que chamadas de capa, com foto, que estão na primeira dobra do jornal e que de acordo com o tamanho categórico pertencem a categoria grande representam a maior pontuação a ser alcançada na soma das categorias. Já os textos de tamanho pequeno, na segunda dobra do jornal, sem elementos gráficos e que são carta dos leitores, representam a menor pontuação estando na categoria de muito baixa visibilidade. Portanto, todas as variações das somatórias encaixam as notícias de acordo com a tabela abaixo. Na análise destaca-se a concentração nas categorias média e muito baixa, com ênfase nos 42,4% dos textos da Folha de S. Paulo na categoria de menor visibilidade e nos 13,1% da Gazeta na categoria “Muito Alta”.

¹⁵ Antes de produzir este índice, foi verificada a consistência ou confiabilidade do indicador, por meio do Coeficiente Alfa de Cronbach, que foi de 0,63 ou 63% para o conjunto dos jornais, o que significa que o indicador mede 63% dos impactos possíveis. O resultado para cada um individual é de 0,55 para o Diário dos Campos, 0,69 para a Folha de S. Paulo e 0,63 para a Gazeta do Povo.

alto para essa categoria, a Folha está bem acima, com 42,5% das entradas concentradas nessa categoria. A Gazeta e o Diário ficam próximos na categoria média, sendo que a Folha, por ter apresentado mais de 40% das entradas na categoria mais baixa, apresenta quantidade inferior de casos.

Outro dado relevante da tabela é os 13,1% de textos da Gazeta na categoria “muito alta” que difere dos outros dois. Isso significa que, neste jornal, o tema tem maior visibilidade, aparecendo com destaque na capa e em reportagens (como informou a tabela 10). Portanto, esses dados servem para refutar a hipótese inicial, seguindo o raciocínio já apresentado no início da análise e concluindo que na Gazeta do Povo o tema tem mais visibilidade levando em consideração todas as características da produção que foram incluídas no índice. Perto também está o jornal local que possui 22,4% dos casos na visibilidade alta, o que pode ser consequência da grande quantidade de entradas de primeira página.

Sendo assim, no quesito visibilidade, os veículos menores tendem a se destacar, o que pode estar relacionado com o fato de que o assunto meio ambiente tem mais relevância e chama mais a atenção quando relacionado diretamente com o público leitor. Como os jornais menores, principalmente o local, podem fazer uma produção mais próxima de seus receptores, o tema conseqüentemente tende a ter mais destaque, podendo inclusive, aparecer mais na capa. Já na Folha, que precisa atender um público mais amplo, não é possível fazer uma produção voltada para uma determinada fração de leitores, o que impossibilita tratar de forma destacada as questões ambientais cotidianas.

Identifica-se também o enquadramento noticioso dos textos jornalísticos. A categorização utilizada aqui é adaptada de Porto (2005), que tem por objetivo discutir uma nova perspectiva para entender a mídia, sendo que ela observa “os ângulos das notícias”. Essa variável é aplicada apenas para os textos informativos – nota e reportagens – a partir do enquadramento personalista (de interesse no indivíduo), episódico (ênfase em eventos/acontecimentos) e temático (foco nos temas para além da necessidade da existência de um fato específico).

Os dados apontam para a maior presença do enquadramento episódico nas notícias nos três periódicos, embora esteja mais evidenciado na Folha de S. Paulo (72,7%) e menos na Gazeta do Povo (60,4%). Essa presença maior do tipo episódico envolve uma discussão sobre a necessidade de acontecimentos para que o tema seja agendado pela mídia. Embora se trate de um tema geral e não de um

fato específico – como eleições, eventos esportivos, etc. – isso não garante o tratamento temático, com uma discussão mais ampla. A pesquisa indica que mesmo um assunto amplo, como política pública, também depende de fatos cotidianos para aparecer nos jornais, como mostra o exemplo “Conferência busca acordo sobre floresta” (Folha de S. Paulo, 9/4/2002). A notícia discute política de conservação das florestas, mas isso só ocorre em função da conferência que mobilizou os jornais para fazer a cobertura.

TABELA 13 – Enquadramento dos textos

	Diário dos Campos		Gazeta do Povo		Folha de SP	
	N	%	N	%	N	%
Episódico	147	67,1	166	60,4	256	72,7
Temático	72	32,9	109	39,6	95	26,9
Personalista	0	0	0	0	1	0,4
Total	219	100	275	100	352	100

FONTE – AUTORA (2011)

Percebe-se que o enquadramento personalista – focado num indivíduo – é residual nos três veículos, o que significa que o tema política pública não tende a aparecer nesse tipo de texto. Já o temático aparece mais na Gazeta do que nos outros jornais (39,6%). “Coleta de lixo reciclável ajuda catadores” (Gazeta do Povo, 6/02/2007) e “Estudantes aprendem plantando” (Gazeta do Povo, 8/07/2006) são exemplos de textos que abordam o assunto no aspecto temático, tendo como foco as ações e não os eventos propriamente ditos. Isso indica que no jornal regional o assunto tende a ser abordado de forma mais ampla, independente de fatos esporádicos. Nota-se que os periódicos maiores estão mais distantes neste quesito analisado, ao contrário do que vinha ocorrendo no início da exposição dos dados.

Também se identifica quais as temáticas que se destacam nas notícias. Apresenta-se uma categorização feita a partir da literatura e a categoria “outro” como forma de contemplar os textos que não se enquadram naquelas formalmente propostas. Quanto aos assuntos centrais das políticas abordadas pelos veículos, observa-se que há um padrão: os mais presentes são “sustentabilidade” ou “preservação de áreas ambientais”. Este último aparece mais na Folha de S. Paulo (37,4%) e no Diário dos Campos (38,9%) e o primeiro na Gazeta do Povo (35,7%). Esses dados confirmam uma das hipóteses da pesquisa de que não são todos os tipos de política que tem visibilidade na mídia.

Como se percebe há concentração em algumas temáticas, enquanto outras quase não apareceram na cobertura, o que afirma a hipótese inicial. Mas, além disso, encontraram-se algumas diferenças entre os três jornais: o Diário dos Campos apresenta mais textos sobre “Educação Ambiental”, no entanto, poucos sobre “Sustentabilidade”, se comparado com os outros dois jornais; a Gazeta do Povo tem baixo percentual para “Preservação”, diferente dos demais. Nota-se que a variável tema também distancia os veículos maiores, já que os principais assuntos não são similares. Há fatores externos, como o ambiente em que são produzidos e as características da região que podem explicar essas diferenças.

TABELA 14 – Temas das políticas ambientais que apareceram nos jornais

	Diário dos Campos		Gazeta do Povo		Folha de S. Paulo	
	N	%	N	%	N	%
Educação Ambiental	32	10,0	8	2,2	2	0,4
Sustentabilidade	39	12,1	131	35,7	143	32,1
Preservação Ambiental	125	38,9	83	22,6	167	37,4
Legislação	54	16,8	69	18,8	50	11,2
Outro	19	5,9	24	6,5	17	3,8
Políticas/devastação	52	16,2	52	14,2	67	15,0
Total	321	100,0	367	100,0	446	100,0

FONTE – AUTORA (2011)

No caso da Folha, a maior produção sobre preservação ambiental pode ser explicada pelo crescimento das cidades - principalmente de São Paulo - e isso ocorre porque este assunto foi abordado pelo II Plano Nacional de Meio Ambiente, sendo considerado como uma das grandes metas do programa (MMA, 2011). “Qualidade do ar melhorou em 2006, segundo a CETESB” (Folha de S. Paulo, 15/05/1007) e “Prefeitura do Rio vai a justiça contra liberação de hotel em área protegida” (Folha de S. Paulo, 1/09/2005) são exemplos que sustentam essa hipótese. Além disso, outra possível explicação é a produção semanal de uma notícia sobre a qualidade da água do mar, que aparece na cobertura desde 2001. Essa notícia é resultado de uma ação implantada pelo PNMA, que mede a balneabilidade da água do mar nas regiões de praias e semanalmente apresenta relatórios, os quais são usados pelo jornal.

Destaca-se ainda que as ações do IBAMA, Ministério do Meio Ambiente e outros órgãos, tais como multas, apreensão de animais, entre outros trabalhos também são considerados como ação dentro de políticas de preservação ambiental

e aparecem bastante, principalmente no Diário dos Campos. Nesse periódico, devido a sua característica local, há presença de textos desse gênero que retratam ações em escolas, projetos de limpeza de córregos, entre outros assuntos, que são ações de preservação e por isso há um percentual significativamente alto para esta categoria. O texto “Plano de despoluição” (Diário dos Campos, 26/07/2007) mostra uma ação de preservação que prevê a limpeza de rios e córregos da cidade de Ponta Grossa.

Já no caso da Gazeta, retoma-se a explicação que considera o ambiente externo às redações como fator que contribui para explicar o grande número de notícias sobre ações sustentáveis propostas pelo governo. Por se tratar de uma cidade conhecida pelo seu aspecto ecológico, “Sustentabilidade” tem destaque na produção do jornal quando o tema é política ambiental. Nesses textos destacam-se assuntos específicos tais como coleta seletiva, tratamento de esgoto, reciclagem, tratamento de embalagem de agrotóxicos, emissão de poluentes, entre outros. Apesar de o jornal ser de abrangência estadual, tem um percentual considerável (17,2%) de notícias voltadas especificamente para Curitiba, sendo que estas, na sua maioria, têm como tema a Sustentabilidade. “Pneus na mira dos ambientalistas” (Gazeta do Povo, 4/04/2007) e “Separação de lixo” (Gazeta do Povo, 6/8/2007) são exemplos de entradas sobre ações sustentáveis em Curitiba. Além disso, também pode ter influenciado na cobertura o fato de que a gestão integrada de resíduos também era uma das principais metas do PNMA II.

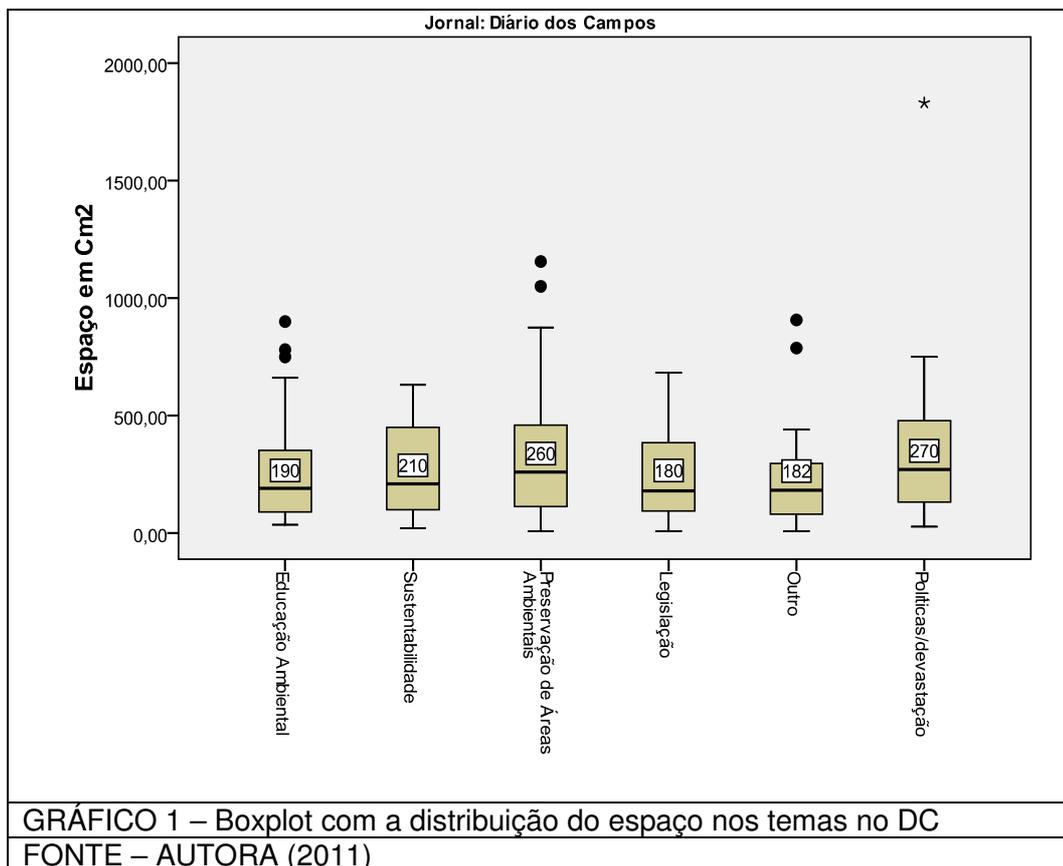
Destaca-se ainda a maior quantidade de textos sobre legislação nos jornais local e regional, o que pode ser explicado pelo impacto que elas possuem nessas regiões, promovendo repercussão na cobertura dos jornais, diferente dos maiores que apenas fazem a cobertura diária por se tratar de um assunto que se encaixa na sua “abrangência de circulação”, por ser novidade e ter relação com a elite política. Imaginava-se que essas ações apareceriam mais nos jornais maiores por estarem mais distantes dos locais, no entanto, percebe-se que ocorre o contrário, pois são decisões importantes para os leitores dos periódicos que circulam no Paraná, inclusive no DC. “Novo Código Florestal é debatido” (Diário dos Campos – 26/09/2009) e “Pesca está proibida até final de Fevereiro” (Diário dos Campos – 24/01/2009) exemplificam as notícias que tratam de aspectos da legislação, mas que são relacionadas com o ambiente local.

Além desse dado, observou-se que 10% das entradas no Diário dos Campos são sobre ações do governo em prol da educação ambiental, enquanto esse tema foi residual na cobertura feita pelos demais jornais: 0,4% da Folha de 2,2% na Gazeta do Povo. Destaca-se que esses textos sobre educação ambiental eram voltados essencialmente para ações locais, como por exemplo, “ARAS leva orientação a estudantes” (Diário dos Campos, 12/03/2005), que é uma notícia sobre um órgão público da cidade, ou seja, é um tipo de texto que não ganha espaço em jornais maiores, mas que tem um perfil para aparecer em jornais menores. Ou seja, também são fatores relacionados aos conceitos de valores-notícias e escolhas internas do processo produtivo - que levam em consideração o público alvo - que definem os temas que vão ganhar espaço. E a maior quantidade de entradas sobre “Preservação” está relacionada com as características da região dos Campos Gerais, que envolve diversos problemas com aterro sanitário, multas, ações do IBAMA e do IAP, entre outros assuntos que são categorizados como ações que englobam preservação ambiental.

Para complementar a análise, observa-se o espaço que cada tema ganha nos jornais. Os gráficos Boxplot (1, 2 e 3) apresentam a relação entre o tamanho (em cm^2) e os temas das políticas¹⁶. O objetivo é identificar se os mesmos temas que aparecem mais vezes na cobertura também são aqueles que ocupam mais espaço nas páginas. O primeiro gráfico apresenta dados do jornal Diário dos Campos e indica o valor das medianas para cada tema analisado. Essas informações mostram que os temas tendem a se concentrar em tamanhos que não passam de 1000 cm^2 , sendo que mais de 75% de todos eles estão abaixo de 500 cm^2 . Nota-se, portanto, que alguns assuntos tendem a ocupar menos espaço, como “Educação Ambiental” e “Legislação”. O que explica isso é o tipo de abordagem que o jornal faz que é bastante fragmentada e meramente informativa sobre aprovação de leis e projetos que são colocados em ação pela prefeitura como mostram os exemplos “Reciclar pelo teatro” (Diário dos Campos, 20/09/2000) e “Promotoria finaliza código ambiental” (Diário dos Campos, 16/06/2003).

¹⁶ Os dados apresentados nos gráficos se referem ao total de textos de cada categoria temática. No entanto, a distribuição dos temas, como a tabela 14 mostrou, não é homogênea (Educação ambiental tem 32 textos no Diário dos Campos, sendo que Preservação possui 125, por exemplo). O objetivo desse gráfico é mostrar como se dá a distribuição dos tamanhos para cada tema.

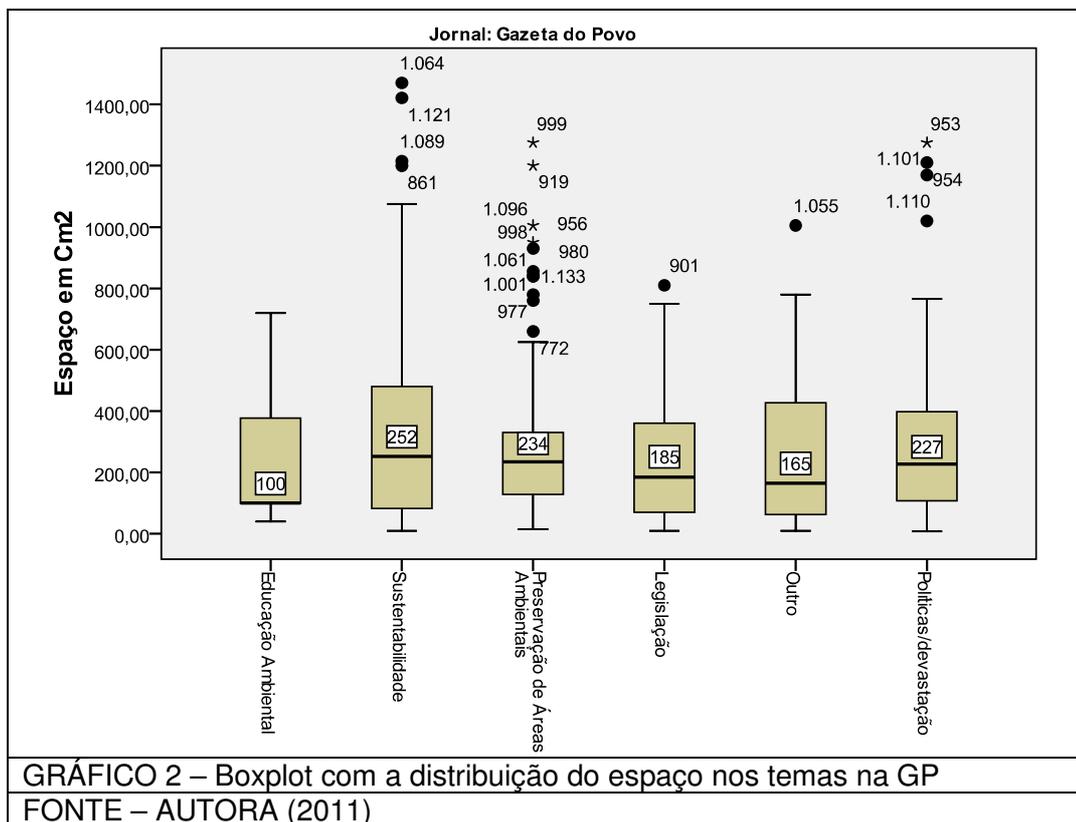
Já “Políticas contra Devastação” e “Preservação” ocupam mais espaço, já que a mediana chega a 270 e 260, respectivamente, sendo “Preservação” aquele que também aparece mais vezes na cobertura. E, “Políticas contra Devastação”, embora apareçam com apenas 16% da cobertura estão concentradas em matérias maiores. A hipótese explicativa para esse maior espaço ocupado por este último tema é o destaque do assunto no período analisado, pois com a possibilidade de criação de parques na região - principalmente em 2004/2005 – criava-se um embate entre os agricultores e os movimentos ambientalistas que constantemente ganhava destaque no jornal. Isso mostra que, de fato, a região tem relações conflituosas entre a questão ambiental e agrícola, o que dá visibilidade para a discussão dessas políticas.



Percebe-se ainda que as políticas de preservação se destacam na cobertura por envolverem questões relacionadas ao aterro sanitário, que gerou grandes debates que foram noticiados pela mídia com grande visibilidade no período pesquisado. Além disso, apareceram também muitas notícias sobre aplicação de

multas para empresas privadas da região, preservação de rios e animais que, devido a proximidade da população com esses fatos, ganhavam destaque.

Já a cobertura feita pela Gazeta do Povo é um pouco diferenciada, pois ambos os temas que aparecem mais em quantidade de textos são os mesmo que tendem a aparecer com medianas mais elevadas. Trata-se das políticas de “Sustentabilidade”, com mediana de 252, e de “Preservação Ambiental”, em que o valor é 234. Destaca-se que “Educação ambiental” teve baixo número de entradas assim como a Folha de S. Paulo, entretanto aqui a mediana é bastante reduzida. “Legislação” segue com a mesma mediana dos anteriores, sendo que a explicação para o menor tamanho nos textos é a mesma, ou seja, trata-se de uma cobertura factual, baseada apenas em noticiar as leis e projetos aprovados.

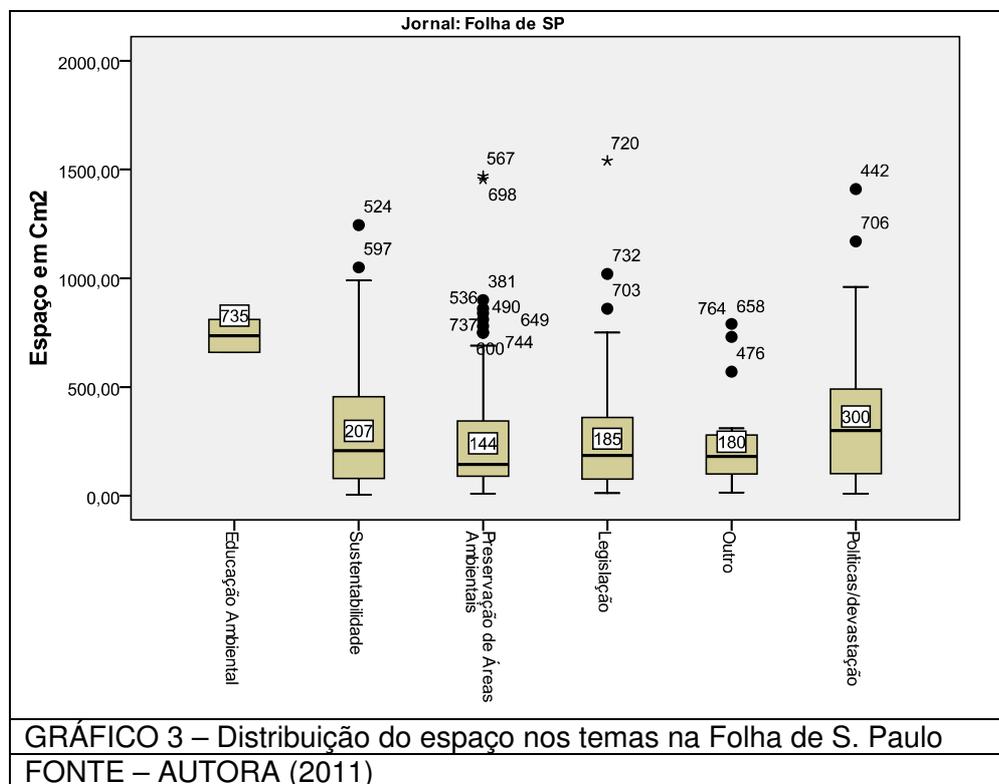


O tema “Sustentabilidade” como já foi discutido em momentos anteriores da análise, se destaca no jornal Gazeta do Povo por ser uma característica do ambiente em que o jornal é produzido, principalmente tendo relação com o município de Curitiba, que é conhecido pela qualidade das suas ações para o meio ambiente. Dessa forma, esse fator também pode possuir influência no tipo de produção, oferecendo mais espaço para tratar destas ações, principalmente sobre coleta

seletiva, reciclagem, biodiesel, limpeza da cidade, entre outros, que na sua maioria são textos de abrangência local, relacionados às ações municipais.

Quando o tema é “Preservação de áreas ambientais”, percebe-se uma proximidade com o periódico local quanto aos assuntos das notícias. Trata-se de notícias sobre qualidade da água, aplicação de multas, ações do IAP e do Ibama, proibição da pesca, despoluição de rios, etc. Neste jornal, por estar mais próximo do público – até mesmo porque tem uma circulação majoritária na região de Curitiba – estes assuntos, que não se destacam na Folha de S. Paulo, aparecem em textos maiores no veículo regional, se aproximando mais do local.

No jornal nacional, essa relação entre temas e espaço na página apresenta algumas alterações, no entanto alguns assuntos continuam ganhando destaque na cobertura, mesmo que seja por motivos diferenciados, como é o caso das “Políticas contra Devastação”. Destaca-se que o tema “Educação Ambiental”, embora apresente a mediana de 735, esteve em apenas dois textos ao longo de todo o período na amostra coletada.



Já considerando os demais que possuem quantidades significativas de entradas, a maior mediana também está para as “Políticas contra Devastação” (300), assim como no Diário dos Campos, o que significa que esse tema apresenta

mais notícias maiores. E o que explica isso é o impacto da cobertura sobre a Região Amazônica e da Mata Atlântica, como mostra o exemplo “Estados terão 1 ano para planejar a preservação da Mata Atlântica” (Folha de S. Paulo, 17/04/2002 – Anexo K). Como se pode observar, embora o mesmo tema também apresente a maior mediana na cobertura feita no jornal local, os assuntos pautados são diferentes: enquanto lá se tratava da criação de parques e problemas com agricultores, no caso da abordagem da Folha é sobre os dois maiores biomas brasileiros que são de interesse nacional. Portanto, percebe-se que mesmo sendo um mesmo tema, é necessário analisar quais são os assuntos específicos dentro de cada um deles, pois além de tratar-se de ambientes diferentes para a produção de notícias, o público a que o jornal se destina também é outro.

“Sustentabilidade”, que tem a segunda maior mediana (207), engloba ações que na sua maioria envolvem grandes eventos, como Rio+10, Protocolo de Kyoto, reuniões que discutem mudanças climáticas, etc. Por serem grandes acontecimentos, tendem a ter destaque na cobertura, como é o exemplo da matéria que faz a cobertura da Rio+10 abordando o projeto de energia do Brasil: “Fracassa a iniciativa brasileira de energia” (Folha de S. Paulo, 3/09/2002). O texto apresenta mais de meia página e ocupa todas as colunas.

Já “Preservação”, embora apresente a maior quantidade de textos, tem a mediana de 144 cm², o que significa que 50% deles estão concentrados abaixo deste tamanho. Aqui, os assuntos específicos dos textos categorizados como “políticas para devastação” são os mesmo que aparecem no jornal local: aplicação de multas, ações contra empresas privadas poluidoras, criação de áreas verdes nas cidades, etc. No entanto, a diferença está no impacto que a temática possui. Se no Diário dos Campos as notícias ganham mais espaço é porque, pela proximidade, tendem a ter mais interesse do público. É diferente da Folha de S. Paulo, onde o tema aparece com frequência, embora ocupando pouco espaço, basicamente no formato de notas informativas, como o exemplo “Análise da água passa a ser feita 3 vezes por semana em SP” (Folha de S. Paulo, 7/1/2005 – Anexo L). Essas notícias não são de grande interesse para o público mais amplo do jornal nacional, já que este tem circulação mais abrangente. Assim, o que explica a maior ou menor visibilidade dos textos é a abrangência da publicação e conseqüentemente o impacto que o assunto vai causar no público, por isso, embora sejam os mesmo assuntos do jornal local, aqui ele aparece em espaços mais reduzidos.

Além do tamanho, é possível comparar os temas com o indicador de visibilidade produzido e apresentado anteriormente, com o objetivo de sumarizar uma série de variáveis agrupando-as num índice. As tabelas 15, 16 e 17, a seguir, mostram que temáticas possuem mais destaque. Relaciona-se os temas com o índice de visibilidade, apresentando o teste Chi-quadrado para testar a independência entre as variáveis. Nas tabelas em que o teste é significativo usa-se os resíduos padronizados para mostrar onde estão as relações de força – positiva e negativa – entre as categorias.

TABELA 15 – Relação entre temas das políticas e visibilidade no DC¹⁷

Índice	Sustentabilidade	Preservação	Legislação	P. Devastação	Total
Mt Baixa	17,9% (7)	20,0% (25)	29,6% (16)	30,8% (16)	23,7% (64)
Baixa	12,8% (5)	10,4% (13)	11,1% (6)	3,8% (2)	9,6% (26)
Média	41,0% (16)	32,8% (41)	31,5% (17)	26,9% (14)	32,6% (88)
Alta	28,2% (11)	24,0% (30)	20,4% (11)	26,9% (14)	24,4% (66)
Mt Alta	0,0% (0)	12,8% (16)	7,4% (4)	11,5% (6)	9,6% (26)
Total	100,0% (39)	100,0% (125)	100,0% (54)	100,0% (52)	100,0% (270)
P= 7,024 Sig. 0,635					

FONTE – AUTORA (2011)

No caso do Diário dos Campos, não é possível refutar a hipótese nula e dizer que há relação entre as duas variáveis, pois o índice de significância está acima do limite crítico (0,05). No entanto, observa-se que “Políticas contra Devastação” concentram-se na visibilidade muito baixa, embora este seja o jornal que mais tratou deste tema. Os demais assuntos aparecem mais concentrados na categoria média. Observando os percentuais referentes à maior visibilidade de todos e comparando-os com a média total, “Preservação” é o assunto que, neste veículo, aparece mais acima da média, com 12,8%. Trata-se de textos, na sua maioria, que se referem aos assuntos cotidianos, como por exemplo, “Rotary denuncia mineradora ao IAP” (Diário dos Campos, 22/07/2001). Para a Gazeta do Povo há algumas diferenças quanto aos temas que têm mais visibilidade.

¹⁷ Para o teste Chi-quadrado, realizado com o objetivo de testar a relação entre as duas variáveis, foram desconsideradas as categorias “Outro” e “Política Ambiental”, pois havia poucos casos. O mesmo foi feito com o tamanho “muito alto”, embora ele esteja na tabela. O mesmo vale para as próximas duas tabelas

TABELA 16 – Relação entre temas das políticas e visibilidade na GP

Índice	Sustentabilidade	Preservação	Legislação	P. Devastação	Total
Mt Baixa	25,2% (33)	34,9% (29)	36,2% (25)	34,6% (18)	31,3% (105)
Baixa	10,7% (14)	9,6% (8)	8,7% (6)	5,8% (3)	9,3% (31)
Média	33,6% (44)	31,3% (26)	36,2% (25)	34,6% (18)	33,7% (113)
Alta	14,5% (19)	13,3% (11)	7,2% (5)	9,6% (5)	11,9% (40)
Mt Alta	16,0% (21)	10,8% (9)	11,6% (8)	15,4% (8)	13,7% (46)
Total	100,0% (131)	100,0% (83)	100,0% (69)	100,0% (52)	100,0% (335)

P=6,083 Sig. 0,732

FONTA – AUTORA (2011)

Embora os dados não sejam significativos, na Gazeta as temáticas relacionadas à Sustentabilidade apareceram mais na visibilidade “média” com 33,6% das entradas. Já “Preservação”, ao contrário do jornal local, apresenta 34,9% na “muito baixa”. “Legislação” e “Políticas contra devastação” se dividem entre “muito baixa” e “média”. Mas os percentuais mais relevantes são os 16% para a visibilidade muito alta do tema “Sustentabilidade”, o qual já aparece mais na Gazeta em termos quantitativos e agora também tem mais destaque que os demais. “Preservação” é o que apresenta menor percentual (10,8%) nessa categoria, se comparado com a média total de 13,7%, diferente do que ocorreu com o Diário dos Campos.

Somente o jornal Folha de S. Paulo apresenta relação significativa entre as duas variáveis, com um sig. dentro do limite esperado (0,000). Da mesma forma, os resíduos padronizados estão dentro do valor que demonstra relações relevantes de força (+- 1,96).

TABELA 17– Relação entre temas das políticas e visibilidade na FSP

Índice	Sustentabilidade	Preservação	Legislação	P. Devastação	Total
Muito Baixa	35,0% (50)	56,9% (95)	36,0% (18)	28,4% (19)	42,6% (182)
	-1,4	2,8	-0,7	-1,8	
Baixa	15,4% (22)	6,0% (10)	12,0% (6)	7,5% (5)	10,1% (43)
	2,0	-1,7	0,4	-0,7	
Média	25,2% (36)	15,6% (26)	34,0% (17)	32,8% (22)	23,7% (101)
	0,4	-2,1	1,5	1,5	
Alta	14,7% (21)	15,6% (26)	10,0% (5)	23,9% (16)	15,9% (68)
	-0,4	-0,1	-1,0	1,6	
Muito Alta	9,8% (14)	6,0% (10)	8,0% (4)	7,5% (5)	7,7% (33)
	0,9	-0,8	0,1	0,0	
Total	100,0% (143)	100,0% (167)	100,0% (50)	100,0% (67)	100,0% (427)

P= 34,109 Sig. 0,000

FONTA – AUTORA (2011)

Os dados apresentados na tabela para a Folha de S. Paulo são significativos e há resíduos negativos e positivos indicando a força das relações. Ao contrário dos demais, há diferenças entre os temas e a visibilidade deles no jornal, sendo que o que explica esse resultado é a maior presença de textos sobre “Preservação de áreas ambientais” com muito pouca visibilidade. Assim, há relação positiva entre este assunto e a categoria “muito baixa”, com um resíduo positivo 2,8, sendo que os demais estão todos negativos. Por se tratar de temas como multas, limpeza de rios e da cidade, são fatos que aparecem bastante na cobertura, mas não se destacam por ser um veículo de grande circulação. É o oposto do que ocorre no jornal local com essa temática.

Acredita-se, analisando os textos e suas características, que este assunto tende a estar de forma fragmentada neste jornal. Além da Folha já apresentar uma produção mais “deficiente” em alguns aspectos se relacionado com os outros jornais, “Preservação” tende ainda a aparecer mais frequentemente com pouca visibilidade. Resultado parecido foi encontrado ao relacionar os temas com os tamanhos usando o boxplot (Gráfico 3), no entanto, agora, além de saber que o espaço ocupado é pequeno, pode-se concluir que o assunto não tende a aparecer com elementos gráficos, está mais presente na segunda dobra e em notas. Exemplo disso é o texto “Ibama faz apreensão recorde de motosserras” (Folha de S. Paulo, 24/09/2008 – Anexo M) que apenas relata que até o momento, em 2008, o Ibama já fez a maior apreensão de motosserras no país.

Além disso, como já foi apontado, os temas específicos agrupados nessa categoria temática são fatos cotidianos, como aplicação de multa, apreensões, limpeza de rio, limpeza da cidade e assuntos relacionados, que embora apareça na cobertura do jornal nacional, não ocupa grande visibilidade, pois não é de interesse do grande público de todas as regiões, já que na maioria das vezes essas notícias são locais ou apenas relacionadas ao Estado de São Paulo. Portanto, de acordo com os valores notícia e de interesse do público (WOLF, 2009) o jornal tende a dar mais destaque a temas mais amplos e deixar estes mais locais em espaços menos importantes. Percebe-se, observando as três tabelas, que “Preservação” tem pouco destaque também na Gazeta, ao contrário do jornal local.

Para avançar na análise dos dados, relaciona-se também a temática com a abrangência do conteúdo. Nesta tabela, da mesma forma que na anterior, apresenta-se o teste Chi-quadrado e também os resíduos padronizados. Essas

informações indicam que há relação significativa entre essas duas variáveis para os três jornais pesquisados, o que permite recusar a hipótese nula e se apropriar da hipótese alternativa.

TABELA 18 – Distribuição dos temas conforme a abrangência do conteúdo¹⁸

		Sustentabilidade	Preservação	Legislação	P. Devastação	
DC	Local	69,2% (27) 0,6	70,4% (88) 1,2	70,4% (38) 0,8	28,8% (15) -3,1	62,2% (168)
	Estadual	25,6% (10) -0,9	28,0% (35) -1,2	22,2% (12) -1,5	69,2% (36) 4,3	34,4% (93)
	Nacional	5,1% (2) 0,6	1,6% (2) -1,1	7,4% (4) 1,6	1,9% (1) -0,6	3,3% (9)
	Total	100,0% (39)	100,0% (125)	100,0% (54)	100,0% (52)	100,0% (270)
	P= 39,035 sig. 0,000					
GP	Local	23,3% (30) 1,9	22,9% (19) 1,4	7,2% (5) -1,9	1,9% (1) -2,6	16,5% (55)
	Estadual/ Regional	49,6% (64) 0,1	62,7% (52) 1,7	27,5% (19) -2,6	55,8% (29) 0,7	49,2% (164)
	Nacional	17,1% (22) -2,4	12,0% (10) -2,8	60,9% (42) 5,0	40,4% (21) 1,6	28,5% (95)
	Internacio nal	10,1% (13) 2,1	2,4% (2) -1,3	4,3% (3) -0,5	1,9% (1) -1,1	5,7% (19)
	Total	100% (129)	100,0% (83)	100,0% (69)	100,0% (52)	100,0% (333)
P= 66,374 sig. 0,000						
FS P	Local	11,2% (16) 1,6	7,8% (13) 0,1	0,0% (0) -1,9	4,5% (3) -0,9	7,5% (32)
	Estadual/ Regional	6,3% (9) -3,4	37,1% (62) 5,5	10,0% (5) -1,4	6,0% (4) -2,4	18,7% (80)
	Nacional	42,0% (60) -2,3	49,7% (83) -1,2	88,0% (44) 3,0	80,6% (54) 2,6	56,4% (241)
	Internacio nal	40,6% (58) 6,7	5,4% (9) -3,7	2,0% (1) -2,6	9,0% (6) -1,6	17,3% (74)
	Total	100% (143)	100% (167)	100,0% (50)	100,0% (67)	100,0% (427)
P= 62,406 sig. 0,000						

FONTE – AUTORA (2011)

Inicialmente, nota-se que no Diário dos Campos a relação é significativa apenas pela proximidade entre os textos que tratam de “Política contra devastação” e a categoria “estadual/regional”. O que explica essa concentração de 69,2% é que, embora o jornal trate muito da criação de parques e reservas, são ações da região

¹⁸ Para o teste Chi-quadrado, realizado com o objetivo de testar a relação entre as duas variáveis e poder rejeitar a hipótese nula foram desconsideradas as categorias “Internacional” dos dois jornais – Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo – pois o número de textos em cada célula era menor que cinco, que poderia enviesar o resultado do teste. Para o Diário dos Campos excluiu-se também do teste a categoria Nacional.

dos Campos Gerais e não necessariamente da cidade de Ponta Grossa. Portanto, como essas notícias foram categorizadas como estadual/regional aumentou a relação do tema com essa abrangência. Destaca-se ainda que há relação negativa com a abrangência local, pois apenas 28,8% dos textos se concentraram nessa categoria. Ou seja, poucas vezes essa política foi tratada no aspecto local, relacionada apenas a cidade de Ponta Grossa, mas sempre se referindo à região dos Campos Gerais ou até mesmo mais abrangente, tratando, por exemplo, da Mata Atlântica.

Na GP, os resultados sobre a relação dessas duas variáveis – temática e abrangência – mostram vários resíduos significativos, ou seja, há várias categorias que aparecerem relacionadas. Nota-se que o tema “Sustentabilidade” tende a ter relação com a abrangência local e internacional por determinadas razões. Como já foi constatado de início, as características do ambiente em que o jornal é produzido tendem a influenciar a produção, portanto por haver uma série de ações desenvolvidas pelo governo municipal ou até mesmo pelo Estado, elas tendem a ganhar mais destaque na cobertura, já que a cidade tem o histórico de ser sustentável e é considerada como exemplo de preocupação ambiental. Já no caso do resíduo positivo para a categoria internacional se deve ao mesmo motivo da Folha de S. Paulo. Diversos textos que tratam de acordos internacionais, como Protocolo de Kyoto, ganham destaque também na Gazeta.

“Preservação”, seguindo a tendência dos demais jornais - embora sem resíduos significativos para local e estadual – também tende a ser um assunto mais presente nessas categorias do que em nacional e internacional (inclusive no caso da Gazeta do Povo há resíduo negativo significativo para Nacional). Destaca-se que são os mesmos perfis de textos que aparecem nos três jornais, por isso essas relações com a abrangência local se repetem. O que muda é a visibilidade do tema, conforme as tabelas e gráficos anteriores mostraram, pois a proximidade com o público interfere no espaço ocupado.

A relação de “Legislação” também é muito parecida nos três jornais, pois os temas da cobertura foram parecidos, ou seja, tenderam a ser os mesmos, apenas com algumas alterações no jornal Diário dos Campos. Mas, tanto na Gazeta quanto na Folha, esse tema apresenta resíduos significativos e positivos para a abrangência nacional e negativo para as demais, o que define que esse tema tende a ser na maioria das vezes nacional, em decorrência de que as leis e projetos têm impacto

em todo o país, inclusive para o Paraná, por se tratar de uma região com diversos problemas ambientais, tais como desmatamento e poluição. “Governo vai mudar Código Florestal” (Gazeta do Povo, 23/05/2000) e “Acordo ameaça florestas, diz Greenpeace” (Gazeta do Povo, 13/11/2001) mostram notícias que tratam de questões ambientais, mais especificamente sobre o Código Florestal.

As “Políticas contra Devastação” apresentam apenas resíduo negativo de 2,6 para local, pois não há muitos textos tratando-se de Curitiba. Embora não significativos, os demais resíduos mostram que essa temática aparece pouco em notícias de abrangência internacional e podem se destacar mais como estadual/regional e nacional. A Gazeta apresenta alguns textos sobre questões relacionadas à Amazônia e diversos sobre Florestas das Araucárias (“Sem proteção, áreas com araucária podem desaparecer em 10 anos”, Gazeta do Povo, 26/05/2005).

O jornal Folha de S. Paulo apresenta relação significativa para mais de duas categorias. “Sustentabilidade” aparece com o maior resíduo de todos (6,7) para a relação com a abrangência “Internacional”, o que é explicado pela presença de notícias sobre Conferências da ONU, mudanças climáticas e decisões tomadas por outros países que têm relação com as políticas produzidas pelo Brasil. Exemplo disso é o texto “FHC critica posição de Bush sobre pacto para combater efeito estufa” (Folha de S. Paulo, 5/jul/2001), que aborda as políticas que deverão ser seguidas pelo Brasil a partir da assinatura do Protocolo de Kyoto. Por ser um impresso de abrangência nacional, tende a fazer a cobertura desses assuntos.

Já as notícias sobre políticas de “Preservação” estão relacionadas com a abrangência regional/estadual, que neste caso destaca a cobertura produzida sobre São Paulo. Tende a aparecer muitos textos sobre qualidade das praias e dos rios da região, assim como de questões relacionadas às áreas verdes, multas e apreensões que também estão presentes no jornal Diário dos Campos. Trata-se de um assunto mais próximo do público e também do próprio jornal e, em decorrência disso, tem relação negativa com a abrangência internacional.

“Legislação” e “Política contra devastação”, ao contrário dos demais temas têm relação positiva e significativa apenas com a abrangência nacional. No caso de “Legislação”, trata-se dos aspectos burocráticos das políticas e o que explica essa concentração é que a maior parte destas leis e projetos que são noticiados pelos jornais é aplicada para todo o país e não apenas para uma região específica.

Já no caso de “Devastação” há relação com a abrangência nacional, pois temos muitos textos relacionados a Amazônia, principalmente sobre medidas contra desmatamento, como cita o exemplo “Minc defende aceleração do PAS e anuncia novas medidas” (Folha de S. Paulo, 24/01/2009). De maneira geral, foi possível identificar como alguns assuntos específicos se repetem nos três jornais enquanto outros são diferenciados¹⁹. Também se nota como as temáticas se posicionam quanto a abrangência, pois algumas são mais caracterizadas como locais (preservação), outras como nacional (legislação) ou até mesmo internacional, no caso de Sustentabilidade.

Mas, além de observar a temática, também se analisa em que momento do processo que as políticas ganharam espaço no debate produzido pelos meios de comunicação. A preocupação com essa categorização se dá pelo fato de que, em determinados estágios, o papel da mídia no debate público, como mediador ou pelo próprio processo de agendamento (McCOMBS, 2009), é muito mais relevante do que em outros. Quando o processo é mais técnico, como no caso da etapa de “execução” das políticas, o papel dos veículos de comunicação é menos significativo do que quando abordam o momento de “Agendamento e Elaboração”.

A tabela abaixo apresenta as frequências simples da distribuição dessa variável para os três jornais, já dando alguns indícios que refutam parcialmente uma das hipóteses iniciais da pesquisa. Estes dados mostram que há predominância de dois momentos na cobertura. O primeiro – Agenda e Elaboração – é considerado o mais importante para o debate, pois se refere à etapa anterior a formulação das políticas, ou seja, é positivo que esse estágio da discussão ganhe espaço na mídia e chegue à sociedade para ser tema de discussão pública. Segundo a tabela 18, ele aparece em todos os jornais com os maiores percentuais de entrada. Ressalta-se que essa é a primeira vez que os três jornais apresentam uma tendência igual na cobertura, pois todos tratam da “Agenda e Elaboração”, seguida da etapa de “Execução”. No máximo percebe-se que a Gazeta do Povo acompanha mais as políticas na sua cobertura, enquanto o Diário dos Campos avalia as ações ambientais.

¹⁹Embora tenhamos encontrado diferenças na cobertura dos temas ao longo do tempo na análise feita no tópico 1, aqui se trata do conjunto total de dados.

TABELA 19 – Momentos em que as políticas ganham visibilidade nos jornais

	Diário dos Campos		Gazeta do Povo		Folha de SP	
	N	%	N	%	N	%
Agenda e Elaboração	132	41,1	104	28,3	159	35,7
Formulação	44	13,7	65	17,7	71	15,9
Implementação	9	2,8	24	6,5	16	3,6
Execução	105	32,7	98	26,7	130	29,1
Acompanhamento	6	1,9	34	9,3	49	11,0
Avaliação	25	7,8	21	5,7	13	2,9
Indefinida	0	0	21	5,7	8	1,8
Total	321	100,0	367	100,0	446	100,0

FONTE – AUTORA (2011)

E o que explica a presença de “Agenda e Elaboração” como sendo a mais citada em quantidade de entrada de textos é o fato de que se trata de uma etapa polêmica e que geralmente envolve a posição da elite política sobre o assunto, tornando-se tema relevante a partir dos valores-notícia, como por exemplo, “Ambientalistas criticam falta de ação do G-8” (Folha de S. Paulo, 29/06/2002 – Anexo N), que mostra a discussão sobre a ausência de políticas ambientais. O texto propõe ações que podem, posteriormente, fazer parte do leque de ações dos países.

Já a hipótese para a presença de “Execução” como sendo a segunda etapa que mais aparece em termos quantitativos, é que se trata de ações que estão sendo executadas, de caráter essencialmente técnico, mas que demonstram as atividades do governo. São textos possivelmente agendados pela própria esfera política por meio de *releases* e contatos com a imprensa. É o caso das notícias que falam sobre a aplicação de multas (“IAP multa Curitiba em 15 milhões”, Gazeta do Povo, 14/05/2003) e ações desenvolvidas naquele momento, como por exemplo, “Araucária monitora a qualidade do ar” (Gazeta do Povo, 6/6/2000), que apresenta a ação da prefeitura e dos órgãos ambientais para melhorar a cidade. Também aparecem representando esse momento do ciclo, textos sobre apreensão de animais silvestres, obras de revitalização de rios e aterros, entre outros. No entanto, apesar destas notícias terem caráter informativo, elas não contribuem com o debate público, pois não acrescentam informações para além dos fatos/acontecimentos.

Destaca-se que essa etapa apareceu mais no jornal de abrangência local, pois possivelmente os temas políticos entram com mais facilidade na agenda da mídia. Ao mesmo tempo em que o Diário dos Campos apresentou uma cobertura voltada para a etapa de agendamento das políticas (41,1%), também teve o maior percentual em execução (32,7%). O veículo fez uma produção bastante

centralizada, sendo que “Acompanhamento” e “Avaliação” apareceram em apenas 9,7% das notícias. O jornal cumpre seu papel no principal momento em que a sociedade precisa de informação, embora também abra grande espaço para agendar as atividades da elite política.

E se observadas as demais etapas além das duas mais citadas, percebe-se que elas aparecem com maiores percentuais na Gazeta, já que a concentração nas duas etapas principais citadas é menor do que nos dois outros jornais. Uma hipótese para explicar essa tendência de aparecer, por exemplo, a etapa de “Acompanhamento” e “Avaliação”, é que os textos sobre políticas ambientais partem de dados, ou seja, resultados de determinadas ações já executadas. As notícias “Usina já reciclou mais de um milhão de pneus” (Gazeta do Povo, 2/2/2002) e “Brasil destina 8 mil t de embalagens vazias em 2009” (Gazeta do Povo, 19/05/2009) são exemplos que apresentam resultados de ações e assim desenvolvem o debate sobre políticas públicas.

Os resultados encontrados refutam parcialmente uma das hipóteses iniciais do trabalho, em que se acreditava que os jornais dessem apenas atenção para a etapa de divulgação das ações do governo, basicamente concentrada no momento de “Execução”, que demonstra a ação propriamente dita do Estado. A análise mostra que, embora essa etapa seja a segunda que mais apareça nos três jornais, o momento em que os veículos mais produzem notícias é durante o “agendamento e elaboração”, ou seja, quando a difusão de informação possui papel mais importante no debate público. Portanto, mesmo que a etapa de execução esteja com frequência nos jornais, não é a principal na cobertura em nenhum dos três.

Para completar essas informações, a próxima tabela apresenta a relação entre as etapas das políticas e o índice de visibilidade, com o objetivo de verificar se alguma das etapas tende a ter mais visibilidade do que as demais. O teste apresenta dados significativos para a Folha de S. Paulo. Já na Gazeta do Povo e no Diário dos Campos o resultado foi acima de 0,050, não sendo possível rejeitar a hipótese nula.

TABELA 20 – Relação entre etapas e visibilidade dos textos no DC

	Agenda	Formulação/ Implementação	Execução	Acomp/ Avaliação	Total
Muito	28,0% (37)	22,6% (12)	29,5% (31)	9,7% (3)	25,9% (83)
Baixa	0,5	-0,5	0,7	-1,8	
Baixa	11,4% (15)	22,6% (12)	3,8% (4)	9,7% (3)	10,6% (34)
	0,3	2,7	-2,1	-0,2	
Média	31,1% (41)	26,4% (14)	33,3% (35)	35,5% (11)	31,5% (101)
	0,0	-0,7	0,3	0,4	
Alta	22,7% (30)	17,0% (9)	22,9% (24)	29,0% (9)	22,4% (72)
	0,1	-0,8	0,1	0,8	
Muito	6,8% (9)	11,3% (6)	10,5% (11)	16,1% (5)	9,7% (31)
Alta	-1,0	0,4	0,3	1,2	
Total	100,0% (132)	100,0% (53)	100,0% (105)	100,0% (31)	100,0% (321)
	P= 20,767	Sig. 0,054			

FONTE – AUTORA (2011)

No Diário dos Campos, os resíduos mostram relações de força entre determinadas categorias: “Formulação” tende a ser tema de baixa visibilidade, enquanto com “Execução” ocorre o contrário. “Agenda e acompanhamento” têm uma distribuição mais equilibrada e próxima do total. Já a última fase do ciclo político apresenta indícios de resíduos negativos para as baixas visibilidades e positivo com aumento até a “alta”, o que quer dizer que, embora não seja possível assegurar essa relação para ultrapassar a amostra, temos mais textos com visibilidade alta tratando dessa etapa. Mesmo que ela apareça poucas vezes o destaque tende a ser maior, sendo que isso também será observado nos demais jornais.

TABELA 21 – Relação entre etapas e visibilidade dos textos na GP

Índice	Agenda	Formulação/ Implementação	Execução	Acompanha -mento e Avaliação	Total
Muito	25,0% (26)	33,7% (30)	42,9% (42)	27,3% (15)	32,7% (113)
Baixa	-1,4	0,2	1,8	-0,7	
Baixa	13,5% (14)	7,9% (7)	7,1% (7)	9,1% (5)	9,5% (33)
	1,3	-0,5	-0,8	-0,1	
Média	33,7% (35)	32,6% (29)	30,6% (30)	27,3% (15)	31,5% (109)
	0,4	0,2	-0,2	-0,6	
Alta	11,5% (12)	9,0% (8)	15,3% (15)	18,2% (10)	13,0% (45)
	-0,4	-1,1	0,6	1,1	
Muito	16,3% (17)	16,9% (15)	4,1% (4)	18,2% (10)	13,3% (46)
Alta	0,9	0,9	-2,5	1,0	
Total	100,0% (104)	100,0% (89)	100,0% (98)	100,0% (55)	100,0% (346)
	P= 20,200	Sig. 0,063			

FONTE – AUTORA (2011)

Na Gazeta do Povo, embora o resultado do teste não seja significativo e não haja relações entre as duas variáveis, percebe-se por meio dos resíduos que não há tendência da etapa de execução aparecer em formatos de “muito alta visibilidade”. Ou seja, embora execução esteja muito presente na cobertura, seu destaque tende a ser baixo. Além disso, identificou-se que há resíduos positivos nas visibilidades maiores e negativos nas menores para as etapas de “Acompanhamento e Avaliação” (mesmo não sendo acima de 1,96).

TABELA 22 – Relação entre etapas e visibilidade dos textos na FSP

Índice	Agenda	Formulação/ Implementação	Execução	Acompanha- mento e Avaliação	Total
Muito Baixa	39,6% (63)	34,5% (30)	60,8% (79)	25,8% (16)	42,9% (188)
	-0,6	-1,2	3,1	-2,1	
Baixa	15,7% (25)	11,5% (10)	3,1% (4)	8,1% (5)	10,0% (44)
	2,3	0,4	-2,5	-0,5	
Média	22,0% (35)	34,5% (30)	16,9% (22)	27,4% (17)	23,7% (104)
	-0,4	2,1	-1,6	0,6	
Alta	13,8% (22)	11,5% (10)	13,8% (18)	30,6% (19)	15,8% (69)
	-0,6	-1,0	-0,5	3,0	
Muito Alta	8,8% (14)	8,0% (7)	5,4% (7)	8,1% (5)	7,5% (33)
	0,6	0,2	-0,9	0,2	
Total	100,0% (159)	100,0% (87)	100,0% (130)	100,0% (62)	100,0% (438)
P=	46,454	Sig.0,000			

FONTE – AUTORA (2011)

Na Folha de S. Paulo as informações da tabela indicam um índice de significância dentro do limite crítico, mostrando que a etapa de “Agendamento” tende a aparecer em textos de baixa visibilidade enquanto “Formulação” tem mais destaque em notícias de média visibilidade. Essa informação é importante, pois apesar de “Agenda” ser o estágio que mais aparece em todos os jornais, ele tende a estar mais próximo da distribuição esperada, estando tanto em baixa quanto em alta visibilidade. Há relação significativa positiva entre “Execução” e visibilidade “muito baixa”, mostrando novamente que essa etapa, que acrescenta poucas informações para a discussão pública, tem pouco destaque.

Já o contrário ocorre com a etapa de “Acompanhamento e Avaliação” que tem resíduo positivo para a categoria “alta” e negativo para a “muito baixa”. Ou seja, há poucas chances do tema estar presente em textos pequenos, sem elementos gráficos e na parte inferior da página. Mesmo que esse estágio apareça pouco de acordo com o número de entradas, possui mais visibilidade se comparado com os

demais. Dessa forma, embora “Execução” apareça muitas vezes, em função dos fatos cotidianos e das estratégias de assessoria da esfera política, as notícias não ganham visibilidade da mesma forma que as outras, principalmente, se comparado com a etapa de “Acompanhamento e Avaliação” que é considerada por determinados autores (SARAVIA, 2006), como a fase importante para repensar novas políticas.

De maneira geral esses dados mostraram que “Execução”, que apareceu bastante em termos quantitativos, tem pouco destaque e tende a estar em textos de visibilidade “muito baixa” nos jornais maiores. Agenda, que é a fase que mais consta na cobertura, tem uma distribuição mais próxima do total com poucos resíduos significativos tendendo a estar tanto em notícias de alta visibilidade quanto em baixa. Já a etapa de “Acompanhamento e Avaliação” mostra relações de proximidade com “alta visibilidade”, o que significa que mesmo com menos entradas tem mais visibilidade do que os demais momentos do ciclo político. Esses “achados” são positivos para o debate já que a apresentação de resultados das políticas é essencial na discussão pública em termos de informar os leitores sobre a efetividade ou não das ações governamentais.

Para além da visibilidade, percebe-se que há relações de proximidade entre algumas etapas e o enquadramento dos textos. Como já foi discutido, predomina o episódico em todos os jornais, mas na Gazeta do Povo o percentual é menor, aumentando, conseqüentemente, a presença de textos temáticos.

No Diário dos Campos, os resíduos informam que não há tendência da etapa “Execução” aparecer em textos temáticos, ou seja, por se tratar apenas da informação sobre os fatos – políticas que estão sendo executadas – as notícias não apresentam discussão mais ampla. O contrário ocorre com a última etapa do ciclo político, em que há resíduo positivo para a relação com temático e negativo com episódico.

Para a Folha de S. Paulo encontra-se resíduo significativo apenas apontando relação negativa entre a etapa de execução e enquadramento temático, seguindo os resultados mostrados no jornal local. Aqui, mesmo que não haja resíduos acima do limite crítico (+-1,96), a lógica entre o enquadramento e a etapa de “Acompanhamento e Avaliação” é a mesma, a qual vai se repetir na Gazeta do Povo, mostrando que essa é uma característica geral da produção jornalística sobre políticas públicas.

TABELA 23 – Relação entre etapa da política pública e enquadramento

Jornal		Etapas agregadas				Total
		Agenda	Formulação	Execução	Acompanham ento/avaliação	
D C	Episódico	63,6% (56)	70,3% (26)	84,7% (61)	18,2% (4)	67,1% (147)
		-0,4	0,2	1,8	-2,8	
	Temático	32 (36,4%)	29,7% (11)	15,3% (11)	81,8% (18)	32,9% (72)
		0,6	-0,3	-2,6	4,0	
	Total	100,0% (88)	100,0% (37)	100,0% (72)	100,0% (22)	100,0% (219)
P= 34,635 sig. 0,000						
G P	Episódico	46,6% (34)	70,4% (50)	75,0% (66)	37,1% (13)	61,0% (163)
		-1,6	1,0	1,7	-1,8	
	Temático	53,4% (39)	29,6% (21)	25,0% (22)	62,9% (22)	39,0% (104)
		2,0	-1,3	-2,1	2,3	
	Total	100,0% (73)	100,0% (71)	100,0%88	100,0%35	100,0%267
P= 24,669 sig. 0,000						
F S P	Episódico	65,3% (79)	78,1% (50)	83,1% (98)	60,0% (27)	73,0% (254)
		-1,0	0,5	1,3	-1,0	
	Temático	34,7% (42)	21,9% (14)	16,9% (20)	40,0% (18)	27,0% (94)
		1,6	-0,8	-2,1	1,7	
	Total	100,0% (121)	100,0% (64)	100,0% (118)	100,0% (45)	100,0% (348)
P= 16,334 sig. 0,012						

FONTE – AUTORA (2011)

No jornal regional, como pode ser percebido, há relação positiva entre “Agendamento” e o enquadramento temático, assim como positivo entre “Acompanhamento e Avaliação” e essa mesma categoria, seguindo os demais jornais. Portanto percebe-se uma padronização nos jornais quando analisadas essas características. Conclui-se ainda que textos sobre “Acompanhamento e Avaliação”, além de terem mais visibilidade na cobertura, também apresentam-se mais aprofundados do que os demais.

Para finalizar a análise sobre temas e etapas do ciclo político, relaciona-se essas duas características. O objetivo é identificar se determinados assuntos tendem a aparecer apenas em certos momentos. Nota-se, nas próximas três tabelas, que os testes para cada jornal são significativos. O primeiro periódico analisado – Diário dos Campos – apresenta relação de proximidade entre “Agenda” e “Políticas contra Devastação”, “Formulação” e “Sustentabilidade”, “Execução” e “Legislação”. “Acompanhamento e avaliação” apresenta distribuição próxima do normal para todos os temas.

TABELA 24 – Temas das políticas e os momentos da cobertura no DC

	Etapa variável agregada				Total
	Agenda	Formulação/ Implementação	Execução	Acompanha mento e avaliação	
Susten- tabilidade	16,4% (18)	30,4% (14)	5,7% (5)	7,7% (2)	14,4% (39)
	0,5	2,9	-2,2	-0,9	
Preser- vação	35,5% (39)	45,7% (21)	55,7% (49)	61,5% (16)	46,3% (125)
	-1,7	0,0	1,3	1,1	
Legislação	17,3% (19)	13,0% (6)	29,5% (26)	11,5% (3)	20,0% (54)
	-0,6	-1,1	2,0	-1,0	
P. Devas- tacão	30,9% (34)	10,9% (5)	9,1% (8)	19,2% (5)	19,3% (52)
	2,8	-1,3	-2,2	0,0	
Total	100,0% (110)	100,0% (46)	100,0% (88)	100,0% (26)	100,0% (270)
P= 40,317 sig. 0,000					

FONTE – AUTORA (2011)

O que explica essas relações são os tipos de texto e os assuntos que se destacaram na cobertura durante o período. “Agenda” aparece com resíduo de 2,8 positivo para “Políticas contra Devastação”, pois como já foi apontado anteriormente, em 2004 e 2005 houve grandes discussões sobre a implantação de parques na região dos Campos Gerais. Já “Formulação/Implementação” têm relação positiva com “Sustentabilidade”, pois as ações que receberam cobertura nesse estágio eram basicamente de projetos para reciclagem, recolhimento e separação do lixo. Essas ações estavam sendo elaboradas pelo governo quando os jornais pautaram o assunto. “Execução” aparece relacionada com “Legislação”, já que os textos, na sua maioria, faziam referência à ações resultantes de projetos previamente aprovados, como a possibilidade de multas e apreensões.

TABELA 24 – Temas das políticas e os momentos da cobertura na GP

	Etapa variável agregada				Total
	Agenda	Formulação/ Implementação	Execução	Acompanha mento e avaliação	
Susten- tabilidade	42,0% (42)	37,9% (33)	29,2% (26)	50,0% (23)	38,5% (124)
	0,6	0,0	-1,4	1,3	
Preser- vação	15,0% (15)	26,4% (23)	41,6% (37)	13,0% (6)	25,2% (81)
	-2,0	0,2	3,1	-1,6	
Legislação	35,0% (35)	27,6% (24)	3,4% (3)	6,5% (3)	20,2% (65)
	3,3	1,5	-3,5	-2,1	
P. Devas- tacão	8,0% (8)	8,0% (7)	25,8% (23)	30,4% (14)	16,1% (52)
	-2,0	-1,9	2,3	2,4	
Total	100% (100)	100% (87)	100% (89)	100% (49)	100% (322)
P= 68,868 sig. 0,000					

FONTE – AUTORA (2011)

Na Gazeta do Povo, percebe-se relação positiva entre “Agenda” e “Legislação”, pois os temas que estiveram em discussão dizem respeito, por exemplo, às mudanças do Código Florestal, nova lei dos transgênicos, entre outros, como mostra o texto “Produtores querem lei ambiental mais branda” (Gazeta do Povo), em que a notícia apresenta um debate prévio sobre decisões a serem tomadas. Mas também se identifica resíduos negativos para “Preservação” e “Políticas contra devastação” que não tendem a aparecer nesse estágio.

Para a proximidade entre “Execução” e “Preservação” a explicação é a mesma que será dada para a Folha de S. Paulo. Os temas são ações cotidianas que são colocadas em prática pelos governos, como multas, apreensões, estudos, limpeza de rios, etc. Mas também se identifica relação positiva entre essa etapa e “Políticas contra Devastação”, pois projetos contra desmatamento, por exemplo, faziam parte da cobertura quando estavam sendo colocados em prática.

Já “Acompanhamento e Avaliação” têm relação positiva com as “Políticas contra Devastação”, pois as matérias que representam essa proximidade dizem respeito à resultados de políticas aplicadas na Amazônia. Percebe-se que o comportamento dos jornais é diferente, sendo que o mesmo ocorre quando observada a distribuição do veículo nacional.

TABELA 25 – Temas das políticas e os momentos da cobertura na FSP

	Etapa variável agregada				Total
	Agenda	Formulação/ Implementação	Execução	Acompanha mento e avaliação	
Susten- tabilidade	57,4% (89)	37,3% (31)	9,7% (12)	18,0% (11)	33,8% (143)
	5,1	0,6	-4,6	-2,1	
Preser- vação	20,6% (32)	20,5% (17)	73,4% (91)	44,3% (27)	39,5% (167)
	-3,7	-2,8	6,0	0,6	
Legislação	14,2% (22)	20,5% (17)	4,0% (5)	3,3% (2)	10,9% (46)
	1,3	2,7	-2,3	-1,8	
P. Devas- tacão	7,7% (12)	21,7% (18)	12,9% (16)	34,4% (21)	15,8% (67)
	-2,5	1,3	-0,8	3,6	
Total	100,0% (155)	100,0% (83)	100,0% (124)	100,0% (61)	100,0% (423)

P= 149,074 sig. 0,000

FONTE – AUTORA (2011)

Já no caso da Folha de S. Paulo, em que a relação também é significativa, observa-se que “Agendamento” possui resíduo positivo de 5,1 para

“Sustentabilidade” em razão da presença de eventos, como Rio +10, Protocolo de Kyoto e outras reuniões que estão discutindo políticas para ainda serem implantadas. Já “Formulação” aparece próximo de “Legislação”, pois os textos tratam basicamente da criação de leis e aprovação de projetos. “Execução” tem o maior resíduo (6) para a relação com o tema “Preservação”, pois se refere às notícias que apenas apresentam a execução de políticas de preservação: multas, apreensões, limpeza de rios, medição da qualidade da água, etc (assim como ocorre na Gazeta do Povo). “Acompanhamento e Avaliação” têm resíduo positivo para “Políticas Contra Devastação”, pois os assuntos que mais aparecem nessa etapa dizem respeito aos dados sobre a eficiência ou não das políticas contra desmatamento aplicadas na Amazônia, como por exemplo, “Desmatamento na Amazônia cresce após três anos de queda” (Folha de S. Paulo, 30/08/2008).

Observa-se também a procedência dos textos. Essa variável pode indicar se as notícias sobre política ambiental são produzidas pelos jornalistas do próprio veículo ou vem de agências. Essa também é uma fonte de informação para identificar se há agendamento entre os jornais.

Tabela 27 – Procedência dos textos nos três jornais

	Diário dos Campos		Gazeta do Povo		Folha de SP	
	N	%	N	%	N	%
Redação	104	32,4	141	37,8	168	37,7
Editorial	4	1,2	13	3,5	14	3,1
Leitor/autor de artigo	19	5,9	30	8,2	23	5,2
Agência	20	6,2	29	7,9	64	14,3
Colaborador	1	,3	2	,5	21	4,7
Correspondente	-	-	-	-	12	2,7
Sucursal	1	,3	9	2,5	76	17,0
Editor	1	,3			14	3,1
Sem identificação	168	52,3	138	37,6	69	15,5
Colunista	4	1,2	7	1,9	6	1,3
Total	321	100,0	367	100,0	446	100,0

FONTE – AUTORA (2011)

Embora tenham sido constatadas diferenças significativas quanto aos temas que aparecem em cada veículo, essa nova variável pode mostrar que, se há mais textos de autoria dos próprios jornalistas, possivelmente não há agendamento dos veículos maiores sobre os menores. A existência desse processo é uma hipótese que surge de McCombs (2009) ao dizer que o inter-agendamento entre diferentes veículos é uma fase da construção de suas agendas diárias. Como foram usadas as

mesmas datas para as três amostras, caso houvesse agendamento, o percentual de temas abordados seria mais próximos e possivelmente as notícias teriam como fonte as agências de notícias, que distribuem os mesmos conteúdos.

Destaca-se que a maior parte das notícias são escritas pelos próprios jornalistas, embora em determinados casos não há identificação do autor (isso ocorre em chamadas de capas e em algumas notas). Excluindo-se os casos não identificados, observa-se um percentual próximo de textos escritos na redação, acima de 30% nos três periódicos. Nota-se que a Folha de S. Paulo tem 17% dos textos vindos das sucursais, o que indica maior possibilidade de atender os públicos de diversos locais do país, o que não aparece com grande destaque nos veículos menores. E os textos de agência não se destacam na cobertura, sendo 6,2% no jornal local, 7,9% no regional e um pouco mais, chegando a 14,4% na Folha de S. Paulo. No entanto, na Folha o uso de Agências pode estar relacionado com o percentual de textos de abrangência internacional, que tratava de Sustentabilidade (eventos como Rio +10, Protocolo de Kyoto, Conferências da ONU, etc.) ou sobre textos de regiões onde não havia sucursal, como no exemplo “OMC quer priorizar ambiente, diz Lamy”, que é de alcance internacional.

Pode-se dizer que esse processo de agendamento intermédias não ocorre de forma direta, a ponto de ser percebido e analisado a partir dos dados oferecidos por essa pesquisa. E mesmo que alguns temas específicos se repetem – como a MP da Amazônia, dados sobre desmatamento, aplicação de multas, apreensões, eventos e a própria discussão sobre o Código Florestal – os textos não tendem a estar nas mesmas edições, o que indica que se há coincidência de temas, não é resultado do mesmo acontecimento. Ou seja, embora apareçam textos sobre multa nos três jornais, indicando uma coincidência da temática “Preservação”, são sobre fatos diferentes, até porque esse é um assunto estritamente localizado, como já foi discutido.

De maneira geral esse tópico da análise apresentou alguns resultados significativos, inclusive testando as hipóteses iniciais. Salienta-se que, ao contrário da hipótese apresentada, os jornais que dão mais visibilidade para as políticas ambientais são a Gazeta do Povo e o Diário dos Campos. Além disso, o jornal regional se destaca por apresentar um número maior de notícias temáticas ao contrário dos demais veículos. Quanto aos formatos, as diferenças mais significativas são a presença de entradas de primeira página no Diário dos Campos

e de texto de leitores na Gazeta do Povo, pois o restante apresenta-se muito próximo nos três veículos. Sobre a abrangência, o que mais chama a atenção é o Diário dos Campos, que, além de ter circulação local, possui quase 64% do seu conteúdo adaptado para os principais leitores. Sobre as temáticas observa-se a concentração em algumas delas, como prevíamos na hipótese. No quesito “etapas do ciclo político”, foi a primeira vez em que os três jornais apresentam um padrão na produção, centralizando-a em “Agenda” e “Execução”.

As análises que relacionam duas variáveis mostraram que os temas estão concentrados em diferentes visibilidades, enquadramentos e abrangências, demonstrando mudanças no tratamento oferecido pelos três veículos. “Políticas contra Devastação”, por exemplo, são de enquadramento temático e tem mais visibilidade. Percebeu-se, também, que temas de destaque no jornal local, por exemplo, como preservação, tem pouco espaço no jornal nacional, embora tenha muitas entradas. Isso mostra a diferença na cobertura das políticas em cada jornal, sendo que isso está relacionado com as características da produção, da relação com o público e com a circulação do jornal. Para complementar esses “achados”, apresenta-se uma análise mais detalhada da primeira página, já que foram encontradas diferenças significativas entre os veículos.

4.2.3 Presença e visibilidade das políticas ambientais na primeira página dos jornais

Esta parte da análise tem por objetivo observar as proximidades e divergências entre os jornais no que diz respeito a presença do tema na primeira página já que observou-se grande diferença na quantidade de entradas entre os três (conforme tabela 10). Como alguns autores afirmam (ALSINA, 2009), a capa é o espaço de maior visibilidade, sendo que os temas que aparecem neste espaço tendem a ser mais lidos do que aqueles que estão somente nas internas. Sendo assim, analisa-se a presença das políticas ambientais na primeira página a partir do tipo de formato, da quantidade e do espaço ocupado, além da distribuição de temas e etapas do ciclo político, pois a construção da capa é um processo de hierarquização, além de escolha de temas.

Os primeiros dados mostram que a quantidade e o espaço ocupado pelo tema na primeira página possuem diferenças significativas entre o jornal local e os outros dois, de maior circulação. Enquanto o Diário dos Campos possui 83 entradas e uma

média de tamanho de 171 cm², a Folha e a Gazeta têm 42 e 43 entradas, nesta ordem, e o tamanho médio é de 81 cm² e 82 cm². A partir dessas informações iniciais pode-se inferir que a visibilidade que o tema possui no jornal de circulação local é maior do que aquela obtida nos dois outros jornais.

Para explicar essas distinções retoma-se a discussão inicial de que jornais maiores têm um leque de temas mais abrangentes para incluir na agenda. Dessa forma, outros assuntos ganham destaque na primeira página, em detrimento das políticas ambientais, que tendem a aparecer em textos menores e nas páginas internas, como ocorre na Folha de S. Paulo.

TABELA 28 – Quantidade e tamanho médio das entradas de capa

	Jornal					
	Diário dos Campos		Gazeta do Povo		Folha de SP	
Média/edição cm ²	-	171,3	-	81,6	-	82,2
Mediana/edição cm ²	-	142,5	-	46,1	-	35,0
Soma	83	14.225,2	43	3.427,5	42	3.537,2

FONTE – AUTORA (2011)

No caso da Gazeta, o tema tende a aparecer ocupando tamanhos grandes nas páginas internas, no entanto quase não aparece na primeira página. Isso ocorre porque embora o assunto tenha apelo pelo fato do jornal ser produzido na “capital ecológica”, ele tem circulação mais ampla do que Curitiba, havendo necessidade de chamar a atenção dos leitores com outros fatos mais gerais na primeira página. Além disso, dados analisados pelo Grupo de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública da UFPR mostram que as chamadas de capa do jornal Gazeta do Povo são majoritariamente de abrangência nacional (CERVI, FAMA, CAMARGO, 2008), diferente do caráter dos textos sobre política ambiental, que é mais local. Assim, mesmo aparecendo nas páginas internas, não ganha tanto destaque.

Essa explicação pode estar em conjunto com uma segunda, em que se argumenta que as políticas ambientais – e o meio ambiente de maneira geral – são assuntos que tem mais impacto quando relacionado a fatos cotidianos dos leitores. Dessa forma, o veículo que se aproxima mais desta opção é o jornal local, que tem um contato mais próximo com o público e pode, assim, abrir mais espaço na primeira página para tratar do tema. Ele também possui um leque menor de temas que disputam a primeira página e, pelas características da região dos Campos

Gerais – desenvolvimento agrícola, problemas ambientais e embates para a criação de parques de proteção ambiental –, o assunto tende a chamar atenção.

A próxima tabela apresenta a categorização dos possíveis tipos de entradas, sendo que a que possui mais visibilidade é manchete com foto, que é a matéria “chave” da edição e conta com elementos gráficos; e a que possui menos visibilidade é a chamada título, pois é composta apenas por um texto curto.

TABELA 29 – Percentual de entradas de primeira página nos três jornais

Formatos	Diário dos Campos		Gazeta do Povo		Folha de S. Paulo	
	N	%	N	%	N	%
Manchete com foto	9	10,8	2	4,7	2	4,8
Manchete sem foto	11	13,3	2	4,7	2	4,8
Chamada com foto	22	26,5	2	4,7	3	7,1
Chamada sem foto	28	33,7	12	27,9	25	59,5
Foto-legenda	3	3,6	6	14,0	1	2,4
Chamada título	10	12,0	19	44,2	9	21,4
Total	83	100,0	43	100,0	42	100,0

FONTE – AUTORA (2011)

Nota-se que os formatos mais visíveis – manchete com e sem foto – possuem poucas entradas para todos os jornais, mas têm destaque maior no Diário dos Campos. No jornal local elas são mais recorrentes (10,8%), embora se perceba que são apenas alguns temas que se destacam neste espaço: o aterro sanitário, que apareceu em 2009; a criação de parques na região dos Campos Gerais e por fim, muitas recebidas por empresas privadas locais por desprezar o meio ambiente. Como exemplo, cita-se as chamadas “Ministra aceita reavaliar projeto que cria parques” (Diário dos Campos, 16/03/2006) e “Nova ação tenta barrar obra do aterro” (Diário dos Campos, 8/08/2009). São assuntos próximos do cotidiano dos leitores do jornal, por isso os temas têm potencial para ganhar espaço como manchete.

Os formatos que mais apareceram e concentraram grande parte das chamadas foram “Chamada sem foto”, na Folha e no Diário dos Campos, com 59,5% e 33,7%, respectivamente e “chamada título” na Gazeta do Povo, com 44,2% do total. Nota-se que no jornal local a distribuição está mais próxima da esperada entre todas as categorias. No caso dos outros periódicos, os percentuais se dividem entre dois apenas, sendo que são os menos visíveis, pois não possuem acompanhamento de fotos e ocupam pouco espaço. Novamente destaca-se a inversão do destaque do tema na Gazeta do Povo, que embora tenha as maiores

médias e medianas para as notícias internas, na capa tem quase 45% das chamadas na categoria que é menos visível. Os formatos mais importantes da capa se concentram mais na produção feita pelo jornal local enquanto que, nos outros dois, o destaque é para os altos percentuais de chamada título e chamada sem foto.

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos assuntos na primeira página para os três jornais. O objetivo é verificar se algum deles tende a aparecer mais que outros, principalmente relacionando com os dados sobre a presença geral dos temas nas páginas internas.

TABELA 30 – Distribuição dos temas na primeira página

Temas	Diário dos Campos		Gazeta do Povo		Folha de SP	
	N	%	N	%	N	%
Educação Ambiental	5	6,0	1	2,3	0	0
Sustentabilidade	9	10,8	17	39,5	14	33,3
Preservação de Áreas Ambientais	38	45,8	9	20,9	10	23,8
Legislação	15	18,1	9	20,9	6	14,3
Outro	4	4,8	2	4,7	3	7,1
Políticas/devastação	12	14,5	5	11,6	9	21,4
Total	83	100,0	43	100,0	42	100,0

FONTES – AUTORA (2011)

No Diário dos Campos, onde a incidência de chamadas foi maior, os temas que mais se destacaram foram “Preservação” (45,8%) e “Legislação” (18,1%). Neste caso específico, da capa, notou-se que este último assunto está relacionado mais às decisões locais a serem tomadas pelo município do que àquelas de âmbito federal, como mostra o exemplo “Lixo leva PG a decretar situação de emergência” (Diário dos Campos, 1/12/2009), que trata da necessidade de definições sobre aterro sanitário no município.

O tema “Preservação”, que é, também, o que mais aparece no jornal como um todo, pode ser explicado pelas características das regiões dos Campos Gerais, a qual necessita de ações para preservar rios e matas que são alvo do desenvolvimento agrícola e industrial da região. Sendo assim, se destacam nas primeiras páginas chamadas sobre projetos de recuperação de rios, limpeza da cidade e também outras questões sobre o aterro sanitário. Os demais temas possuem percentuais menores, o que significa que a produção de primeira página neste jornal tende a estar concentrada nessas duas questões principais.

A Folha de S. Paulo, diferente do jornal local, tem uma produção de capa mais descentralizada, tendo sustentabilidade com 33,3%, Preservação com 23,8% e Políticas contra devastação com 21,4%. A partir da análise dos assuntos específicos observa-se que alguns predominam, como por exemplo, Protocolo de Kyoto e questões voltadas ao clima, como aparece na chamada “Cúpula do G8 acaba sem meta para gases-estufa” (Folha de S. Paulo, 8/6/2007). Neste veículo as entradas dizem respeito a assuntos nacionais e internacionais. Também aparecem algumas sobre desmatamento e manejo de florestas, representando as políticas contra devastação, assim como criação de áreas preservadas.

Já no caso do jornal regional, as políticas que mais apareceram foram de “Sustentabilidade” (39,5%), “Preservação” (20,9%) e “Legislação” (20,9%). Sobre sustentabilidade, as ações que mais apareceram foram relacionadas a reciclagem, o que possivelmente pode ser explicado pela característica da cidade de Curitiba. Mesmo que não haja grande destaque na primeira página, este assunto apareceu em notícias como “Usina já reciclou mais de um milhão de pneus” (Gazeta do Povo, 2/2/2002), a qual estava no formato de chamada título com 10 cm².

Para “Legislação”, as chamadas dizem respeito a temas nacionais como o Código Florestal e a MP da Amazônia, que embora não se refira ao Paraná, têm sido foco da cobertura na Gazeta, inclusive devido à característica do jornal de ter uma produção muito parecida àquela feita por jornais de maior circulação. As políticas de “Preservação” são bastante variadas, não havendo centralidade como ocorre nas demais, pois há chamada sobre monitoramento da qualidade da água, assim como preservação da Mata Atlântica e outros fatos.

Para finalizar a discussão sobre produção de primeira página, apresenta-se a distribuição das etapas do ciclo político. Nota-se que, da mesma forma que nas páginas internas, há tendência de concentração dos textos em determinados momentos do processo político. O Diário dos Campos apresenta o mesmo percentual (37,3%) tanto para “Agenda” quanto para “Execução”. Embora uma etapa seja muito técnica, a outra tende a atender a demanda da sociedade por informações mais amplas de propostas que ainda estão em debate. Esse primeiro estágio aparece mais nos anos de 2005 e 2009, momentos em que os dois assuntos mais recorrentes foram a proposta de criação de parques e os problemas gerados pela construção de aterro em possível área de preservação no município.

“Execução” enquadra, na maioria das vezes, as notícias que relatam ações do IBAMA, IAP, Secretária do Meio Ambiente, Polícia Ambiental e outros órgãos responsáveis em aplicar multas, correções, etc. O texto “Polícia apreende mais de 80 aves silvestres” (Diário dos Campos, 10/05/2005) faz referência à execução de ações que estão baseadas na legislação. Dessa forma, notícias que possuem este perfil são consideradas como aquelas que apresentam as ações dos órgãos ambientais, embora não citem discussões para além do acontecimento.

TABELA 31 – Momentos da política pública na Primeira Página

Etapas do Ciclo Político	Diário dos Campos		Gazeta do Povo		Folha de S. Paulo	
	N	%	N	%	N	%
Agenda	31	37,3	11	25,6	12	28,6
Formulação/Implementação	12	14,5	9	20,9	11	26,2
Execução	31	37,3	8	18,6	7	16,7
Acompanhamento e avaliação	9	10,8	9	20,9	10	23,8
Indefinida	0	0	6	14,0	2	4,8
Total	83	100,0	43	100,0	42	100,0

FONTE – AUTORA (2011)

A Gazeta do Povo é o veículo que possui uma distribuição mais próxima do esperado, principalmente por abarcar 20,9% das chamadas de capa na categoria “Avaliação”. A partir da literatura, o que se discute é que a participação pública e o conhecimento são mais importantes em dois momentos: “Agendamento” e “Avaliação”. Textos que tratam desse último estágio são aqueles que abordam resultados da aplicação de políticas que já foram discutidas, formuladas e executadas. O conhecimento sobre esse processo possibilita a avaliação destas ações por parte da sociedade.

Na etapa de “Agenda” – que foi a que mais apareceu na primeira página com 25,6% - as chamadas dizem respeito a possíveis ações de proteção ou assuntos que na época estavam em discussão, como a lei de biotecnologia ou o Código Florestal, por exemplo. No caso do momento chamado de “Formulação” os assuntos que se destacaram foram os mesmos do jornal nacional: questões internacionais. Isso está relacionado com a proposta do jornal que, como já foi discutido, tem uma tendência de abordar assuntos mais abrangentes.

Já nas capas da Folha de S. Paulo aparecem mais as etapas de “Agenda” e “Formulação” de políticas com 28,6% e 26,2% das entradas, respectivamente. As notícias que foram caracterizadas como responsáveis pelo agendamento das

políticas são variadas, mas percebe-se na análise dos temas específicos que algumas ações são internacionais, como Kyoto, Rio+10, mudanças climáticas e questões que envolvem a ONU. Textos relacionados à “Formulação” são basicamente os que tratam de decisões propriamente ditas, ou seja, o texto apenas informa o leitor que a lei foi aprovada, que o acordo foi assinado ou qualquer coisa dessa natureza mais burocrática. Para exemplificar, apresenta-se a chamada “FHC assina ratificação do Protocolo de Kyoto” (Folha de S. Paulo, 24/07/2002) que apenas diz que o ex-presidente havia assinado o protocolo, sem ampliar a discussão. No caso das possíveis hipóteses explicativas para a presença desse tipo de cobertura é que por ser um jornal de abrangência nacional, é o mais indicado dentre os três para mostrar assuntos internacionais na capa. Além disso, no caso de “Formulação”, por abarcar decisões tomadas na sua maioria em âmbito nacional – as quais são consideradas como novidade a partir dos valores-notícias (SILVA, 2005) – tendem a aparecer na primeira página, pois embora sejam textos meramente informativos sobre os acontecimentos, são decisões que interessam à população.

De modo geral, este terceiro tópico permite algumas considerações sobre a cobertura de primeira página. O jornal com mais espaço e número de chamadas é o Diário dos Campos, sendo que o que justifica isso é a proximidade de determinados assuntos com o público, diferente dos periódicos maiores onde há também competição de temas para aparecerem nesse espaço de maior visibilidade. Quanto às temáticas nota-se presença de políticas de “Preservação” no jornal local – o que pode ser explicado pelo ambiente em que as notícias são produzidas – e políticas de “Sustentabilidade” na Gazeta e na Folha de S. Paulo. No veículo regional há influência das ações propostas na cidade de Curitiba e na Folha a explicação se dá pela presença de chamadas internacionais que envolvem questões mais amplas como Kyoto e mudanças climáticas.

Destaca-se que os temas presentes na capa do jornal local são bastante próximos do cotidiano do público, o que potencializa a sua presença na primeira página. Já nos jornais maiores, por ter uma circulação maior, não é possível tratar de temas muito singulares. As políticas ambientais aparecem poucas vezes e quando isso ocorre abarcam somente questões de âmbito nacional e internacional, excluindo-se muitos dos fatos que ganhavam espaço no veículo menor. Sobre as etapas do ciclo político, estas se encontram concentradas no Diário dos Campos e

um pouco mais distribuídas nos outros dois jornais. No entanto, chama atenção a presença majoritária da etapa de “Agendamento” também na primeira página. Para finalizar a análise o próximo tópico discute a pluralidade de informação nas notícias.

4.2.4 Fontes de informação que falam sobre política ambiental

O objetivo deste tópico é discutir a pluralidade do debate dentro da cobertura jornalística feita pelos três jornais já que as informações disponibilizadas pelos meios de comunicação servem como ponto de partida para a formação da opinião dos indivíduos. Pretende-se testar uma das hipóteses iniciais, onde se afirma que há uma tendência dos textos sobre políticas ambientais apresentar uma quantidade maior de fontes que representam a esfera política do que outros tipos de atores sociais (ambientalistas, pesquisadores, população, empresas, etc.). Essa hipótese está embasada nas proposições colocadas por Habermas (2006), onde o autor discute que as fontes provenientes do governo têm mais acesso aos meios de comunicação e são responsáveis pela maior parte do conteúdo fornecido.

Sendo assim, por se tratar de ações do governo para a sociedade, a tendência que é que além dessa relação já estabelecida pela literatura entre a mídia e os políticos, a chance é que haja uma maior proximidade, tendo conseqüentemente uma grande discrepância no uso de fontes governamentais e de outros atores. Para tanto, se apresenta as freqüências simples sobre o uso de fontes e posteriormente pretende-se relacionar esses dados com os temas e etapas do ciclo político para identificar se há relação mais forte de determinada fonte com algum dos assuntos estabelecidos nas categorias analíticas. Além disso, pode-se comparar a cobertura feita pelos três jornais identificando se há diferença entre eles quanto a tendência de um debate centralizado em fontes provenientes da esfera política ou voltado para a discussão também com movimentos sociais e pesquisadores. Para iniciar as análises, apresenta-se a tabela 31, que mostra a distribuição na categorização “fontes ambiental”, produzida a partir da leitura dos textos sobre meio ambiente e da identificação dos atores que apareciam como fontes de informação nessa temática específica.

A primeira informação que a tabela apresenta é sobre a quantidade de textos sem fontes. Neste caso, os números são muito próximos para os três jornais, pois em todos eles o percentual de entradas com ausência de fontes está próximo de

40%. Nestas notícias apenas aparece um relato dos fatos sem a presença de indivíduos falando sobre o tema, como ocorre no exemplo: “Eventos movimentam Semana do Meio Ambiente” (Diário dos Campos, 6/6/2000). Nessa nota jornalística sobre projetos de educação ambiental colocados em prática na Semana de Meio Ambiente, não havia nenhuma citação de fontes, o que significa que o jornalista baseou sua produção apenas no próprio relato, sem a opinião ou interpretação de uma segunda pessoa. Desta forma, esse primeiro dado indica que há uma tendência dos três jornais em produzirem textos sem citação de fontes, baseados em *releases* ou na própria experiência cotidiana. Mas, embora esse número seja próximo, há diferenças entre os tipos de fontes que foram ouvidas nos outros 60% dos textos. Destaca-se que a tabela apresenta informações sobre a primeira fonte dos textos.

TABELA 32 – Fontes presentes nos textos sobre políticas ambientais

	Diário dos Campos		Gazeta do Povo		Folha de SP	
	N	%	N	%	N	%
Entradas com Fontes	196	61,1	219	59,7	268	60,1
Entradas sem fontes	125	38,9	148	40,3	178	39,9
Total de textos	321	100,0	367	100,0	446	100,0
Estado/governo federal	16	8,2	45	20,5	92	34,3
Estado/governo estadual	42	21,4	67	30,6	36	13,4
Estado/governo municipal	59	30,1	24	11,0	12	4,5
Cientista/pesquisador	9	4,6	24	11,0	37	13,8
Ambientalistas	9	4,6	8	3,7	26	9,7
Empresas privadas	21	10,7	18	8,2	15	5,6
População	20	10,2	6	2,7	4	1,5
Judiciário	17	8,7	4	1,8	10	3,7
ONU	-	-	1	0,5	-	-
Outro	3	1,5	22	10,0	36	13,4
Total	196	100	219	100,0	268	100,0

FONTE – AUTORA (2011)

A categoria “Estado” foi dividida em representantes das três esferas – federal, estadual ou municipal – podendo assim observar qual delas possui mais acesso aos meios de comunicação. Dessa forma percebeu-se que cada jornal possui como fonte prioritária a elite política que está mais perto com percentuais próximos de 30%: No Diário dos Campos aparecem mais representantes da esfera municipal, na Gazeta mais fontes do governo estadual (governador, IAP, secretários, etc.), e na Folha mais atores federais, que respondem em âmbito nacional. Mas destaca-se que, embora essas são as categorias que apareceram mais vezes, as demais

também ganharam destaque, como é o caso da esfera estadual no Diário dos Campos com 21,4% e da federal no jornal regional com 20,5%. Isso está relacionado com a abrangência das notícias como a tabela 11 (página 78) apresentou.

A soma dessas três categorias que representam o “Estado” mostram, assim, a centralidade na busca de informação diretamente nessa esfera, como Habermas (2006) apontou. No jornal local esse número chega a 59,7%, na Gazeta chega a 62,1%, enquanto na Folha de S. Paulo é de 52,2%. Dessa forma percebe-se que no jornal de circulação nacional, embora se encontre textos pequenos e mais fragmentados, há menor tendência de apresentar fontes resultantes da relação do veículo com a esfera política. Isso dá espaço para que outros atores, que representam outros pontos de vista – população, ambientalistas e pesquisadores –, também apareçam na cobertura.

Portanto, observando as demais fontes, nota-se que os pesquisadores, que representam institutos de pesquisa e universidades, aparecem em 13,8% dos textos na Folha de S. Paulo, enquanto somam apenas 4,6% no jornal local e 11% no jornal regional. Há também maior presença para ambientalistas, com 9,7%, o que é um valor alto se comparado com os jornais local (4,6%) e regional (3,7%). Isso mostra que, por buscar menos fontes governamentais, é possível dar espaço para outros atores, que no caso da Folha se destacam os cientistas e ambientalistas.

Mas além dessa explicação – que as fontes alternativas aparecem quando o Estado tem menos visibilidade nos jornais – também há outras hipóteses explicativas. No caso dos pesquisadores que aparecem mais na Folha – e que na Gazeta também detém 11% das entradas – é possível que isso seja resultado da presença de instituições de pesquisa para servir de fonte aos jornais. Enquanto em São Paulo e Curitiba – sedes dos jornais – há maior disponibilidade dessas instituições para que os jornalistas possam ter acesso, isso não ocorre em Ponta Grossa, que é um município menor e com poucas universidades e centros de pesquisa, possuindo menos especialistas neste assunto.

Já para a presença de ambientalistas na Folha com mais que o dobro do percentual apresentado pelos outros jornais, a hipótese é que as Ongs, além de possuírem pouca força para agendar o tema – e o próprio discurso, como apontou Fuks (1998) –, quando estão em cidades menores têm ainda mais dificuldade de articulação e reconhecimento. As organizações que aparecem nas notícias da Folha de S. Paulo, como no exemplo “Fundo e mercado juntos salvariam matas, diz ONG “

(Folha de S. Paulo, 5/12/2007), representam grandes entidades – como o Greenpeace – que possuem mais destaque e facilidade para propor assuntos na mídia e ganhar destaque na cobertura. Dessa forma, o debate plural “depende” da descentralização das relações que os jornalistas possuem e, também, que outras fontes estejam disponíveis e acessíveis aos jornalistas.

Outra diferença notada entre os jornais é que no periódico local – Diário dos Campos – a presença de fontes que representam a população chegou a 10,2%, sendo que na Folha foi de 1,5% e na Gazeta de 2,7%. Uma das possíveis hipóteses para explicar essa diferença é de que por produzir notícias estritamente locais, ou seja, voltadas majoritariamente para o público da cidade de Ponta Grossa, há maior possibilidade de a sociedade comum servir de fonte aos jornalistas, diferente da cobertura mais ampla e generalista feita por jornais maiores. “População joga lixo nos próprios quintais” (Diário dos Campos, 30/09/2000) e “Ação cobra recuperação do Arroio da Madureira” (Diário dos Campos, 7/6/2007) são exemplos de notícias de abrangência local e que citam membros da sociedade, que neste caso representavam os moradores destas localidades. Já as fontes advindas do “judiciário”, que também aparecem mais no jornal local do que nos demais, é resultado dos impasses com o aterro sanitário no município e das denúncias, como exemplificam os títulos “Promotor denuncia omissão do IAP” (Diário dos Campos, 7/3/2002) e “Justiça cancela audiência da Usina de Mauá” (Diário dos Campos, 28/11/2007).

Portanto, a partir desses dados iniciais é possível inferir que os três jornais tendem a não usar fontes em quatro de cada dez textos que produzem, no entanto há diferenças no tipo de atores utilizados pelos jornalistas nas notícias em que há entrevistados. Dos que apresentam fontes, mais de 50% tendem a citar fontes oficiais políticas, sendo que essa prática ocorre mais nos jornais menores do que na Folha de S. Paulo. Neste último há maior presença de pesquisadores e ambientalistas. No entanto, a população se destaca como fonte no jornal local que produz notícias mais voltadas para a população da cidade de Ponta Grossa. Os fatores que explicam essas diferenças estão relacionados com a abrangência dos veículos, com a presença de instituições de pesquisa, com a proximidade ou distância das fontes governamentais e a potencialidade das Ongs em agendar seus temas e manterem-se visíveis.

Embora se analise apenas a primeira fonte²⁰, os dados a seguir mostram as possibilidades de diálogo que podem ocorrer no mesmo texto – caso os jornais optem por fontes de diferentes origens. Esses dados justificam, em parte, o porquê apresenta-se informações apenas da primeira fonte citada. Embora não demonstrem a pluralidade do debate, mas sim a quantidade de atores entrevistados, nota-se que há uma proximidade no comportamento dos veículos. Percebe-se ainda que o percentual de textos com três fontes diminui consideravelmente se comparado com notícias que citam apenas um ou dois entrevistados.

TABELA 33 – Quantidade de Fontes nos textos

Número de fontes	Diário dos Campos		Folha de SP		Gazeta do Povo	
	N	%	N	%	N	%
0	125	38,9	178	39,9	148	40,3
1	94	29,3	132	29,6	106	29
2	68	21,2	78	17,5	59	16,1
3	24	7,5	38	8,5	38	10,4
4	9	2,8	14	3,1	14	3,8
5	1	0,3	3	0,7	1	0,3
6	-	-	3	0,7	-	-
7	-	-	-	-	1	0,3
Total	321	100,0	446	100,0	367	100,0

FONTE – AUTORA (2011)

Embora se saliente que esses dados apenas forneçam informações sobre quantidade de fontes e não da qualidade do debate (se são fontes diversificadas que aparecem ou apenas repetem-se fontes governamentais), o primeiro passo para que tenha possibilidade de debate é que haja espaço para diversos tipos de autores nos textos. Como há tendência, em aproximadamente 30% dos textos, da presença apenas de uma fonte, vemos grandes chances de que os representantes da esfera política tenham apenas seu ponto de vista presente nas notícias, já que nem há a possibilidade haver um segundo ou terceiro entrevistado que represente a população, os ambientalistas ou os pesquisadores.

Portanto, além de haver presença de fontes governamentais para além das demais como já indicava Habermas (2006), não há possibilidade de contra-argumentação por parte de outros indivíduos, pois as notícias tendem a não ter fonte

²⁰ Na coleta do material é feita também a análise da segunda fonte, mas esta variável só será utilizada para relacionar com a primeira, com o objetivo de identificar a “pluralidade” do debate nas próximas páginas do texto.

(cerca de 40% dos textos) ou apresentar apenas uma (em outros 30% das notícias), sendo que esses dados são basicamente os mesmos para os três veículos analisados. Isso mostra que, neste caso estudado, independente do ambiente onde o jornal é produzido, da linha editorial, dos jornalistas e das características da publicação – página própria para falar de meio ambiente, como possui a Gazeta, por exemplo – há tendência por fontes oficiais e pela presença exclusiva destas.

Pretende-se identificar também onde os atores identificados nas tabelas acima mais aparecem, relacionado isso com o assunto e com a etapa do ciclo político. Para tanto, a tabela abaixo apresenta a relação entre fontes e temas das políticas públicas. Para esse cruzamento a variável fonte foi recodificada e transformada em binária, reunindo fontes governamentais (nível federal, estadual e municipal) em uma categoria e não governamentais em outra.

TABELA 34 – Relação entre Fontes e Temas das políticas

		Temas				Total
		Sustentabilidade	Preservação	Legislação	P. Devastação	
DC	Fontes Governamentais 1	15 14,7%	50 49,0%	16 15,7%	21 20,6%	102 100,0%
	Fontes Não Governamentais 1	24 14,3%	75 44,6%	38 22,6%	31 18,5%	168 100,0%
	Total	39 14,4%	125 46,3%	54 20,0%	52 19,3%	270 100,0%
	P= 1,408 sig. 0,704					
	Fontes Governamentais 1	46 36,5%	43 34,1%	21 16,7%	16 12,7%	126 100,0%
GP	Fontes Não Governamentais 1	-0,5 85 40,7%	2,1 40 19,1%	-1,0 48 23,0%	-0,8 36 17,2%	209 100,0%
	Total	0,4 131 39,1%	-1,6 83 24,8%	0,8 69 20,6%	0,6 52 15,5%	335 100,0%
	P= 8,872 sig. 0,031					
	Fontes Governamentais 1	31 22,8%	59 43,4%	21 15,4%	25 18,4%	136 100,0%
	Fontes Não Governamentais 1	-2,2 112 38,5%	0,8 108 37,1%	1,3 29 10,0%	0,8 42 14,4%	291 100,0%
FSP	Total	1,5 143 33,5%	-0,5 167 39,1%	-0,9 50 11,7%	-0,5 67 15,7%	427 100,0%

P= 25,375 sig. 0,000

FORTE – AUTORA (2011)

No caso do jornal local, percebe-se que não há relação significativa, pois os percentuais aparecem muito próximos. Ou seja, independente do tema há presença tanto de fontes governamentais quanto não governamentais. No entanto, destaca-se que como há maior presença de representantes da elite política estes tendem a aparecer mais que os outros de maneira geral no jornal. Já no caso dos dois outros impressos é possível apontar algumas relações de força entre as categorias.

No caso da Gazeta a distribuição também está próxima do normal para quase todos os temas, exceto para a relação das fontes governamentais com “Preservação”, que apresenta um resíduo positivo de 2,1, o que mostra que representantes da esfera política tendem a aparecer mais nessas notícias do que nas demais. O que pode explicar esse resultado, pelo menos para o caso deste jornal, é que as matérias são normalmente sobre aplicação de multas, apreensão de animais silvestres e ações de fiscalização que tinham como fonte membros do IBAMA ou do IAP, como nos exemplos “IAP pode suspender autorização para corte de pinheiros” (Gazeta do Povo, 21/01/2000) e “Blitz combate desmatamento” (Gazeta do Povo, 25/05/2001), ou seja, envolvem diretamente atores que representam a esfera política.

Na Folha de S. Paulo os dados mostram que quando o tema dos textos é política de “Sustentabilidade”, os representantes do governo não tendem a aparecer, dando mais espaço para os atores sociais e pesquisadores. Enquanto apenas 22,8% das fontes governamentais estão nos textos sobre esse tema, o percentual da distribuição das não-governamentais concentra 38,5%. Embora não se tenha encontrado uma explicação para essa ausência de fontes governamentais quando se trata deste assunto, observa-se que os fatos tendem a ser aqueles que envolvem mais pesquisadores e ambientalistas nas discussões, tais como mudanças climáticas. Ou até mesmo porque o tema aparece mais na etapa de agendamento em que ainda não há o envolvimento direto do governo.

Os dados abaixo, da mesma forma que a tabela anterior, mostram que não há proximidade de determinado tipo de fonte com as etapas do ciclo político. Os dados fornecidos indicam que só há relação significativa entre as variáveis no Diário dos Campos e na Folha de S. Paulo, sendo que os resíduos apontam para a força da relação entre determinadas categorias.

No jornal Gazeta do Povo a distribuição das fontes tende a se dar de maneira normal não estando relacionada com uma etapa em específico. Mas o mesmo não ocorre nos demais jornais. A Folha apresenta tendência de atores não

governamentais ganharem mais destaque no momento de agendamento das políticas (resíduo positivo de 2,4), sendo que o contrário se dá para a relação com as fontes governamentais (resíduo negativo de 2,3). No jornal local o resíduo é negativo entre fontes não governamentais e a etapa de formulação de políticas.

TABELA 35 – Relação entre fontes e etapas do ciclo político

Jornal		Etapa agregado				Total
		Agenda	Formulação/ Implementação	Execução	Acompanha mento e Avaliação	
DC	Fontes Governamentais	43 36,8%	28 23,9%	36 30,8%	10 8,5%	117 100,0%
		-0,3	1,6	-0,6	-0,4	
	Fontes Não Governamentais	32 40,5%	7 8,9%	31 39,2%	9 11,4%	79 100,0%
		0,3	-1,9	0,8	0,5	
	Total	75 38,3%	35 17,9%	67 34,2%	19 9,7%	196 100,0%
		P= 7,556 sig. 0,056				
GP	Fontes Governamentais	34 26,4%	35 27,1%	43 33,3%	17 13,2%	129 100,0%
	Fontes Não Governamentais	32 39,5%	17 21,0%	20 24,7%	12 14,8%	81 100,0%
	Total	66 31,4%	52 24,8%	63 30,0%	29 13,8%	210 100,0%
		P= 0,714 sig. 0,700				
FSP	Fontes Governamentais	37 26,8%	36 26,1%	39 28,3%	26 18,8%	138 100,0%
		-2,3	1,3	0,9	1,0	
	Fontes Não Governamentais	66 52,0%	20 15,7%	26 20,5%	15 11,8%	127 100,0%
		2,4	-1,3	-0,9	-1,0	
	Total	103 38,9%	56 21,1%	65 24,5%	41 15,5%	265 100,0%
	P= 217,862 sig. 0,000					

FONTE – AUTORA (2011)

Sobre o cruzamento entre atores não governamentais e a etapa de agendamento, nota-se que apesar de não haver relações tão significativas nos jornais menores, há maior centralidade de fontes não governamentais assim como ocorre na Folha. A diferença é que neste último jornal as maiores diferenças da distribuição geraram resíduos positivos. Entende-se que essa relação ocorre, pois as notícias categorizadas como “agenda” tendem a apresentar um processo anterior a tomada de decisão que envolve ambientalistas e representantes da esfera civil, os

quais geralmente ocupam o papel de colocar o tema para debate neste momento. E por não ser ainda uma ação propriamente dita, envolve menos a elite política. Destaca-se que se utilizando essas outras vozes nesse momento de agendamento, que se considera o mais importante para informar a população sobre as políticas públicas, os jornais – mais propriamente a Folha – oferecem uma cobertura menos oficial e mais descentralizada.

Diferente, portanto, daquilo que ocorre no Diário dos Campos, onde o resíduo negativo de 1,9 para a relação entre “formulação” e fontes não governamentais indica que quando esse assunto aparece no jornal, estes atores estão mais ausentes da cobertura, aparecendo mais fontes oficiais representantes do Estado. E o que explicaria essa ausência de outros setores sociais é que assim como aquelas notícias referentes a etapa de “execução”, são meramente informativas sobre as decisões políticas tomadas naquela esfera, não apresentando discussões mais amplas, como mostra o exemplo “Ecologicamente correta” (Diário dos Campos, 17/09/2001), que apenas informa sobre a ação de construção de casas sustentáveis pela Cohapar e tem como fonte um membro do governo do Estado. Assim, por se referir a tomada de decisão, os atores políticos tendem a estar mais presentes.

De maneira geral as considerações que podem ser ampliadas para a realidade são poucas, apenas no jornal local para a ausência de fontes não governamentais em notícias que tratam da fase de “Formulação das Políticas”; e para o jornal nacional na relação positiva entre atores que não representam a esfera política e a etapa de agendamento. Para finalizar a análise sobre fontes apresenta-se a relação entre primeira e segunda fonte citada no texto. O objetivo é identificar a pluralidade das notícias e essa foi uma possível maneira encontrada na pesquisa para medir a qualidade do debate apresentado. Identificar-se-á se nas notícias que apresentam pelo menos dois entrevistados – possibilitando um diálogo – se estes pertencem a esferas diferentes.

Relacionam-se as fontes governamentais e não-governamentais que foram as primeiras citadas com a segunda que aparece em seguida. Dos textos coletados observou-se, já em dados anteriores, que em média 40% das entradas não possuem fontes e 30% possuem apenas uma, restando apenas outros 30% para que haja possibilidade de debate entre atores que tem interesses diretos e indiretos com as questões ambientais e conseqüentemente com as ações produzidas pelo Estado. Portanto, as informações abaixo se referem apenas a esses 30% onde é possível relacionar primeiras e segundas fontes. O resultado aponta a inexistência de um

debate diversificado num mesmo texto e a polarização dos discursos, ora entre atores governamentais, ora entre membros da sociedade civil. A tabela a seguir apresenta os dados para os três jornais.

TABELA 36 – Pluralidade do debate a partir da relação entre fontes

Jornal		Fontes Governamentais 2	Fontes não-governamentais 2	Total
DC	Fontes Governamentais 1	30	23	53
		56,6%	43,4%	100,0%
	Fontes não-governamentais 1	20	29	49
		40,8%	59,2%	100,0%
FSP	Total	50	52	102
		49,0%	51,0%	100,0%
	Fontes Governamentais 1	29	26	55
		52,7%	47,3%	100,0%
GP	Fontes não-governamentais 1	19	61	80
		23,8%	76,3%	100,0%
	Total	48	87	135
		35,6%	64,4%	100,0%
GP	Fontes Governamentais 1	27	42	69
		39,1%	60,9%	100,0%
	Fontes não-governamentais 1	13	31	44
		29,5%	70,5%	100,0%
GP	Total	40	73	113
		35,4%	64,6%	100,0%

FONTE – AUTORA (2011)

Quando analisados os textos que possuem como primeira fonte um ator da esfera política e compara-se com os dados da segunda – governamentais e não governamentais – percebe-se que há uma tendência no Diário dos Campos e na Folha de S. Paulo de que o segundo entrevistado do mesmo texto também seja outro membro do governo. Isso ocorre em 56,6% no jornal local e 52,7% no nacional, o que demonstra que os produtores das notícias não procuram apresentar atores diversificados para ampliar o debate. Os dados são um pouco diferenciados para o jornal regional que apresenta apenas 39,1% das notícias com fontes da mesma esfera política e 60,9% possuem uma fonte governamental e uma segunda não-governamental, o que é uma posição inversa dos demais. Embora a Gazeta apresente um percentual maior de primeiras fontes como sendo governamentais, nos textos com mais de uma fonte elas tendem a aparecer “em debate” com outros tipos de atores sociais (60,9%), o que amplia a qualidade de informação para o leitor, que pode ter acesso a duas visões diferentes.

Destaca-se que a polarização também ocorre com o isolamento das fontes não-governamentais. Ou seja, quando estas aparecem no texto, estão mais relacionadas à outra da mesma origem do que em um debate com um ator governamental, por exemplo. Os dados mostram que, na Folha de S. Paulo e na Gazeta do Povo, fontes não governamentais aparecem na primeira e segunda fonte em 76,3% e 70,5% dos textos, respectivamente. Esse percentual é um pouco menor no jornal local (59,2%), onde há presença maior de atores políticos como segunda fonte (40,8), embora a pluralidade ainda não alcance 50% dos textos.

Mesmo com essas diferenças apontadas – na Gazeta com maior pluralidade para relacionar uma fala de atores governamentais com um membro da sociedade civil (60,9% dos casos) e no jornal local que ao citar fontes não governamentais tende em seguida a usar as falas do atores políticos (40,8% dos casos) – percebe ainda altos percentuais nas relações que mostram a polaridade nos discursos presentes nas notícias produzidas por esses meios de comunicação. A análise da pluralidade de fontes na cobertura mostra que os jornais tendem a apresentar informações parciais, apenas com pontos de vista da elite política ou das fontes não-governamentais, o que é negativo para a formação da opinião pública, já que as pessoas não obtêm subsídios suficientes para formarem seu próprio ponto de vista a respeito dos fatos.

5 CONCLUSÃO

Com a análise de 1134 notícias coletadas a partir de uma amostra de 520 edições referentes ao período de 2000 a 2010, nos jornais Folha de S. Paulo, Gazeta do Povo e Diário dos Campos, é possível apresentar um panorama da produção que os veículos fizeram a respeito das políticas públicas ambientais. Com o estudo das temáticas, do ciclo político, das fontes, da abrangência dos textos, da visibilidade e da análise temporal responde-se a pergunta que norteou a pesquisa: como os jornais fizeram a cobertura das ações do governo para o meio ambiente durante o período em que foi implantado o II Plano Nacional de Meio Ambiente?

Nota-se que a cobertura feita pelos três veículos apresenta, em determinados momentos da análise, proximidades e divergências que apontam para resultados significativos a respeito da sua contribuição no processo de difusão de informação. Embora se conclua que há textos sobre políticas públicas ambientais nos jornais pesquisados, já que são ações dos governos e, por si só, como afirmam Galtung e Ruge (1965), possuem mais destaque do que outros assuntos para fazer parte da agenda da mídia, percebe-se que a forma com que a temática é abordada pelos jornais é deficiente em determinados aspectos, principalmente na baixa visibilidade, no enquadramento majoritariamente episódico e na falta de pluralidade de fontes ouvidas pelos jornalistas.

Com a pesquisa ficou em evidência a presença de fatores internos e externos para justificar as diferenças na cobertura dos três periódicos. As explicações foram baseadas na influência da organização dos veículos, na interferência do contexto em que os jornais estão inseridos e na presença de eventos episódicos em determinados locais que possuem impacto no processo produtivo das notícias.

A primeira informação oferecida pelos dados mostra que os veículos dão destaque diferenciado para o tema política ambiental. Na Gazeta do Povo o tamanho médio dos textos é maior, o que significa que nesse periódico as notícias tendem a ocupar mais espaço do que na Folha de S. Paulo e no Diário dos Campos, mesmo que no jornal nacional tenham sido encontrados mais textos. Ressalta-se ainda que, embora na Folha tenhamos encontrado mais entradas e na Gazeta o tema ocupa tamanhos maiores, comparando-se o espaço total que os jornais usam para as notícias, o tema política ambiental tem também destaque considerável na imprensa local. Portanto, esses dados iniciais, além de indicarem que o tratamento

dado pelos veículos é diferenciado, já refutam parcialmente uma das hipóteses da pesquisa, de que no jornal de abrangência nacional o tema teria, supostamente, mais visibilidade.

Percebeu-se, ao longo da análise, que a hipótese não se confirmou, pois o tema estudado é “local”, ou seja, tende a ganhar mais destaque quando os assuntos abordados pelas notícias têm relação direta com o leitor. Na medida em que o veículo possui uma abrangência maior, não atende um público específico, precisando, necessariamente, tratar de temas mais amplos, ficando mais restrita a visibilidade das políticas ambientais. Além disso, há também influência do sistema produtivo, pois nos veículos com pequena circulação, principalmente no Diário dos Campos, o leque de temas que disputam espaço na cobertura é, relativamente, menor do que nos de maior abrangência.

Ao analisar a visibilidade de acordo com o índice criado a partir do conjunto de variáveis – formato, tamanho, presença de elementos gráficos e posição na página – identificou-se que no Diário e na Gazeta predomina a visibilidade “média”, enquanto na Folha os textos se concentram mais na “muito baixa”. Esses dados mais elaborados refutam a hipótese da alta visibilidade em veículos maiores e concluem que na Gazeta do Povo o tema tem mais visibilidade levando em consideração todas as características da produção que foram incluídas no índice, seguindo com o Diário dos Campos. Sendo assim, no quesito visibilidade, os veículos menores tendem a se destacar.

Sobre a presença na capa, a pesquisa mostrou que é no jornal de circulação local que há maior quantidade de entradas e espaço ocupado. Essa incidência é resultado do tema aparecer, neste periódico, mais relacionado com o cotidiano dos leitores. Em razão disso, têm potencial para ganhar espaço na capa e, conseqüentemente, chamar a atenção do público pela proximidade. Na Gazeta do Povo, em que o tema tem mais destaque nas páginas internas, na capa tem quase 45% das chamadas no formato menos visível, a chamada-título. O mesmo ocorre na Folha de S. Paulo, que por ter uma circulação maior, não possibilita tratar de temas muito singulares nesse espaço. Assim, as políticas ambientais aparecem menos e, quando isso corre, tendem a abarcar temas nacionais e internacionais, em função da abrangência.

Outra informação levantada e que apresenta divergência entre os veículos diz respeito à distribuição do tema ao longo dos 10 anos analisados. Enquanto na Folha

de S. Paulo e na Gazeta do Povo percebe-se crescimento da presença do tema no decorrer dos anos, o mesmo não ocorre no Diário dos Campos. Começa-se a perceber certa padronização entre os jornais maiores, distanciando-se das características do jornal local. A Folha, por exemplo, iniciou com pouco mais de 8 mil centímetros quadrados destinados ao tema no ano 2000 e termina com quase 21 mil, em 2009. Se compararmos os primeiros e últimos anos da cobertura, conclui-se que houve uma produção maior, tanto em quantidade quanto em visibilidade nestes jornais maiores. Essa diminuição da presença do tema no jornal local se deu, principalmente, pelo fato de que a cobertura dependeu, na maioria das vezes, de fatos episódicos, os quais estiveram mais concentrados no início do período.

A análise da distribuição dos temas ao longo do período mostrou também que há diferenças na cobertura dos fatos pelos três jornais, embora quase toda a produção estivesse focada em temáticas principais: Código Florestal, aplicação de multas, devastação da Amazônia, balneabilidade, reciclagem, recolhimento de lixo, entre outros. Apesar dessas “grandes” questões aparecerem nos três veículos, isso não ocorreu nos mesmos momentos (anos) e as notícias também não estavam relacionadas exatamente aos mesmos acontecimentos. Ressalta-se que apenas nos anos de 2004 e 2009 aparece “Legislação” nos três jornais discutindo, mais especificamente, o Código Florestal; e em 2008 e 2009 “Políticas contra devastação” estão presentes na Folha de S. Paulo e na Gazeta do Povo, em função do desmatamento na Amazônia.

O que contribui para explicar o crescimento descontínuo das políticas ambientais nos jornais é a sua dependência com acontecimentos factuais. Na sua maioria são fatos locais – como no caso do Diário dos Campos – ou que se destaca devido a um evento específico (conferência, lançamento de projeto, entre outros). A partir disso não é possível afirmar que ocorre agendamento entre jornais, onde os maiores tendem a estabelecer a agenda dos menores, como havia proposto McCombs (2009), pois aqui a dependência está nos fatos cotidianos mais próximos. Além disso, ao identificar a procedência das informações, percebeu-se que poucas entradas vinham diretamente de agências. Só com esses dados não se confirma o interagendamento, sendo possível, inclusive, perceber um processo contrário, de distanciamento entre os jornais, principalmente entre o local, que é menor, dos outros dois, que são maiores.

Já com a análise do conjunto dos dados identificou-se uma primeira padronização na cobertura feita pelos três veículos: a produção foi majoritariamente informativa, focada em reportagens e notas curtas. Percebe-se apenas duas diferenças expressivas quanto à presença dos outros formatos: a Gazeta do Povo possui mais “Cartas do Leitor”, enquanto o Diário dos Campos apresenta maior percentual para entradas de capa. As cartas faziam referência a assuntos específicos – principalmente em 2009 – como desmatamento e o Código Florestal. São temas que se destacaram na cobertura e foram freqüentes no debate público, o que ficou perceptível com a presença deles no espaço destinado ao leitor. Tratando-se da visibilidade inferida a partir do formato, no Diário houve tendência do tema aparecer na capa – diferente dos jornais maiores que possuem percentuais menores e parecidos – o que confere mais destaque para o assunto. Novamente mantém-se o padrão de proximidade entre os jornais de maior circulação e distanciamento do jornal local.

Um dos principais “achados” desta pesquisa foi que o jornal local teve 63,9% dos textos voltados para o público da cidade onde ele é produzido, enquanto na Folha de S. Paulo o conteúdo voltado para o público do país todo esteve em 56,7% das notícias e na Gazeta do Povo as entradas regionais não passaram de 48%. Nesta perspectiva aquele que mais atende o público é o Diário dos Campos, pois o jornal se propôs a adaptar o conteúdo para a realidade do público de Ponta Grossa em quase dois terços das matérias sobre política ambiental. Portanto, o veículo teve uma produção mais condizente com sua proposta de abrangência. Além da circulação local, a produção também foi majoritariamente local e isso o difere dos demais. Aqui também se identifica que o jornal local se comporta de maneira diferente dos demais.

Ao contrário do que se imaginava antes da análise dos dados, percebeu-se que o enquadramento das políticas ambientais nos três periódicos tendeu a ser, em mais da metade dos casos, episódico. Mesmo um assunto geral, como política pública também depende de acontecimentos, fatos e eventos cotidianos para aparecer nos jornais. No entanto, a pesquisa apontou para a maior presença do enquadramento episódico na Folha de São Paulo (72,7%) e menor quantidade na Gazeta do Povo com 60,4%, o que melhora a qualidade da produção, pois o texto deixa apenas de apresentar as informações básicas, para discutir o tema. Nota-se aqui que os veículos maiores se distanciaram, ao contrário do que vinha ocorrendo.

Outra informação obtida é que houve concentração apenas em algumas temáticas, o que confirma a hipótese inicial de que a cobertura não se dá da mesma maneira para todos os assuntos. “Políticas de Sustentabilidade” foi o que mais apareceu na Gazeta do Povo, enquanto as de “Preservação” se concentraram na Folha de São Paulo e no Diário dos Campos. Mas, embora nos três jornais a cobertura fosse centralizada, as temáticas priorizadas eram diferentes. Há ainda outras alterações entre eles: o Diário dos Campos apresentou mais textos sobre “Educação Ambiental”, mas poucos sobre “Sustentabilidade”, se comparado com os outros dois jornais; a Gazeta do Povo teve baixo percentual para “Preservação”, diferente dos demais jornais.

A variável “tema”, da mesma forma que o enquadramento, distancia os jornais maiores, já que a cobertura não foi similar. Acredita-se que essas diferenças podem ser explicadas por fatores externos aos veículos que causam impacto no processo produtivo. Na Folha de S. Paulo, o que explica a grande quantidade de textos sobre preservação é o crescimento das cidades e a constante produção sobre a qualidade dos rios e praias. Já no Diário dos Campos, embora seja o mesmo assunto que tenha aparecido mais, o que o destaca dos demais – tanto em quantidade quanto em espaço ocupado – são os assuntos locais (aplicação de multa, limpeza de córregos, entre outros) que ganham mais visibilidade pela proximidade com os leitores. Já na Gazeta do Povo, o que justifica a maior quantidade de notícias e espaço ocupado pelas ações de “Sustentabilidade” são as características de Curitiba por ser considerada capital ecológica e possuir uma série de ações cotidianas para o meio ambiente.

Outra informação levantada pela pesquisa a respeito dos temas é sobre a maior quantidade de textos sobre legislação nos jornais local e regional (as medianas apresentadas nos gráficos Boxplot (1, 2 e 3) são as mesmas, o que indica pouca variação no tamanho, apenas no número de textos). A possível explicação para esse fato é o impacto que as leis aprovadas tiveram no Paraná, promovendo repercussão na cobertura dos jornais. Embora sejam ações de âmbito nacional, apareceram nos jornais menores pela importância que possuem para os leitores, já que o Paraná tem destaque na área agrícola, grandes áreas desmatadas e diversas áreas de preservação que foram criadas recentemente.

Ainda sobre os temas, foi possível observar que a maior ou menor visibilidade depende da abrangência da publicação em que eles estão e, conseqüentemente, o

impacto que a notícia vai causar no público. Por isso, embora alguns mesmos assuntos apareçam nos três jornais o destaque é diferente em cada um. A ênfase maior é para as “Políticas de Preservação” que são, na sua grande maioria, relacionadas a fatos cotidianos locais. Exemplo disso são as notícias sobre aplicação de multa que apareceram em todos os periódicos, no entanto, tiveram mais visibilidade no jornal local e pouquíssimo espaço no jornal nacional. Outros temas que se referem a esse tipo de ação são aplicações de multa, apreensões, limpeza de rios e da cidade. Já “Sustentabilidade” tende a estar relacionada com a abrangência internacional em função das Conferências da ONU, Protocolo de Kyoto, entre outros assuntos – e local no caso da Gazeta do Povo devido ao contexto da cidade –; “Legislação” engloba textos de abrangência nacional; e “Políticas contra Devastação” tendem a ser de abrangência nacional nos jornais maiores, pela ampla cobertura feita da Amazônia e de abrangência estadual no Diário dos Campos, o que ocorreu devido aos problemas com a implantação das Unidades de Conservação em 2004 e 2005.

A pesquisa também analisou o momento em que os jornais fizeram a cobertura das ações. Ao contrário do que se vinha encontrado até o momento, mostrando disparidade entre os veículos, aqui os três jornais seguiram a mesma lógica de produção. É a primeira vez que a cobertura se dá de forma muito próxima, já que para os três a etapa que mais apareceu foi “Agendamento”, seguida de “Execução”. Primeiramente a análise refuta a hipótese de que as notícias presentes nos jornais seriam mais de “divulgação” das ações do governo do que um acompanhamento feito pela mídia. Embora seja uma cobertura concentrada em dois momentos e, “Execução” apareça bastante, aquele que mais se destacou foi o primeiro – “Agenda e Elaboração” –, que é considerado o mais importante para o debate, pois se refere à etapa anterior a formulação das políticas, ou seja, é positivo que esse momento da discussão ganhe espaço na mídia e chegue à sociedade.

Além disso, é possível concluir que “Execução” teve baixa visibilidade se comparado com as demais etapas. Enquanto isso, “Agenda” esteve mais próxima da distribuição esperada, exceto para a Folha de S. Paulo. Destaca-se ainda que, embora a fase de “Avaliação” tenha aparecido pouco em termos quantitativos, tendeu a aparecer em notícias com alta visibilidade. Como aponta Saravia (2006) esse é um estágio importante, pois é a partir dos resultados das ações que o público pode discutir a validade das mesmas e a possibilidade de dar continuidade ou não a

elas. “Execução” tendeu ainda a estar presente em textos episódicos, enquanto “Acompanhamento e Avaliação” se concentraram mais em notícias com enquadramento temático. Além de essa última etapa ter mais visibilidade na cobertura, apresentou textos mais amplos e mais aprofundados sobre o tema.

Depois de apresentar um panorama da presença das políticas ambientais nos três jornais, observaram-se os atores sociais que ganharam visibilidade na produção. A primeira informação obtida com a pesquisa mostra que há predominância de fontes governamentais nos textos, o que vai ao encontro da literatura que já afirmava que os atores políticos possuem mais facilidade de entrar na agenda da mídia (HABERMAS, 2006). Outro dado, muito semelhante entre os três jornais, indica um percentual de cerca de 40% textos sem fontes. Ou seja, estas notícias são baseadas apenas em relatos do próprio jornalista e na sua experiência.

No entanto, embora aqui os jornais tivessem um comportamento muito parecido, havia diferenças dentro dos outros 60% em que apareceu algum ator social. Destaca-se que o tipo de representante político procurado pelos veículos são os que estão mais próximos (na Gazeta do Povo predominam atores que representam o governo estadual, por exemplo). Além disso, os jornais menores tenderam a procurar mais as fontes políticas. A Folha de S. Paulo, mesmo com a produção fragmentada e majoritariamente episódica deu mais espaço para outros atores sociais, destacando-se os ambientalistas e pesquisadores. Na Gazeta do Povo também houve um percentual considerável de atores que representam instituições de pesquisa. Já no veículo local, predominaram as fontes denominadas como “população”, que representam cidadãos comuns.

Quanto à pluralidade da cobertura – relacionando primeira e segunda fonte dos textos – percebeu-se que o debate não se deu de maneira diversificada, pois ora apareciam apenas representantes políticos, ora somente atores não-governamentais. Destaca-se que, comparando os três jornais, na Gazeta tivemos maior pluralidade para relacionar uma fala de atores governamentais com um membro da sociedade civil (60,9% dos casos). O mesmo se deu com o Diário dos Campos ao citar fontes não governamentais que tendeu, em seguida, a usar atores políticos (40,8% dos casos). Mesmo com esses percentuais mais significativos para demonstrar a pluralidade de vozes na produção sobre políticas ambientais percebeu-se ainda números consideráveis nas relações que mostram a polaridade nos discursos. Portanto, a análise da pluralidade de fontes demonstra que os jornais

tendem a apresentar informações parciais, apenas com pontos de vista da elite política ou das fontes não-governamentais, o que é negativo para a formação da opinião pública.

A partir dos resultados obtidos nesta pesquisa pode-se concluir que a cobertura sobre as ações do governo para o meio ambiente se dá de forma diferente para os três jornais, sendo que as possíveis explicações são as variáveis externas que influenciam no processo produtivo dos jornais e a própria organização interna destes últimos. Percebeu-se principalmente que, ao contrário do que se imaginava no início da pesquisa, são os veículos menores que abordaram com mais destaque o tema, mesmo sendo um assunto majoritariamente nacional, inclusive se destacando na primeira página. O Diário dos Campos fez, ainda, uma cobertura bastante próxima do público com mais de 60% dos textos de abrangência local e tendeu, na maior parte da análise, a manter-se distante dos outros dois maiores, sendo que a Folha de S. Paulo e a Gazeta do Povo, em alguns casos, apresentaram resultados bastante semelhantes. E, de modo geral, apesar dessas diferenças encontradas ao longo da pesquisa, há também características que se repetiram nos três, como a padronização da cobertura nos mesmos momentos do ciclo político, a concentração em poucos temas, a presença maior de textos informativos, o alto percentual de notícias sem fontes e a baixa qualidade do debate oferecido aos leitores.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, J. S. **Bio (sócio) diversidade e empreendedorismo ambiental na amazônia**. São Paulo: Garamond, 2002.

AGUIAR, L. A. **Os valores-notícia como efeitos de verdade na ordem do discurso jornalístico**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2007.

ALA-HARJA, M; HELGASON, S. **Em direção às melhores práticas de avaliação**. Revista do Serviço Público. Ano 51, n 4, 2000.

ALMEIDA, L. **O blog visto pela redação: os blogs e a blogosfera nas rotinas de trabalho dos jornalistas, com os estudos de casos dos jornais A Tarde e Gazeta do Povo**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia, em 2009.

ALSINA, M. R. **A Construção da Notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

AMARAL, L. **Políticas Públicas Ambientais na Amazônia. Um estudo de caso da área de influência do Proambiente no estado de Roraima**. Dissertação apresentada no Programa de Pós-graduação em Economia da UFRGS, Porto Alegre, 2009.

AMARAL, W; BRITO, M. C.; ASSAD, A. L .D.; MANFIO, G. P. **Políticas Públicas em Biodiversidade: Conservação e uso Sustentado no País da Megadiversidade**. Sem data.

ARRUGUETE, N. **Los medios de comunicación y la formación de la agenda pública**. Verso e Reverso – revista de comunicação, Unisinos. nº 41, Ano XIX, 2005/2.

AVORA, S. L. **As fontes jornalísticas na televisão cabo-verdiana: “Os definidores primários” das discussões**. Disponível em: www.bocc.uff.br/pag/evora-silvino-fontes-jornalisticas.pdf. Acesso em: 08 de abril de 2010.

AZEVEDO, F. A. **Imprensa e Cobertura Eleitoral: os jornais paulistas e a Eleição municipal de 2000**. XXV Encontro Anual da ANPOCS, 2001.

BARROS, A. **O Discurso Oficial sobre Meio Ambiente No Brasil (1972-1992): o discurso para a Sociedade Brasileira**. In: Colloquium Humanarum, Presidente Prudente, v.1, n.1, p. 39 -51, jul./dez., 2003.

BAUER, M. **Análise de conteúdo clássica: uma revisão**. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BENNETT, L; MANHEIN, J. **Taking the public by storm: information, cuing, and the democratic process in the gulf conflict**. 1993.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção Social da Realidade**. Petrópolis, Vozes, 1985.

BLANCO, P. S. **Opini3n p3blica y democracia deliberativa: m3dios, sondeos y urnas**. ISTMO:2000

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televis3o**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRASIL. **Minist3rio do Meio ambiente**. PNMA – Gest3o Ambiental no Brasil. 2004.

BRASIL. **Minist3rio do Meio ambiente**. Plano Nacional de Meio Ambiente II. 2011.

BRASIL. **Constitui3o (1988). Constitui3o da Rep3blica Federativa do Brasil**. Bras3lia, DF: Senado, 1988.

CERVI, E. U. **Opini3o P3blica e comportamento pol3tico**. Editora: Ibpex, 2010.

_____. **A cobertura da imprensa e as elei3es presidenciais 2002**. BOCC. Biblioteca On-line de Ci3ncias da Comunica3o, Portugal, v. 1, p. 01, 2003.

_____. **Priming: hip3tese te3rica que relaciona estudos de recep3o com julgamentos sobre governantes**. In: CORREIA, Jo3o Carlos; FERREIRA, Gil Baptista; SANTOS, Paulo do Esp3rito. (Org.). Conceitos de Comunica3o e Pol3tica. 1 ed. Covilh3: Livros Labcom, 2010, v. 1, p. 145-154.

_____. **Análise de dados categóricos aplicada à Ciências Sociais.** Apostila. Curitiba, 2010.

_____; CANCIAN, N.; SANTOS, S. A. **Visibilidade de temas sociais e fotografias nas capas de jornais nas eleições de 2006.** Revista Fronteira, v. 11, p. 63-77, 2009.

_____; FAMA, C; CAMARGO, I. **Temas de debate público e primeiras páginas dos jornais diários brasileiros.** Comunicação e Política. V 27, p. 43-72, 2008.

COIMBRA, M. **A mídia teve algum papel durante o processo eleitoral de 2006.** In: LIMA, V (org). A mídia nas eleições de 2006. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

CORAIOLA, D. **Agência e Discurso no processo de mudança de projeto gráfico do Jornal Gazeta do Povo.** Dissertação apresentada em 2006 na Universidade Federal do Paraná.

CORREIA, F. **Jornalismo e Sociedade.** Lisboa: Avante, 2000.

CORREIA, J C. **A fragmentação do Espaço Público: novos desafios éticos políticos.** In: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Lisboa: 2004.

DAHL, R. **Sobre a Democracia.** Editora: UNB: 2009.

_____. **Poliarquia.** Editora: Edusp, 1997.

D'ADAMO, O; BEAUDOUX, V; FREIDENBERG, F. **Efectos Políticos de los medios de comunicacion: um analisis de la función de la estabelecimento de la agenda.** In: revista de Psicologia Política, no 20, 2000.

DADER, J L. **Opinião Pública y comunicacion política.** Madrid: Anzos.

DADER, J. **El periodista en el espaço publico.** Editora: Comunicacion. 1992.

DADER, L. ALONSO, A.; MONZON, C.; ROSPIR, J.; DADER, L. **Opini3n P3blica y Comunicaci3n pol3tica**. 1992.

DAGNINO, R. **Metodologia de An3lise de Pol3ticas P3blicas**. In: GAPI/UNICAMP, 2002.

DAVIS, J. A. (1976). **Levantamento de Dados em Sociologia: uma an3lise estat3stica elementar**. Rio de Janeiro – RJ: Zahar Editores.

DRUMMOND, J. **A legisla3o ambiental brasileira de 1934 a 1988: coment3rios de um cientista ambiental simp3tico ao conservacionismo**. Ambiente e Sociedade, n 4, 1999.

ENTMAN, R. **Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm**. Journal of Communication, 1993, N 43, p. 51-58.

ESTEVES, J. P. **Os medias e os espa3o p3blico**. Lisboa: 2005

FERREIRA JUNIOR, J. **Capas de Jornal: A primeira imagem e o espa3o gr3fico visual**. S3o Paulo: Senac, 2002.

FOG, A. **The supposed and the real role of mass media in modern democracy**. Working paper, 2004.

FREY, C. **Pol3ticas p3blicas: um debate Conceitual e reflex3es Referentes 3 pr3tica da An3lise de pol3ticas p3blicas No Brasil**. Planejamento e pol3ticas p3blicas, no 21, 2000.

FUKS, M. **Arenas de A3o e Debate P3blicos: Conflitos Ambientais e a Emerg3ncia do Meio Ambiente enquanto Problema Social no Rio de Janeiro**. Revista Dados, Rio de Janeiro, vol 41, no 01, 1998.

GALTUNG, J.; RUGE, H. **The structure of foreign news. The Presentation of the Congo, Cuba and Cyprus Crises in Four Norwegian Newspapers**. Journal of International Peace research, 64-91, 1965.

GELINSKI, C. R. O.; SEIBEL, E. J. **Formula3o de pol3ticas p3blicas: quest3es metodol3gicas relevantes**. Revista de Ci3ncias Humanas. Florian3polis. EDUFSC, v. 42, p. 227-240, 2008.

GOMES, W. **Publicidade, visibilidade e discutibilidade.** In: Trabalho apresentado no XVI Encontro da Compós. Curitiba: 2007

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, J. **Political Communication in mídia Society: Does Democracy still enjoy na epistemic dimension?The impactof Normative Theory on Empirical Research.** Revista Communication Teori. No 16, 2006, p. 411-426.

HANSEN, M. **Esfera pública, democracia e jornalismo: as representações sociais de cidadania em “Veja” e “Isto É”.** São Cristóvão: Editora UFS, 2007.

HARCUP, T.;O’NEILL, D. **What Is News? Galtung and Ruge revisited.** Journalism Studies, 2001, 261-280.

KAWAICHI, V. M.; MIRANDA, S. H. G. **Políticas Públicas Ambientais: a experiência dos países no uso de instrumentos econômicos como incentivo à melhoria ambiental.** Trabalho apresentado no ESALQ.

LEFFT, D.; PROTESS, D.; BROOKS, S. **Crusading journalism: changing public Attitudes and policy-making agendas.** In: Public Opin Quartely, p. 300-315, 1986.

LERNER, L. C. **Convenção da Diversidade Biológica – Compromissos Assumidos e Resultados Obtidos pelo Brasil.** In: III Encontro da ANPPAS, 2006.

LIMA, I. 1989. **Fotojornalismo brasileiro: realidade e linguagem.** Rio de Janeiro, Fotografia Brasileira.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública.** Vozes: 2008

MAHONEY, J.; GOERTZ, G. **A Tale of Two Cultures: Contrasting Quantitative and Qualitative Research.** Political Analysis. N. 14, 2006.

MAIA, R. **Mídia e deliberação pública: mediações possíveis.** Texto apresentado no GT Comunicação e Política, XII Reunião anual da Compós, 2002.

MANUAL DA REDAÇÃO DA FOLHA DE S. PAULO. São Paulo: Publifolha, 1992.

MANUAL DA REDAÇÃO DA FOLHA DE S. PAULO. São Paulo: Publifolha, 2006.

MANIN, B. **As metamorfoses do governo representativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, n. 29, ano 10, outubro 1995.

MARQUES, A. **Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores**. Líbero. Nº 21. 2008.

McCOMBS, M. **A Teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Vozes, 2009.

McCOMBS, M; SHAW, D. **The Agenda-Setting Function of Mass Media**. In: Public Opinion Quarterly 36, p. 176-87, 1972.

_____. **The evolution of agenda setting research: twenty five year in the marketplace of ideas**. In: Journal of Communication, v 43 n.2 p.58-67, 1993.

MATTOS, S.; DRUMMOND, J. **O terceiro setor como executor de políticas públicas: Ong's ambientalistas na baía de Guanabara (1990-2001)**. In: Revista de Sociologia e Política, n.24, 2005.

MEDINA, J. L. **Gêneros jornalísticos: repensando a questão**. Revista Symposiu, Ano 5, nº 1, janeiro-junho, 2001.

MIGUEL, L. F. **Os meios de comunicação e a prática política**. São Paulo: Lua Nova – Revista de Cultura e Política, n. 55/56, p. 155-184, 2002.

_____. **Um ponto cego nas teorias da Democracia: os meios de comunicação**. Revista Brasileira de Informação bibliográfica em Ciências Sociais, n. 49, 2000.

_____. **Modelos utópicos de comunicação de massa para a democracia**. Comunicação & política. Rio de Janeiro: Cebela, n. 22, v. 3, p.129-147, 2004.

MIRRALES, A. M. **Periodismo, opinión pública y agenda ciudadana**. Bogotá: Norma, 2004.

MOLOTCH, H; LESTER, M. **News as Purposive behaviour: On the Strategic Use of Routine Events, Accidents and Scandals**. American Sociological Review, vol 39, Fevereiro, 1974.

MONTEIRO, J. V. **Os níveis de análise das Políticas Públicas**. In: SARAIVA, E; FERRAREZI, E (Org). Políticas públicas: coletânea(volume 1). Brasília: ENAP, 2006.

MONOSOWSKI, E. **Políticas ambientais e desenvolvimento no Brasil**. In: Cadernos FUNDAP, ano 9, n. 16, p. 15-24, 1989.

MOREIRA, D. J. **11 de setembro de 2001: Construção de uma catástrofe nas primeiras páginas de jornais impressos**. Dissertação de Mestrado, 2004. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=825 .

MOTTER, P. **The role of the media in educational policy formation and legitimation in Brazil: 1995-2008**. Tese defendida em 2008 na Universidade de Wisconsin-Madison.

MULLER, A. L.; GRISA, C.; NIEDERLE, P. A. **Desenvolvimento, políticas públicas para o meio ambiente e conflitos socioambientais**. In: III Seminário sobre sustentabilidade, 2008, Curitiba.

OLIVEIRA FILHA, E. **Apontamentos sobre a história de dois jornais curitibanos: Gazeta do Povo e O Estado do Paraná**. Cadernos da Escola de Comunicação da Unibrasil, v. 02, 2004.

OLIVEIRA,C; BARBOSA, M. **Jornais e Usos do Passado: a Gazeta do Povo e o passado atualizado**. VIII Encontro Nacional de História da Mídia, realizado de 28 a 30 de abril da UNICENTRO (PR).

PARADA, E. L. **Implementación de las políticas y asesoría presidencial**. In: SARAIVA, E; FERRAREZI, E (Org). Políticas públicas: coletânea (volume 2). Brasília: ENAP, 2006.

_____. **Política y políticas públicas**. In: SARAIVA, E; FERRAREZI, E (Org). Políticas públicas: coletânea (volume 1). Brasília: ENAP, 2006.

PORTO, M. **Enquadramentos da mídia e da Política.** In: RUBIN, A. Comunicação e Política: Conceitos e Abordagens. Salvador: Edufba: 2004.

PINTO, M. **Fontes Jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo.** Revista Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, Vol. 14 (1-2), 2000, 277-294.

RAGIN, C. C. **Constructing Social Research: the unity and diversity of method.** Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publications, 1994.

RAMÍREZ, M. **¿Qué son las noticias?** In: Comunicación y Sociedad, núm, 14-15, p. 235-250, 1992.

RIBEIRO, W. C. **Políticas Públicas Ambientais no Brasil: mitigação das mudanças climáticas.** In: X Coloquio Internacional de Geocrítica, Barcelona, 2008.

ROCHA, H. C. L. **Habermas e a Teoria do Jornalismo: A Manipulação Ideológica no Jornalismo como Distorção Sistemática da Comunicação.** Estudos em Comunicação, n 4, p. 41-57, 2008.

SANTOS, R. **Práticas produtivas e relacionamento entre jornalistas e fontes de informação.** In: O Jornalismo Português em Análise de Casos. Traquina, N.; Cabrera, A; Santos; Ponte, C. (Org.). Lisboa: Caminho, 2001.

_____. **Jornalistas e fontes de informação: a sua relação na perspectiva da sociologia do jornalismo.** Coimbra: Minerva, 2003

SARAVIA, E. **Introdução a Teoria da Política Pública.** In: Políticas públicas. Coletânea. Saravia, H e Ferrarezi, E (Org). Brasília: ENAP, 2006

SERRANO, E. **Jornalismo e elites de poder.** In: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Lisboa: 1999.

SHOEMAKER, P.; VOS, T. **Gatekeeping Theory.** 1st edition. New York: Routledge, 2009.

SILVA, G. **Para pensar critérios de noticiabilidade.** In: Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol.II Nº 1 - 1º Semestre de 2005.

SILVA, R. S. **Diagramação: o planejamento visual gráfico na comunicação impressa**. São Paulo: Summus, 1995.

SORRENTINO, T; TRAJBER, R.; FERRARO JUNIOR, L. A. **Convenção da Diversidade Biológica – Compromissos Assumidos e Resultados Obtidos pelo Brasil**. In: Educação e Pesquisa, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005.

SOUSA, J. P. **Teorias da Notícia e do Jornalismo**. Florianópolis: Argos, 2002.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**. Vol I. Por que as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. **Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, 529-550, 2008.

TUCHMAN, G. **La objetividad como ritual estratégico: un análisis de las nociones de objetividad de los periodistas**. In: American Journal of Sociology. Vol. 77, n. 2, 1972.

U.S. Agency for International Development. **The role of media in democracy: a strategic approach**. Technical Publication Series. 1999.

VIOLA, E. **O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n 3, 1986.

WEAVER, D; McCOMBS, M.; SPELLMAN, C . **Water gate and the media: a case study of Agenda-setting**. In: American politics quarterly. Vol 3. 1975.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Editora: Presença, 2009.

ANEXOS – EXEMPLOS DE MATÉRIAS

Floresta

Plano investirá US\$ 15 bi na Mata Atlântica

Pacto pretende recuperar área de mata nativa equivalente ao tamanho do Paraná até 2050

PONTA GROSSA
Foto: Arredondo, da secumal

Forças governamentais, econômicas e ambientais se uniram e se comprometeram a realocar o mapa brasileiro uma área equivalente ao Paraná de Mata Atlântica até 2050. O anúncio foi feito ontem, em São Paulo, durante o lançamento do Pacto pela Restauração da Mata Atlântica. A meta do projeto é recuperar nas próximas quatro décadas ao menos 15 milhões de hectares de floresta. O Paraná aparece como o segundo que mais deverá receber incentivos para a restauração da mata. Serão 2,4 milhões de hectares.

SAIBA MAIS

Veja alguns pontos importantes do plano de recuperação da Mata Atlântica:

- Não serão desapropriadas áreas.
- A ideia principal é incentivar – auxiliando ou custeando – ações para a restauração de áreas que deveriam por lá estar conservadas, mas não estão. Na conta entram os 20% que toda propriedade rural deveria manter intocada e mais os margens de rios e encostas.
- O tempo de regeneração de cada área varia de acordo com o tipo de vegetação e o clima, mas a estimativa é de que leve de 30 a 40 anos para ser novamente uma floresta.

CAMPO FÉRTIL

O Paraná será o segundo estado a mais recuperar Mata Atlântica, de acordo com o projeto atual, atrás apenas de Minas Gerais. Veja os números:

Área a ser recuperada em hectares

Minas Gerais	5.648.981
Paraná	2.435.337
Bahia	2.164.512
São Paulo	2.077.889
Santa Catarina	1.402.183
Espírito Santo	1.043.374
Rio de Janeiro	939.806
Rio Grande do Sul	891.716
Pernambuco	395.528
Alagoas	307.744
Mato Grosso do Sul	186.453

7,26% é o que resta de mata atlântica conservada

13% são pequenos fragmentos isolados

10% é o que se pretende integrar ao remanescente

30% é a soma das áreas, visando reestabelecer o bioma e 11% da soma de extensões

oceanair.com.br

voz do pacto, também destaca

ÁREA DO GUARTELÁ DEVE SER AMPLIADA

Uma das principais áreas de preservação da região dos Campos Gerais deverá ser aumentada em sete vezes até o final do ano. O Parque Estadual do Guartelá, localizado na região de Tibagi, foi incluído numa relação de novas unidades de conservação que o governo estadual pretende regulamentar nos próximos meses. O chamado "Pacote Verde" vai aumentar em 43% as unidades de conservação no Paraná. No caso do Parque do Guartelá, a área passará dos atuais 798 hectares para 6.193. Regional 1-C



Castro recebe grupo de tango

Regional 3-C

Ivaí comemora os seus 44 anos

Regional 3-C

Mata Atlântica

Ritmo do desmatamento diminuiu

Estado derrubou 10 mil hectares em três anos, segundo levantamento. Nos cinco anos anteriores, haviam sido 29 mil. Mesmo assim, Paraná é quarto pior no ranking nacional

PONTA GROSSA

Foto: Divulgação do IBAMA

O ritmo de desmatamento no Paraná diminuiu nos últimos anos. Mesmo assim, em três anos, foram destruídos 10 mil hectares de Mata Atlântica, segundo levantamento feito com base em imagens de satélite, em parceria entre a Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, aponta o Paraná como o quarto estado no ranking da devastação. A afirmação de que o ritmo de desmatamento no Paraná diminuiu se comprova em números. Entre 2005 e 2008, foram 28 mil hectares derrubados. No período de 2005 a 2008, foram 10 mil. Por outro lado, o Paraná desmatou em três anos mais do que foi derrubado, na soma, nos estados de São

OS DONOS DA MOTOSSERRA

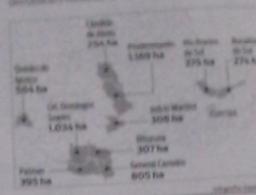
Levantamento feito a partir de fotos de satélite permite mapear os donos das áreas acima de três hectares entre os anos de 2005 e 2008. Paraná já foi o recordista nacional de devastação e agora ocupa o quarto lugar.

QUEM MAIS CORTA

Estado (mil ha)	Paraná (mil ha)
Mato Grosso 22,728	10,970
Santa Catarina 17,912	10,970
Bahia 14,342	10,970
PARANÁ 10,970	10,970
Rio Grande do Sul 1,157	10,970
São Paulo 2,435	10,970
Mato Grosso do Sul 2,275	10,970
Rio de Janeiro 1,039	10,970
Sergipe 731	10,970
Espírito Santo 571	10,970

COM MENOS VERDE

Para garantir que Prudentópolis não seja o próximo a perder suas florestas, o município precisa mudar o ritmo de corte.



Prudentópolis é o município que mais teve cortes

Prudentópolis - cidade com 48 mil habitantes na região Centro-Sul do Paraná - tem um lugar de destaque no ranking nacional de desmatamento. Foi o município que mais teve cortes de Mata Atlântica entre os municípios do Paraná entre os anos de 2005 e 2008. Foram 3,1 mil hectares entre os anos de 2005 a 2008. Parana possui, mas só no Rio de Janeiro, mais floresta nativa do que em todos os estados do Rio de Janeiro no período. O professor Gilvan Aguiar acabou com surpresa a notícia de que a cidade, além de campo do Paraná, é a cidade do Brasil em quantidade de área desmatada. "Não acredito", reclama. O município tem vocação econômica agrícola e turística e não possui o setor madeireiro. "Temos só duas terras aráveis", disse.

Cidades da região sul do Paraná figuraram por vários anos entre as que mais desmataram no Brasil, mas depois de intensificação das fiscalizações, o ranking mudou. Curitiba e agora estão apenas entre as dez mais desmatadas. Ainda assim, derrubaram pontos quando de alguns estados brasileiros. (KB)

MAP Governo contesta números

O presidente do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Ulisses Hugo Burke, diz que os números apresentados pelo IBAMA são equivocados. Ele afirma que o governo estadual, em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), mantém um monitoramento próprio - a cada período de dois meses é com medição de todas as áreas com mata nativa no estado e que os dados não apontam para grandes desmatamentos. Burke não informou a quem foi divulgado nos últimos três anos, mas se recusa a avaliar o número de 10 mil hectares.

A pesquisadora Ana Paula Della Corte, da Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná (Fupar), que trabalha no projeto de monitoramento das matas paranaenses com o professor Carlos Sacramento, da UFPR, também contesta o relatório que foi divulgado. Ela afirma que o levantamento recente feito pelo governo paranaense entre agosto e dezembro de 2008 indica menos de 500 hectares de desmata. Ela reconhece, porém, que o acompanhamento começou a ser feito em 2007 e que não monitorou a cobertura vegetal nos anos de 2005 e 2006 - quando podem ter acontecido os maiores derrubados. Para Burke, o ritmo de desmatamento diminuiu por causa da intensificação das fiscalizações. "Quem anda está fazendo [desmata] está agindo por ignorância, por não ter mais como não descobrir", diz. Segundo o presidente do IAP, a meta é zerar a derrubada. Ele relata que o que tem acontecido é desflorestamento de áreas pequenas, já que em grandes extensões ninguém se atreve a mexer. (KB)



Foto: IBAMA. Área desmatada no município de Prudentópolis. Operação deve visitar 165 pontos na região Centro-Sul do Paraná com suspeita de crime ambiental.

O Paraná vivia um ritmo frenético de desmatamento, que hoje não possui mais o mesmo ritmo. Mesmo assim, o Paraná desmatou em três anos mais do que foi derrubado, na soma, nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás e Espírito Santo. De cada dez hectares de Mata Atlântica perdidos no Brasil, um foi em território paranaense. O estudo capta desmatamentos acima de três hectares em três campos de floresta. No bioma da Mata Atlântica existem vários tipos de formações florestais, inclusive a mata de araucária - símbolo para o Paraná. E, cada vez mais, as áreas preservadas são pequenas e isoladas, impedindo as chamadas "corredores ecológicos", que garantem a troca genética, a existência de animais de grande porte e o aspec-

DIÁRIO DOS CAMPOS CIDADES • PONTA GROSSA • 13 e 14 de agosto de 2000 09A

IAP pretende rever licença ambiental da ALL

Acidentes, danos causados ao meio ambiente e atraso na execução de medidas mitigadoras podem gerar mais penalidades

Dois acidentes em menos de dez dias

MULTAS À EMPRESA CHEGAM A R\$ 1,2 MILHÃO

PONTA GROSSA – Depois do saldo de três acidentes graves na região neste ano e de R\$ 1,2 milhão de multa por danos ambientais, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) pretende rever o licenciamento ambiental da América Latina Logística (ALL), concessionária da antiga Malha Sul - que corta o Paraná - da Rede Ferroviária Federal S.A. e das ferrovias argentinas Mesopotâmico e Buenos Aires al Pacífico. A informação é do chefe regional do IAP, em Ponta Grossa, o engenheiro agrônomo, Cynus Augustus Moro Daldin.

Como a empresa ultrapassa fronteiras, o licenciamento é concedido pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Porém, o IAP pretende rever junto ao Ibama o licenciamento, tendo em vista a situação apresentada até agora, garante Daldin.

Outra infração ambiental que pode contribuir para a posição do IAP é o derramamento de óleo das máquinas direto num arroio, verificado na oficina localizada no pátio da ALL, em Uvaranas. O óleo desá-gua através de um cano, caindo no arroio que passa na Vila Francelina.

Segundo a moradora L.M.B., que não quis se identificar, e mora próximo ao arroio, "quando estão trabalhando na oficina, soltam bastante óleo". No próprio cano, dem ser verificados os resíduos.

O chefe regional do IAP diz que desconhece o problema até agora. Segundo ele, os resíduos procedentes da limpeza dos vagões devem ser condicionados nos tambores e seguir para o sistema de reciclagem e desativação, que a empresa mantém em Curitiba. "A situação será averiguada", comprometeu-se Daldin.

ACIDENTES O primeiro acidente de grande proporção envolvendo a ALL, neste ano, aconteceu em 9 de abril, a 15 quilômetros de Pirai do Sul, na zona rural. Um descarrilamento seguido de explosão fez com que 17 dos 20 vagões caíssem dos trilhos, sendo que seis, que transportavam 60 mil litros de álcool cada, explodiram. Pelos danos ambientais causados, considerados pelo IAP de categoria gravíssima, a ALL foi multada em R\$ 452 mil.

O acidente acabou gerando mortandade de peixes no Rio Piraizinho e degradação da mata. O plano de recuperação, que faz parte das medidas mitigadoras estipuladas pelo IAP, contém plantio de mudas e soltura de alevinos no rio. Além disso, monitoramento da área e educação ambiental da população.

Conforme Daldin, a empresa apresentou o plano de recuperação, mas ainda não deu início às ações de reparação do dano ambiental. "Não recebemos nenhum comunicado oficial da execução do plano", afirma. Quanto à aplicação da multa, a ALL recorreu

PONTA GROSSA – O restante do valor da multa aplicada por danos ambientais à América Latina Logística refere-se aos dois acidentes ocorridos em Fernandes Pinheiro, na região de Itaiti. O primeiro foi em 23 de julho, também com descarrilamento seguido de explosão. Duas locomotivas que puxavam 36 vagões, sendo seis carregados com óleo diesel, saíram dos trilhos. Com o impacto, dois vagões carregados se romperam. Metade dos 60 mil litros de óleo entrou em combustão junto com os vagões e a outra parte penetrou no subsolo, atingindo uma nascente de água.

Dois dias depois ocorreu o segundo acidente, a menos de sete quilômetros do primeiro. Três vagões carregados com combustível saíram dos trilhos. Em torno de 30 mil litros de gasolina vazaram com o rompimento de um vagão. O vazamento foi a cem metros do Rio Imbitiava, responsável por 65% do abastecimento de Itaiti e 95% de Imbitiava. A multa aplicada pelo IAP e pelo Ibama foi de R\$ 600 mil. A empresa também recorreu da decisão.

De acordo com informações do Ministério dos Transportes, nenhuma empresa que participou da privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), cumpriu as medidas previstas no contrato. A privatização iniciou em 1996. (C.M.)

Resíduos da oficina da ALL são jogados direto no arroio da Vila Francelina, na região de Uvaranas



“Pacote Verde” cria três parques e amplia quatro

O “Pacote Verde” anunciado recentemente pelo governo do Estado prevê a criação de seis novas Áreas de Proteção Integral e ampliação de outras três Unidades de Conservação, além do Parque do Guartelá.

Também foi anunciada a criação de 33 novas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), sendo 25 delas em áreas de florestas com Araucárias. O Paraná é atualmente o Estado com maior número de RPPNs no País, totalizando 200 áreas.

Serão criados parques em General Carneiro, Rio Branco do Sul, Guaratuba e São José dos Pinhais.

Serão ampliados os parques do Pico do Marumbi, Estação Ecológica do Guaraguaçu, em Paranaguá, e Rio da Onça, em Matinhos. Ao todo o Estado possui 61 Unidades de Conservação, distribuídas em 64 municípios.

Em Santos, duas praias pioram e uma melhora para banhistas

DA REDAÇÃO

Em Santos, duas praias que eram avaliadas como boas para banho tiveram piora na condição —Gonzaga e Boqueirão. Já Ponta da Praia —que era imprópria— teve melhora nesta semana. A praia de Aparecida continua ruim para banhistas. As informações são da Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental).

Nas praias de Porto Grande, São Francisco e Pontal da Cruz, em São Sebastião, persistem as más condições de banho. Já em Ubatuba, todas as praias continuam com boa balneabilidade.

Em Peruíbe, Mongaguá, Itanhaém, Ilha Comprida, Praia

Grande e Bertioga, as praias seguem com avaliações positivas.

Em Ilhabela, as praias de Itaguaçu, Perequê, Viana e Sino permanecem como impróprias para banhistas nessa semana.

Rio de Janeiro

A praia do Leblon, que até semana passada era imprópria, agora é boa para banho.

As praias da Urca, Flamengo, Botafogo e São Conrado continuam impróprias para o banho.

Já Arpoador, Barra, Copacabana, Grumari, Ipanema, Leme e Prainha estão com boa balneabilidade.

Cetesb: www.cetesb.sp.gov.br; Rio: www.fema.rj.gov.br; Cptec/Inpe (ondas e ventos no litoral do país): www.cptec.inpe.br/ondas

ANEXO G

Folha de S. Paulo

20/06/2009

Empresários criticam regularização fundiária

Em carta aberta a Lula, eles pedem que presidente vete trechos da lei que foi aprovada pelo Congresso

Rafael Hupsel - 18.jun.09/Folha Imagem

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Um encontro de lideranças na área de responsabilidade social corporativa realizado nesta semana, em São Paulo, virou palco de protestos contra a edição da chamada MP da Grilagem — após mudanças feitas no Congresso, a lei de regularização fundiária aguarda assinatura do presidente Lula.

Além de representantes do Ministério do Meio Ambiente e de organizações sociais, que já haviam se posicionado contra alguns pontos da MP, incluídos durante sua tramitação no Congresso, as vozes de protesto ganharam o coro de um grupo geralmente discreto nas discussões sobre legislação ambiental: os empresários.

“Atribuir uma área de terra que corresponde a mais de uma Alemanha a proprietários que estiveram envolvidos em grilagens famosas e até em atos criminosos é, simplesmente, um estímulo para que a grilagem continue”, disse o copresidente do conselho de administração da Natura, Guilherme Leal, durante ato organizado no encerramento da Conferência Internacional Ethos, anteontem.

“De que adianta o Brasil ter êxito em determinados setores no curto prazo e abrir mão do nosso potencial ambiental no



Empresários participam de evento sobre responsabilidade social

longo prazo?”, reforçou o presidente da Votorantim Celulose e Papel, José Luciano Penido.

O ato, promovido pelo Instituto Ethos, terminou com a divulgação de carta aberta encaminhada ao presidente Lula na qual empresários, ONGs e ambientalistas classificaram o texto da MP aprovada no Congresso como parte do “desmonte da legislação ambiental”.

Entre os empresários, também assinaram o documento os porta-vozes de Wal Mart, Orsa e Federação das Indústrias do Paraná, entre outros. Representantes da Unica, que representa o setor sucroalcooleiro, também ensaiaram uma participação, mas desistiram.

Na carta, as lideranças reforçam o documento enviado ao presidente pela senadora Mari-

na Lima (PT-AC), ex-ministra do Meio Ambiente, pedindo veto a três artigos da MP: o artigo 2º, que permite que terras em nomes de terceiros sejam regularizadas; o 7º, permitindo a transferência de terras da União para pessoas jurídicas, para quem já possuiu propriedades rurais e para ocupação indireta; e o artigo 13º, que permite ao próprio ocupante declarar as condições do imóvel para fins de fiscalização.

“É a primeira vez que vejo empresários no país colocando o risco de perderem vantagem competitiva, a partir da devastação do ambiente, acima do risco político de tamanha exposição pública. É um fato histórico”, disse o presidente do Instituto Ethos, Ricardo Young.

“Caiu a ficha dos empresários de que uma biodiversidade rica, como a que temos na Amazônia, é um ativo importantíssimo para o país e para essas empresas”, afirmou Young.

“É a imagem do Brasil que está em jogo”, disse o fundador do Ethos e do Movimento Nossa São Paulo, Oded Grajew. “Está claro que o desenvolvimento insustentável, como esse que parte dos ruralistas querem para a Amazônia, prejudica a economia, inclusive em termos de acesso a mercados externos”, afirmou Grajew.

ANEXO H

Folha de S. Paulo

6/11/2009

Por reservas, Minc aceita tirar multa de ruralistas

Proposta será levada a Lula e Stephanes para amenizar pressão de proprietários

Produtores rurais querem prorrogar entrada em vigor de decreto que os obrigaria a registrar os planos de recuperação de reserva legal

EDUARDO SCOLESE
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Na reunião que terá na segunda com o presidente Lula e Reinhold Stephanes (Agricultura) para definir mudanças na legislação ambiental, o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) levará uma proposta que livra proprietários rurais de multa diária acumulada entre o flagrante da fiscalização e a averbação com a reserva legal.

A proposta será colocada na mesa de Lula, diante da eventual sinalização do presidente de atender à pressão dos ruralistas para prorrogar a entrada em vigor, prevista para 11 de dezembro, do decreto que obriga os produtores rurais a registrar um plano de recuperação da reserva legal (parte de cada terreno destinada à preservação florestal).

Esse decreto diz o seguinte: a partir de 11 de dezembro, caso o produtor seja atuado pela fiscalização, terá um prazo de 120

dias para procurar o órgão ambiental do Estado e apresentar um termo de compromisso sobre a reserva legal [averbação]. Caso contrário, será cobrada multa diária acumulada entre a autuação e a regularização —aqueles que cumprirem as exigências dentro do prazo terão as multas canceladas.

Para preservar o decreto, Minc encaminhou na semana passada à Presidência a proposta de criação do programa Mais Ambiente. Ao aderir a ele, o produtor não terá mais 120 dias, e sim 180 dias de prazo para resolver a burocracia.

Por ora, o programa mantém a previsão de cobrança de multa diária a partir do flagrante. Mas o que Minc tem em mãos, para usar somente em último caso, é a proposta de excluir da minuta de decreto do Mais Ambiente a cobrança dessa multa acumulada.

Os ruralistas temem que esse ponto do decreto colocará milhões de proprietários na ilegalidade. Stephanes avalia que pequenos e médios produtores que, segundo ele, desmataram legalmente para o avanço de suas lavouras anos atrás, não podem agora ser penalizados pela legislação ambiental.

Anistia a desmatadores causa tumulto na Câmara

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Projeto de lei de revisão do Código Florestal provocou discussão e tumulto entre ruralistas e ambientalistas durante toda a manhã de ontem na Comissão de Meio Ambiente da Câmara. Após se acorrentarem às cadeiras, ativistas do Greenpeace foram expulsos por seguranças, o que aumentou a tensão entre os deputados.

O embate aconteceu por causa da redação de um novo relatório ao texto 6.426 de 2005, feito pelo deputado Marcos

Montes (DEM-MG) juntamente com representantes do Ministério da Agricultura. Congressistas do PV acusaram o relator de plagiar um projeto já feito pela CNA (Confederação Nacional da Agricultura).

A presidente da entidade, senadora Kátia Abreu (DEM-TO) nega. Mas diz que o texto é "mais do que razoável". "Como está hoje não podemos ficar, ou vamos criminalizar toda a produção do país", disse.

O ponto mais criticado do relatório é o que prevê a anistia para áreas desmatadas até 31 de

julho de 2006. Pelos cálculos do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), isso resulta em uma anistia de mais de 35 milhões de hectares desmatados ilegalmente. "Estou propondo apenas uma reorganização do que foi feito. Muitos desmataram sim, mas às vezes isso foi feito com a própria ajuda do governo", afirma Montes.

Outra ponto que causou polêmica foi o que passa para os Estados a competência para definir as áreas de preservação nas APPs, que são topos de morro, margens de rios e en-

costas, ou seja, áreas que não podem ser ocupadas e precisam ser recuperadas. O terceiro ponto polêmico é o que reduz a área de reserva na Amazônia.

Após a discussão, a votação do projeto foi adiada para a semana que vem após intervenção do líder do governo, Henrique Fontana (PT-RS), e do líder do PSDB, José Aníbal (SP). O esforço dos ambientalistas agora é para levar o projeto, apelidado de "floresta zero", para uma comissão especial que já existe na Câmara sobre o assunto. (MARIA CLARA CABRAL)

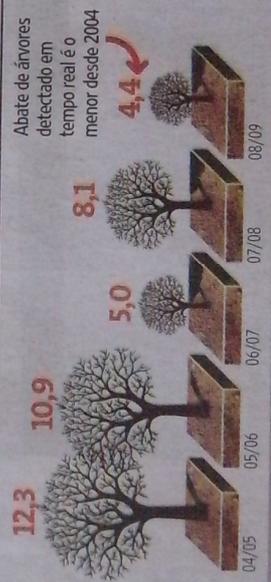
Desmatamento é o menor desde 2004

Para ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, dados definitivos deverão mostrar menor devastação em 20 anos

DESMATAMENTO EM QUEDA

Valores em mil km², entre agosto de um ano e julho de outro

Sistema Deter
Mais rápido, detecta desmatamentos acima de 25 hectares



O desmatamento acumulado na Amazônia em 12 meses foi o menor desde 2004, quando estreou o sistema mais rápido de detecção da devastação, mostra o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Os números de julho completam o período de coleta da taxa oficial de desmatamento, a ser divulgada no fim do ano.

Os dados são do Deter, menos preciso que o sistema Prodes, que calcula efetivamente a taxa e é divulgado no final do ano. O resultado confirma projeção de que a devastação em 2009 será o menor da série histórica. "Vai ser o menor desmatamento dos últimos 20 anos", afirmou o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

Os municípios paraenses de Novo Progresso e Altamira foram os que mais desmataram em julho. O Pará registrou, no ano, o maior aumento de área desmatada entre os Estados.

Pág. A4

ANEXO K

Estados terão 1 ano para planejar a preservação da mata atlântica

AMBIENTE Prazo é para listar espécies ameaçadas de extinção

ELIANE MENDONÇA
DA SICURSAL DE BRASÍLIA

Os 17 Estados que abrigam áreas remanescentes da mata atlântica terão um ano para listar espécies de plantas ameaçadas de extinção e apontar locais prioritários para adotar medidas de conservação.

A determinação é do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), que aprovou regulamentação à resolução nº 278 — sobre corte e exploração da flora da mata atlântica. O documento deve ser publicado no "Diário Oficial" da União até o final da semana.

A resolução não prevê punição para o Estado que não cumprir o prazo. Em São Paulo, por exemplo, ainda não se sabe como será feito levantamento tão detalhado.

"Temos, já em andamento, um projeto com a Fapesp [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo] para levantar o número de espécies de vegetação de todo o Estado. Mas não se trata de algo específico sobre a mata atlântica", disse Valdir de Cicco, diretor do Instituto Florestal, órgão li-

gado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Segundo Mirian Prochnow, coordenadora-adjunta do Núcleo da Mata Atlântica do Ministério do Meio Ambiente, alguns Estados do Sul iniciaram o inventário.

Segundo Mirian, o Estado receberá verba do Programa Nacional de Florestas para contratar mão-de-obra, desde que envie projeto detalhando o número de pessoas necessárias para concluir o inventário no tempo exigido, além dos recursos para as contratações.

Degradação

A área total da mata atlântica hoje, no país, é de 102 mil km² — 7,84% da área original. O Conama quer uma recuperação de 30% a 35% do total degradado em dez anos. Segundo Mirian, é o patamar indicado pela ONU (Organização das Nações Unidas).

A mata atlântica concentra a maior biodiversidade do país e é a segunda do mundo com maior risco de extinção (a primeira é a ilha de Madagascar, na África).

Segundo o mais recente estudo da Fundação SOS Mata Atlântica, em parceria com o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), feito de 1990 a 1995, mais de meio milhão de hectares de florestas foi destruído em nove Estados no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste, que concentram cerca de 90% do que resta da mata atlântica.

O lamarão da área equivale a mais de 714 mil campos de futebol, eliminados em cinco anos.

O litoral de São Paulo e o norte do Paraná são as regiões com mata atlântica mais preservada, segundo o Conama. Isso se deve ao grande número de unidades de conservação nessas áreas e ao PPMA (Projeto de Preservação da Mata Atlântica), no Estado de São Paulo, resultado da cooperação financeira firmada em 1995 entre a União e o banco alemão KfW (Kreditanstalt für Wiederaufbau).

O projeto engloba uma região de mais de 17,3 mil km², do Vale do Ribeira (divisa com o Paraná) à fronteira com o Rio, abrangendo 39 municípios. A parceria vai até o fim deste ano. Já foram investidos cerca de R\$ 25 milhões.



ANEXO L

Folha de S. Paulo

07/01/2005

Análise da água passa a ser feita 3 vezes por semana em SP

DA REDAÇÃO

Por conta da alta temporada de verão, a Cetesb vai aumentar a frequência de análise das águas em cerca de 30 praias paulistas. As informações serão divulgadas pelo órgão às segundas, quartas e sextas-feiras a partir da semana que vem.

Segundo a gerente de águas litorâneas da Cetesb, Claudia Lamparelli, esses locais são aqueles cujos resultados da análise costumam variar mais e incluem todas as praias de Santos.

Nesta semana, o número de

praias impróprias para banho quase não teve alteração no Estado. No litoral norte, caiu de sete a cinco entre as 80 monitoradas e, na Baixada Santista, passou de 26 a 27 entre as 62. Santos continua com todas as sete praias impróprias.

Segundo o Inpe, a agitação marítima permanecerá fraca nos próximos dias no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Cetesb: tel. 0800-113560 ou www.cetesb.sp.gov.br; Rio: www.rio.rj.gov.br/smac/praias.php; Cptec/Inpe (ondas e ventos no litoral do país): tucupi.cptec.inpe.br/ondas

ANEXO M

Folha de S. Paulo

24/09/2008

Ibama faz apreensão recorde de motosserras

132 equipamentos sem licença foram achados em área desmatada no município de Almeirim, no Pará

DA AGÊNCIA FOLHA

Uma operação do Ibama apreendeu no sábado 132 motosserras sem licença em uma área que estava sendo desmatada em Almeirim (PA). É a maior apreensão do equipamento já feita pelo órgão.

A operação ocorreu na Estação Ecológica do Jari, entre o Amapá e o Pará. Fiscais do Ibama do AP, responsáveis pela região paraense de Almeirim por causa da maior proximidade, encontraram trabalhadores desmatando a área, mas ninguém foi detido.

Eles trabalhavam para uma empresa que prestava serviços a uma companhia de celulose — os nomes delas não foram divulgados. A terceirizada foi multada em R\$ 132 mil e tem 20 dias para recorrer.

Segundo o analista ambiental Fernando Di Franco, que coordenou a operação, o Ibama deve confirmar nos próximos dias se a companhia de celulose é proprietária da área e se estava autorizada a desmatá-la.

Mesmo que a empresa tenha a autorização, as motosserras sem registro não poderiam ser utilizadas.

“Não era mata nativa, mas

havia cerca de 20 anos que aquela área não era desmatada. As árvores já estavam altas e a floresta praticamente regenerada”, declarou Di Franco.

As motosserras estão no escritório do Ibama em Almeirim e devem ser levadas para a superintendência em Macapá. (CÍNTIA ACAYABA)

Os melhores cruzeiros MSC estão Especialista em cruzeiros desde 1953.



AGAXTUR TURISMO
 Solidez e Qualidade desde 1953
 www.agaxtur.com.br
 Tel.: 11 3067-0900
 Av. Europa, 854 - Jd. Europa
 Nova Iorque - Shopping Cidade Jardim

MSC MUSICA

MINI 3 NOITES

Saídas de Santos 22, *25 e 29 Nov 2008
 Búzios e Ilhabela

*A partir de US\$ 423 ou 5 x R\$ 160
 Externa com varanda - Cat 6

MINI 4 NOITES

Saídas de Santos *02 Dez 2008 e 10 Mar 2009
 Búzios e Ilhabela

*A partir de US\$ 567 ou 5 x R\$ 214
 Externa com varanda - Cat 6

RUMO AO NORTE 6 NOITES

Saídas de Santos
 *08 Dez 2008 e 15 Fev e 01 Mar 2009
 Búzios, Salvador e Ilhéus

*A partir de US\$ 876 ou 5 x R\$ 330
 Externa com varanda - Cat 6

Condições gerais: Preços por pessoa, SOMENTE PARTE MARÍTIMA, em cabine dupla nas categorias indicadas. Valores em US\$ convertidos em R\$ ao câmbio de R\$ 1,89 de US\$ 1. Taxas portuárias e de serviço não incluídas. Preços promocionais sujeitos a alterações sem prévio aviso. Lugares limitados sujeitos a disponibilidade. Saídas anunciadas com frete.

ANEXO N

Folha de S. Paulo

29/06/2002

Rio + 10

Ambientalistas criticam falta de ação do G-8

Organizações ambientalistas criticaram o fracasso da cúpula do G-8 (o grupo das sete nações mais ricas e a Rússia), encerrada anteontem no Canadá, em firmar um compromisso relacionado à cúpula mundial para o desenvolvimento sustentável, a Rio +10, que começa em agosto em Johannesburgo, África do Sul.

O presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, levou ao G-8 uma carta assinada nesta semana por ele, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo premiê sueco, Göran Persson, pedindo ações concretas na conferência, que deverá definir a implementação da Agenda 21 (o conjunto de recomendações da Eco-92). Segundo Marcelo Furtado, do Greenpeace, os líderes ignoraram "completamente" a carta.

"O que aconteceu era esperado", disse Fábio Feldmann, assessor especial de FHC para a Rio +10. "Nestes dias que antecedem a conferência tem de haver uma grande mobilização para mostrar que, se houver um fracasso em Johannesburgo, os responsáveis serão os países ricos." (DA REDAÇÃO)

APÊNDICE A – Livro de Códigos das variáveis

PESQUISA Dissertação – 2000/2009

Proposta inicial – abril 2010

1 – JORNAL – FOLHA/GAZETA/DIÁRIO**2 - DATA** - data da publicação.**3 - MATÉRIA** - indica a numeração seqüencial das matérias naquela edição daquele jornal.**4 - FORMATO** - indica o tipo de matéria noticiosa de acordo com a seguinte classificação:

CÓDIGO	TIPO	Explicação
1	Chamada de 1ª página	Chamada de matérias sobre meio ambiente na 1ª página.
2	Reportagem	Textos informativos e noticiosos produzidos por jornalistas/agências a respeito do tema meio ambiente.
3	Entrevista	Entrevista com figuras de destaque que falam sobre meio ambiente
4	Nota	Texto jornalístico curto, basicamente o lead. Informativo e não assinado.
5	Coluna do leitor	Texto interpretativo/opinativo, assinado por articulista do veículo ou agência. Normalmente com espaço fixo no jornal.
6	Artigo Assinado	Texto interpretativo/opinativo, assinado por especialista ou figura de destaque. Normalmente nas páginas de opinião.
7	Editorial	Texto opinativo, em espaço fixo no jornal, sem assinatura, que representa a opinião do próprio veículo de comunicação.
8	Fotolegenda	Foto com legenda explicativa desvinculada de outro texto jornalístico.

5 – FORMATO DE PRIMEIRA PÁGINA – Observar o formato dos textos da capa.

CÓDIGO	TIPO
1	Manchete com foto
2	Manchete sem foto
3	Chamada com foto
4	Chamada sem foto
5	Foto-legenda
6	Chamada Título

6 – TÍTULO - transcrever o título da matéria ou, no caso de fotos, charges e infográfico, legenda.

7 - PROCEDENCIA DAS INFORMAÇÕES indica a autoria do texto

CÓDIGO	TIPO	Explicação
1	Redação	Matéria que não tem um jornalista específico que assina, levando o nome "Redação"
2	Repórter local	Matéria escrita por um repórter da redação local.
3	Agência	Matérias retiradas de agencias.
4	Colaborador	Matérias feitas por jornalistas não contratados do jornal
5	Correspondente Internacional	Matéria escrita por correspondentes que estão em outros países.
6	Sucursal	Matérias feitas nas sucursais da Folha
7	Editor	Textos jornalísticos escritos pelo editor de cada editoria e não pelos repórteres.
8	Sem identificação	O texto jornalístico não possui assinatura
9	Colunista	Texto opinativo escrito por colunistas.
10	Editorial	Editorial, voz do jornal não possui assinatura
11	Leitor/autor de texto opinativo	Texto opinativos que não são escritos por colunistas do jornal.

8 – EDITORIA - nome da editoria.

9 - POSIÇÃO localização da matéria relativa ao espaço que ocupa na página.

Obs.: Onde está a maior parte. Se for partes iguais, predomina onde está o título.

CÓDIGO	TIPO
1	Página Inteira
2	Metade Superior
3	Metade Inferior
4	Metade Direita
5	Metade Esquerda
6	Quadrante Superior Direito
7	Quadrante Superior Esquerdo
8	Quadrante Inferior Direito
9	Quadrante Inferior Esquerdo

10 – POSIÇÃO PRINCIPAL VERTICAL: onde se encontra a maior parte da entrada.

CÓDIGO	LOCALIZAÇÃO
--------	-------------

1	Primeira Dobra
2	Segunda Dobra

11 - ALTURA em cm.

12 - LARGURA em cm. Quando largura padrão de coluna - 6 colunas de igual largura por página -, usar 4,5 cm

13 – VALORIZAÇÃO VISUAL DA MATÉRIA relacionado a composição do material.

CÓDIGO	COMPOSIÇÃO
1	Apenas texto
2	Texto com elementos gráficos (fotos, gráficos, infográfico, ilustrações)

14 – ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA DO TEXTO PRODUZIDO região a qual a matéria faz referência.

CÓDIGO	Região
1	Local
2	Estadual
3	Nacional
4	Internacional
5	Região indefinida

15 - CITAÇÃO DE PARTIDO POLÍTICO/LIDERANÇA/REPRESENTANTE POLÍTICO – observar se há citação de partidos, lideranças e representante político envolvidos na criação, implementação das Políticas Públicas

CÓDIGO	PARTIDO POLÍTICO/liderança/representante político
0	Não
1	Sim

16 – NOME DO PARTIDO/LIDERANÇA CITADA – nome do partido ou liderança política citada no texto.

17 - PARTICIPAÇÃO PÚBLICA – matéria cita ou não a participação pública como informação importante nas matérias sobre políticas públicas.

CÓDIGO	PARTICIPAÇÃO PÚBLICA
0	Não
1	Sim

18 – TIPO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA – descrever o tipo de participação pública citada na matéria. Ex: política pública resultado de uma manifestação ou elaboração de lei a pedido da população.

19.1 e 19.2– FONTES ADAPTADAS PARA A PESQUISA DE TEMA AMBIENTAL– relação da 1ª e 2ª fonte citada nas matérias. Obs.: citação no título já é considerada primeira. Ausência = 0

CÓDIG O	Tipo
1	Estado/Governo Federal
2	Estado/Governo Estadual
3	Estado/Governo Local
4	Cientistas/Pesquisadores
5	Ambientalistas/ONGs
6	Empresas privadas
7	População
8	Judiciário (juiz, promotor advogado)
9	ONU
10	Jornalista
11	Outro

20.1 e 20.2– TIPO DE FONTE – observação da 1ª e 2ª fonte citada (ausência = 0 ou códigos abaixo para presença por predominância ou precedência). Deve-se registrar a codificação da fonte mais citada na chamada ou da primeira citada, em caso de empate.

CÓDIG O	TIPO	Explicação
1	Lobista	São ouvidos por defenderem grupos e interesses específicos, quando ligado ao setor privado ou representante do poder público quando falam sobre assuntos ligados à gestão em curso. Ex: governo defendendo a atualização do código Floresta.
2	Especialist a Intelectual	Têm conhecimento científico ou profissional em determinada área. Ex. engenheiro florestal, quando fala dos prós e contras da atualização do Código Florestal Brasileiro. Cientistas, professores e pesquisadores da área.
3	Defensor de Interesse Público	Defensor de interesse público é ouvido por defender o interesse geral ou grupos marginalizados. Ex: defensores de grupos, ONGs, etc.
4	Porta-voz de temas marginais	São ouvidos por expressarem suas opiniões sobre temas negligenciados que normalmente não são abordados no debate público. Ex. fontes que falam sobre o impacto de obras de infra-estrutura na manutenção de espécies animais e vegetais nativas de determinada região, moradores que sofrem com a falta de saneamento básico.
5	Outro	A citação de qualquer tipo de fonte que não se

		enquadre nas categorias anteriores ou que pareça dúbia deve ser codificada como outro.
<i>Baseado em Habermas (2006).</i>		

21.1 e 21.2– ORIGEM DA FONTE- Observação da 1ª e 2ª fonte citada (ausência = 0 ou códigos abaixo para presença por predominância ou precedência) Deve-se registrar a codificação da primeira e segunda fonte citada.

CÓDIGO	TIPO	Explicação
1	Oficial habitual	Representam instituições públicas ou privadas, não falando apenas em seu próprio nome, mas sim institucionalmente. Ex: Ministro do Meio Ambiente falando sobre os resultados do PNMAII.
2	Disruptiva Social	Representam opiniões expressas a partir de eventos ou crises sociais que gerem algum tipo de confronto ou instabilidade social. Aqui, o fato social é maior do que a fonte que o expressa. Ex: Presidente de ONG falando sobre a manifestação a favor da implantação de programas ambientais pelo Estado.
3	Cidadão individualizado	Deve-se codificar como Outro qualquer fonte que não for representante oficial de órgãos públicos (diretos ou indiretos) e que não esteja promovendo nenhum confronto ou instabilidade social. Ou seja, trata-se de fonte da sociedade organizada que fala em nome dela mesma ou de uma organização não ligada ao aparato Estatal. Ex: dona de casa falando sobre a importância da criação do Programa Estadual Desperdício Zero, sobre o reaproveitamento de alimentos, implantado pela SEMA.
<i>Baseado em Molotch e Lester (1993) Santos (2001)</i>		

22– NÚMERO DE FONTES – total de fontes citadas ao longo do texto.

23 - TEMA DA POLÍTICA PÚBLICA – relacionado a finalidade principal da política pública a que se refere o texto.

CÓDIGO	TEMA DA P. PÚBLICA	EXPLICAÇÃO
1	Educação Ambiental	Textos que englobam programas educacionais para o meio ambiente. Ex: formação de professores para a discussão de temas ambientais na escola.
2	Sustentabilidade	Textos que abordam programas e ações do governo sobre desenvolvimento sustentável. Ex: Campanha para a diminuição de CO2 nas indústrias da região metropolitana de Curitiba.
3	Preservação Áreas	Textos sobre a criação/proteção/recuperação de

	Ambiental	parques, áreas verdes, mata Ciliar, etc. Ex: Segundo o IAP, o número de área reflorestada cresceu no estado nos últimos 10 anos.
4	Legislação	Textos sobre elaboração ou atualização de leis, decretos, etc. sobre meio ambiente: Ex: Reunião entre ONGs e ministro do Meio Ambiente discute a implantação do novo código florestal brasileiro
5	Outro	Textos que não fazem referência a nenhum dos temas acima.
6	Políticas/devastação	Combate a devastação, crimes ambientais, tráfico de animais, etc. Ex: Aumenta a fiscalização na época da piracema na região amazônica.

24 - TEMA ABERTO - relacionado ao assunto específico que predomina no texto. Nome/explicação da política a que o texto fala.

25– ABRANGÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS – especificar a abrangência da determinada ação do governo

CÓDIGO	Abrangência	EXPLICAÇÃO
1	Internacional	Ação conjunta do governo de vários países. Ex: acordo para a diminuição da emissão de CO2
2	Nacional	Ação desenvolvida pelo governo federal para todo Brasil. Ex: Nova lei federal para licenciamento ambiental.
3	Estadual	Ação do governo do Estado que abrange todos os municípios. Ex: Programa de recuperação das margens dos rios: a Mata Ciliar.
4	Local	Ação do governo municipal desenvolvido apenas em âmbito local. Exemplo: criação de novos parques no município de Curitiba.

26 – ETAPA DO POLICY CYCLE – estágio o qual a matéria se refere.

CÓDIGO	Etapa	Explicação
1	Agenda e Elaboração	Inclusão de determinado pleito ou necessidade social na agenda, na lista de prioridades, do poder público. Identificação e delimitação de um problema atual ou potencial da comunidade, a determinação das possíveis alternativas para sua solução ou satisfação, a avaliação dos custos e efeitos de cada uma delas e o estabelecimento de prioridades. Ex: Textos falando da possibilidade de formulação de política pública.
2	Formulação	A decisão política, ou a decisão tomada por

		um político ou pelo Congresso, e sua formalização por meio de uma norma jurídica. Ex: textos jornalísticos sobre a criação de leis, decretos, etc.
3	Implementação	Trata-se da preparação para pôr em prática a política pública, a elaboração de todos os planos, programas e projetos que permitirão executá-la. Ex: textos que priorizam a decisão das ações do governo, o que será feito, etc.
4	Execução	É pôr em prática efetiva a política, é a sua realização. Ex: notícias sobre a atuação do governo.
5	Acompanhamento	Processo sistemático de supervisão da execução de uma atividade (e de seus diversos componentes), que tem como objetivo fornecer a informação necessária para introduzir eventuais correções a fim de assegurar a consecução dos objetivos estabelecidos. Ex: textos que priorizam a ação do governo de discutir as políticas durante sua execução, ou medidas que complementam as políticas.
6	Avaliação	Análise dos efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas, especialmente no que diz respeito às realizações obtidas e às conseqüências previstas e não previstas. Ex: textos que abordam reuniões avaliativas ou dados sobre os resultados das políticas.
7	Indefinida	Quando não é possível definir a etapa do policy cycle.
Fonte: Saravia (2006)		

27 – VALÊNCIA DA MATÉRIA – avaliação positiva/negativa ou neutra.

CÓDIGO	VALÊNCIA	EXPLICAÇÃO
1	Positiva	Quando a ação governo é apresentada como positiva pelo jornal. Ex: Governo investe um milhão no policiamento ambiental para combater desmatamento. Ou seja, o texto mostra uma ação positiva do governo.
2	Negativa	Quando a ação, ou a falta dela, é tratada de forma negativa pelo jornal. Ex: Projeto de educação ambiental está parado a mais de 10 anos. Isso “soa” como negativo para o estado e suas ações ambientais.
3	Neutra	Quando o texto apresenta apenas os dados sobre políticas públicas, sem apresentar algo que represente positivamente o negativamente as ações

		do estado.
Fonte: Doxa		

28 – ENQUADRAMENTO – observar o enquadramento que o jornal dá ao assunto

CÓDIGO	ENQUADRAMENTO	EXPLICAÇÃO
1	Factual	Texto relacionado com algum acontecimento factual, geralmente apresenta apenas os dados básicos ao leitor.
2	Temático	Texto com uma análise mais detalhada do tema, sem estar relacionada com um assunto factual
3	Personalista	Foco no indivíduo e não necessariamente no tema.
Fonte: PORTO (2002)		

29 – OBSERVAÇÕES

APÊNDICE B – Informações sobre os jornais

Jornal Folha de S. Paulo

A Folha de S. Paulo, fundada em 1921, é, desde a década de 80, o jornal mais vendido no país, segundo os dados do próprio veículo. Segundo seu site (www.folha.uol.com.br), em 2008, por exemplo, a circulação média foi de 31 mil exemplares em dias de semana e 365 mil aos domingos. Apesar da diminuição do número de impressões, a Folha é o Jornal de maior circulação no país segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC). Dessa forma, a análise se justifica pela amplitude que a sua produção possui. Segundo Motter (2008), o jornal se configura como um dos veículos de maior influência e popularidade no país.

O jornal é resultado da junção de três diários. Em 1921, Olival Costa e Pedro Cunha fundaram o jornal "Folha da Noite". Em 1925, nasce a "Folha da Manhã", a edição matutina da "Folha da Noite" e, após 24 anos, surge a "Folha da Tarde". Em 1960, os três jornais se unem e recebe o nome de Folha de S. Paulo. Em 1962, muda a direção. Ele é vendido e quem assume é Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. Como aponta Motter (2008), a Folha de S. Paulo faz parte de um dos principais conglomerados midiáticos, pertencente a família Frias.

Os princípios que devem guiar a produção jornalística do veículo foram desenvolvidos a partir da criação do primeiro projeto editorial, esboçado em 1981 e publicado em 1984, mesmo ano em que o jornal lança o primeiro Manual da Folha, com objetivo de publicizar os guias da produção jornalística do veículo: informação correta, interpretações competentes e pluralidade de opiniões (MANUAL, 1992). Já a segunda atualização, em 1984, foi marcada pela atuação do jornal nas Diretas Já e pelo jornalismo moderno (MANUAL, 1992). No projeto atualizado em 1986, o objetivo do jornal passou a ser a notícia exclusiva, comprovada e exata. No último projeto editorial foi atualizado em 1997 foram feitas avaliações do passado e das perspectivas para os anos seguintes. Com relação às diretrizes para o texto jornalístico, o documento aponta para a qualificação do conteúdo dos jornais, enfatizando uma abordagem mais compreensiva e criteriosa dos fatos.

O jornal foi pioneiro em diversas iniciativas como, por exemplo, o uso da impressão *off set*, a utilização do espaço para *ombudsman* e a disponibilização do conteúdo *on-line* para os leitores, além da própria produção dos projetos editoriais. Sobre sua linha editorial o Manual de Redação (1992) descreve o apartidarismo como um dos princípios do veículo, que defende o não atrelamento do grupo a

nenhuma tendência ideológica ou partido político. Sobre o princípio de independência (política e financeira), o manual coloca como condição essencial para a independência editorial e política do veículo. O pluralismo é apresentado ao leitor quando o fato apresenta diversas interpretações e o jornal tem o dever de assegurar o acesso a todas elas. Sobre a estrutura do periódico, a Folha de S. Paulo se divide em cadernos diários e suplementos: Opinião, Poder, Mundo, Ciência, Mercado, Cotidiano, Saúde, Esportes, Ilustrada, Corrida, Tec, Equilíbrio, Turismo, Folhinha, FolhaTeen, Ilustríssima, Veículos, São Paulo (circula só em São Paulo), Emprego, Negócios, Imóveis, Guia da Folha, Fovest, Saber, Por aí, The New York Times, Serafina (só em algumas regiões do país).

Jornal Gazeta do Povo

O jornal Gazeta do Povo começou a circular em 2 de fevereiro de 1919. Segundo Oliveira Filha (2004), no início da década de 60 o jornal enfrentou profundas crises, período em que foi vendido aos seus atuais proprietários. Devido as transformação que ocorreram nos últimos 40 anos, hoje o veículo faz parte de um dos mais fortes conglomerados de comunicação do Paraná, sendo responsável, em grande medida, pelas informações consumidas pela maioria da população paranaense e pela formação da opinião pública (OLIVEIRA FILHA, 2004). É o jornal mais antigo do Paraná que ainda se encontra em circulação (CORAIOLA, 2006).

O primeiro número da Gazeta do Povo circulou com seis páginas e com maior parte do espaço ocupado por publicidades (MARIALVA e CHEILLA, 2011), sendo que o capital para a produção do periódico tem origem em nomes de famílias importantes de Curitiba que compraram cotas de uma sociedade para a montagem da gráfica. Já na edição de 1919 o jornal apontava para os seus princípios básicos: compromisso de defender os interesses da sociedade, mantendo independência a quaisquer desejos particulares e principalmente políticos, mediante exposição completa e verdadeira dos fatos e conflitos da vida que possibilitasse à coletividade escolher suas próprias diretrizes (CORAIOLA, 2006).

No final do século XX, a Gazeta já era considerada como o principal jornal do Paraná e era conhecida por ser o maior periódico de classificados e de anúncios imobiliários de Curitiba. O veículo detém em torno de 80% do mercado de leitores das classes A e B em Curitiba e é o maior em circulação no Paraná (CORAIOLA,

2006). Sobre sua distribuição, embora continue sendo considerado o maior diário do Paraná, a Gazeta do Povo reduziu sua circulação, pois em 2000 a tiragem havia alcançado 140 mil exemplares aos domingos e 80 mil nos dias de semana. (OLIVEIRA FILHA, 2004). Já em 2005 foram 330.000 exemplares semanais (cerca de 40 mil durante a semana e 80 mil aos domingos), sendo 230.000 vendidos na capital, 30.000 na Região Metropolitana e 65.000 no interior do Estado (CORAIOLA, 2006). Além disso, caiu também o número de páginas (28 a 32 para 20 a 24). Atualmente o veículo possui editorias diárias e suplementos semanais. Os cadernos diários são: Vida e Cidadania, Vida Pública, Economia, Mundo, Esportes, Caderno G e Opinião. Além desses, há os suplementos semanais: Viver Bem, Automóveis, Gaz+, Tecnologia, Vestibular, Consumidor, Saúde, Ensino, Caminhos do Campo, Imóveis, Turismo e Bom Gourmet.

Jornal Diários dos Campos

O Diário dos Campos é produzido em Ponta Grossa e foi fundado em 27 de abril de 1907. Adquiriu o nome de O Progresso, sendo que o surgimento do nome Diário dos Campos aconteceu em primeiro de janeiro de 1913, em razão da fundação da Companhia Typographica Pontagrossense e da junção com o material tipográfico do semanal Correio dos Campos.

Atualmente é um importante jornal na região dos Campos Gerais. Apesar de ser produzido e circular majoritariamente em Ponta Grossa, também é distribuído em cidades da região dos Campos Gerais, tais como Arapoti, Carambeí, Castro, Guamiranga, Imbaú, Ipiranga, Irati, Imbituva, Ivaí, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Porto Amazonas, Prudentópolis, Reserva, São João do Triunfo, Teixeira Soares, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania.

O Diário dos Campos, diferente dos outros dois periódicos analisados, circula de terça-feira a sábado e possui um número menor de páginas: o primeiro caderno possui dez páginas e o segundo mais quatro, além do Caderno de Classificados, que varia conforme o volume de anúncios. Aos domingos o jornal aumenta o número de páginas com o acréscimo dos cadernos segmentados.